

KOLLONTAI 150



Kollontai 150

Textos escolhidos de

Alexandra Kollontai

Textos introdutórios de:

Atiliana Brunetto

Andrea Francine Batista

Julia Cámara

Publicação do conjunto das editoras que integram a Associação Internacional de Editoras de Esquerda (IULP, na sigla em inglês)

Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas (BY-NC-ND)



Capa: Daniela Ruggeri, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Projeto gráfico: Leftword books

Diagramação: ZapDesign

Essa publicação é resultado do trabalho coletivo realizado por muitas pessoas, de diferentes países, ligadas à Associação Internacional de Editoras de Esquerda. Seria impossível mencionar cada um/a que trabalhou para viabilizar essa publicação. Assim, trazemos os nomes dos membros das três comissões organizadoras e coordenadoras dos trabalhos da Associação Internacional de Editoras e Esquerda.

Comissão executiva: Amelia Kraigher (Zalozba, Eslovênia), Ana Maldonado (Fundarte, Venezuela), Francisco Vertiz (Batalla de ideas, Argentina), Miguel Yoshida (Expressão Popular, Brasil), Nitheesh Narayanan (Tricontinental, Índia), Simon Vazquez (Espanha), Sudhanva Deshpande (LeftWord, Índia), Vijay Prashad (LeftWord, Índia)

Comissão de publicação: Amelia Kraigher (Zalozba, Eslovenia), Celina della Croce (Tricontinental, EUA), Cristiano Armati (Red Press, Itália), Layan Fuleihan (1804 Books, EUA), Manu Vimalassery (1804 Books, EUA), Nitheesh Narayanan (Tricontinental, Índia), Ovidiu Tichindeleanu (Idea Editura, Romênia), Qalandar Memon (Naked Punch, Paquistão), Ronny Augustinus (Marjin Kiri, Indonésia)

Comissão de direitos autorais: Amelia Kraigher (Zalozba, Eslovenia), Francisco Vertiz (Batalla de Ideas, Argentina), Sudhanva Deshpande (LeftWord, Índia)

ISBN: 978-65-5891-060-2



1804 Books (USA)
<https://1804books.com/>



Batalla de Ideas (Argentina)
www.batalladeideas.com.ar



Bharathi Puthakalayam (India)
www.thamizhbooks.com



Centro Social y Librería Proyección (Chile)



Chintha (India)
www.chinthapublishers.com



Editorial Caminos (Cuba)
www.ecaminos.org



Expressao Popular (Brasil)
www.expressaopopular.com.br



Fondo Editorial Fundarte (Venezuela)
www.fundarte.gob.ve



Idea (Romania)



Gonopokashon (Bangladesh)



Janata Prasaran Tatha Prakashan
Public Limited (Nepal)



Insituto Simón Bolívar (Venezuela)
www.isb.ve



Janashakti Prakashan (India)



Kriya Madyama (India)

LeftWord

LeftWord (India)
www.mayday.leftword.com



NAKED PUNCH
www.nakedpunch.com

Naked Punch (Pakistan)
www.nakedpunch.com



National Book Agency
www.nationalbookagency.com



Marjin Kiri (Indonesia)
www.marjinkiri.com



Nava Telangana (India)
www.navatelanganabooks.com



Ojas: Vidyarthi Ni Pahal (India)



Prajasakti (India)
www.psbh.in



Red Star Press (Italy)
www.redstarpress.it



tricontinental

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
www.thetricontinental.com



वाम

Vam Prakashan (India)
mayday.leftword.com/vaam-prakashan/



Yordam Kitap (Turkey)



ZALOŽBA

** cf.*

Založba /*cf (Slovenia)
www.zalozbacf.si

Sumário

O março que carregamos nas mãos: uma singela homenagem a Alexandra Kollontai	9
<i>Ândrea Francine Batista</i>	
<i>Atiliana da Silva Vicente Brunetto</i>	
Em nome da igualdade, da liberdade e do amor	17
<i>Julia Cámara</i>	

KOLLONTAI 150

Os fundamentos sociais da questão da mulher (1909)	45
O Dia Internacional da Mulher (1920)	71
Abram caminho ao Eros alado: carta à juventude operária	85
Os objetivos e o valor da minha vida	113

O março que carregamos nas mãos: uma singela homenagem a Alexandra Kollontai

ÂNDREA FRANCINE BATISTA

ATILIANA DA SILVA VICENTE BRUNETTO¹

Finda março, mas sua intensidade segue pulsando no abril vermelho camponês e indígena, no maio dos trabalhadores e trabalhadoras, nas festas da colheita, no inverno que se aproxima, na primavera que carregamos “nos dentes”. Março nos habita.

O março que habita em nós carrega a força das mulheres socialistas, a força da luta pela emancipação humana que teima em brotar e rebrotar das ruínas dos momentos mais sombrios, das esquinas mais perigosas, das tempestades mais violentas, dos redemoinhos que desatinam, da neblina que ofusca a visão do caminho, do corte ardendo em carne viva. O março que habita em

¹ Atiliana da Silva Vicente Brunetto é dirigente do MST (setor de gênero) e do coletivo de mulheres da Via Campesina.

Ândrea Francine Batista é educadora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST) e professora da Universidade Federal do Paraná, Brasil.

nós, palpita como tambor marcando o ritmo da vida em toda a sua humanidade ainda por descobrir, ainda por fazer.

O março que habita em nós, oferecemos com nossas mãos para este tempo, para os olhos que foram vendados e não veem, mas sentem o toque solidário, para a catatonia embriagada pelo estrondo ensurdecedor, para os fragmentos de nossa classe que trabalha o pão de cada dia e não se reconhece em seus pedaços espalhados pelo chão, para aqueles e aquelas que não suportam mais o peso da opressão cotidiana em seus ombros, mas também para aqueles e aquelas que ainda a suportam.

O março que oferecemos com nossas mãos carrega de nosso peito as palavras, os olhares e o punho erguido em combate de camponesas, indígenas, quilombolas e operárias da história que romperam as diversas facetas da resignação e da subalternidade para lançar-se na ousada façanha de reinventar a vida humana. Carrega a força e a energia de Anas, Olgas, Marias, Nadezhdas, Elenas, Inessas, Matildas, Cláudias, Veras e Alexandras – mulheres que inauguraram a experiência socialista da Revolução Russa com sua participação política na construção de uma nova coletividade social.

Alexandra Kollontai nascia num 31 de março há 150 anos (1872). Com sua firmeza e rebeldia, ingressava na vida militante pela causa socialista com toda a intensidade. Atuou como educadora voluntária nas periferias da capital da Rússia e escrevia contos da/para a classe trabalhadora. Organizou o ingresso de jovens revolucionários no movimento político, realizou missões pontuais como a de transportar documentos secretos, até que enfim ingressa definitivamente no partido do movimento socialista internacional. Nele conhece Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, Vera Zasulich, Nadezhda Krupskaja e Vladimir Lenin, críticos da ala revisionista, uma tendência no movimento socialista internacional no final do século XIX e início do século XX.

Em 30 de janeiro de 1905, participou de uma marcha pacífica de camponeses e operários organizada em São Petesburgo contra

o Império Russo que imediatamente respondeu com um ataque violento resultando em milhares de mortos e feridos. O dia, chamado de Domingo Sangrento impulsionou diversas ações que na sequência resultaram na Revolução de Outubro. A insurreição de 1905 é considerada um ensaio revolucionário.

Neste contexto Alexandra Kollontai integra a tendência bolchevique do partido social-democrata e atua com toda sua energia na organização das mulheres trabalhadoras, na agitação de massas e na propaganda das ideias socialistas junto ao movimento feminista.

Ao lado de Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo atuou incansavelmente na organização internacional de trabalhadores, na Segunda Internacional, e na participação política das mulheres nesse espaço. As Conferências Internacionais de Mulheres Socialistas que ocorriam pouco antes dos Congressos Internacionais geraram muitos frutos. Nestes espaços, encontravam-se e discutiam os desafios do feminismo socialista apontando caminhos e ações a serem desenvolvidas. Por exemplo a luta pelo direito ao voto da mulher na Internacional Socialista que foi aprovada na I Conferência das Mulheres da Internacional Socialista (Stuttgart, 1907),² e na sequência defendida por Clara Zetkin e Alexandra Kollontai durante o VII Congresso da Internacional Socialista (Stuttgart, 1907). Esta tese foi deliberada juntamente com a aprovação do Dia Internacional dos Trabalhadores. É fundamental também rememorar que a criação do Dia Internacional da Mulher, como forma de organizar e divulgar as ideias socialistas junto às mulheres trabalhadoras camponesas e operárias, ocorreu durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas realizada pouco antes da VIII Conferência da Internacional Socialista (em Copenhague, 1910).

Kollontai atuou diretamente na organização do Dia Internacional da Mulher que aconteceu pela primeira vez em 2 de

² A redação desta resolução foi escrita por Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai.

março de 1913 na Rússia com a participação massiva de operárias e camponesas. Num primeiro momento as datas eram diferentes para cada país. O importante era organizar um momento de luta, comemoração e articulação internacional da luta da mulher socialista, que em muitas situações eram acompanhados de repressão e prisões. Em 8 de março de 1917 (23 de fevereiro no calendário russo) tecelãs e costureiras se levantam espontaneamente numa greve em Petrogrado (antiga São Petersburgo) manifestando-se por pão e paz. Greve esta que se transformou no estopim da movimentação que levou à revolução de outubro. Foram as mulheres de março que levantaram o primeiro facho da flama revolucionária.

Kollontai foi, portanto, uma das pioneiras da organização das mulheres trabalhadoras e do feminismo socialista. Organicamente atuou nessa coletividade pela concomitante emancipação humana e emancipação da política da mulher. A libertação da mulher só poderia ocorrer em sua plenitude na libertação da classe trabalhadora das amarras do sistema capitalista.

A partir de 1917 a bolchevique atuou como Comissária do Povo para o Bem Estar Social, traçando ações incisivas contra o analfabetismo e formulando leis que carregavam o princípio da igualdade de gênero, como o caso das resoluções do divórcio, da criação de lavanderias e cozinhas coletivas, e da criação de espaços de educação infantil para que a mulher russa pudesse vivenciar a vida política eferescente no país.

O março que fermentava em seu peito a inquietava ainda mais com a vivência cotidiana do confronto entre duas faces do processo revolucionário: a urgência em reconstruir a produção econômica da vida, e a urgência da libertação da opressão feminina. Esse aspecto se expressa fortemente em seu Conto “As Irmãs” (1923), e nos escritos “O comunismo e a família” (1920); “O trabalho feminino no desenvolvimento da economia” (1921), “A família e o Estado comunista” (1919); “Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada” (1926).

A preocupação e a necessidade de encontrar métodos de trabalho para que um maior número de mulheres trabalhadoras se envolvesse nos embates de seu tempo histórico era constante. Seus textos “I Conferência Internacional de Mulheres Comunistas” (1920), e “Os sindicatos e as trabalhadoras” (1921) demonstram essa preocupação. Para avançar na participação das mulheres na organização política era fundamental além da propaganda, sua formação profissional e sua educação para assumir as tarefas do partido, mas também avançar na consciência da totalidade dos trabalhadores combatendo todo e qualquer preconceito contra a mulher ainda vivo nas massas.

No X Congresso do Partido Comunista Russo em 1921, juntamente com Alexander Shliapnikov e outros companheiros, Kollontai alerta sobre os perigos da degeneração burocrática que ameaçava o partido e o processo revolucionário. Propõe o controle das instituições pelos trabalhadores e processos de produção baseados na autogestão – programa da “Oposição Operária”. Esta foi derrotada pela posição de Lenin durante o Congresso.

A partir da morte de Lenin (1924), a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) assume novas contradições que vão influenciar a vida militante de diversos revolucionários, entre os quais, Alexandra Kollontai; em situação de “exílio”, ela tornou-se embaixadora na Noruega, Suécia e México. Pela primeira vez na história uma mulher assumiria essa função. Sua missão na Noruega foi cumprida com êxito contribuindo para normalizar as relações comerciais entre os dois países em 1925. Chegou ao México como embaixatriz em 1926, passando antes pelo porto de Havana (Cuba), onde não lhe foi permitido desembarcar por conta das relações diplomáticas conturbadas, mas um grupo de mulheres cubanas dirigiu-se até seu barco rendendo-lhe homenagem. Permaneceu no México até 1927, retornando à URSS apenas entre 1935 e 1936 como membra da delegação soviética da Liga das Nações. Neste período conheceu Tina Modotti, uma brilhante fotógrafa revolucionária que refletia o verdadeiro compromisso dos revolucionários mexica-

nos, da esquerda de Weimar, dos combatentes da Guerra Civil espanhola, com quem manteve uma longa e duradoura amizade. Em 1937 Kollontai passou novamente pelo México arrecadando fundos para os combatentes da Guerra Civil espanhola.

Kollontai regressa a seu país de origem apenas em 1945 com 73 anos onde dá seguimento à sua militância e a escritos sobre o processo revolucionário. Faleceu em Moscou no dia 9 de março de 1952 quando findava o inverno russo.

O março que habitava Kollontai carregava o engajamento amplo e massivo das mulheres na construção revolucionária. O março que nos habita carrega seu legado, sua intensidade, e sua perspectiva de emancipação humana.

O março que oferecemos em nossas mãos carrega um “mar de bandeiras enfurecidas contra o capital”, carrega nosso “Manifesto de Mulheres Sem Terra” que repudia as atrocidades de seu projeto político econômico para o campo. Denuncia a violência contra a mulher, seja ela doméstica ou institucional, condena a perseguição aos direitos trabalhistas e se solidariza com os povos em luta no Brasil e no mundo, somando-se à grande obra coletiva da humanidade – a de construir uma nova forma societária.

Sem Feminismo, não há Socialismo!

Março de 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATONY, Leonardo Depestre. *Cien Mujeres Célebres en La Habana*. Havana: Editorial José Martí, 2014.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. São Paulo: Boitempo: ISKRA Edições, 2014

- GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: SOF; Expressão Popular, 2010.
- HOOKS, Margaret. *Tina Modotti. Fotógrafa e Revolucionária*. Rio de Janeiro: José Olympio Editoras, 1997
- KOLLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma Mulher Comunista Sexualmente emancipada*. Traduzida por Ligia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Um grande amor*. Tradução de Luciana M. S. Sellos. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, [S.I.]
- MST. Mulheres Sem Terra: um mar de bandeiras enfurecidas contra o capital. Movimento Sem Terra. 09.03.2020. *On-line*. Disponível em <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contra-o-capital/> . Acesso em 28 de março de 2020.
- SCHNEIDER, Graziel. *A Revolução das Mulheres*. Emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

Em nome da igualdade, da liberdade e do amor¹

JULIA CÁMARA²

Dirigente comunista, primeira mulher do mundo a fazer parte de um governo desde o começo dos Estados modernos, organizadora da Oposição Operária dentro do Partido Bolchevique e teórica do amor e dos vínculos sexuais (entre muitas outras coisas), Alexandra Kollontai é uma figura complexa. Sua trajetória política particular, tanto no sentido do compromisso militante como no de sua produção teórica, a manteve afastada dos programas de formação política de praticamente todas as correntes comunistas até pouco tempo atrás, e ainda hoje seu nome segue sendo desconhecido para aqueles setores do feminismo sem relação direta com o marxismo. E, no entanto, seus textos, especialmente os escritos durante os primeiros anos da Revolução Soviética, fornecem chaves fundamentais para a compreensão da inter-relação entre gênero e classe e abrem horizontes que ainda hoje permanecem verdadeiros, avançados e radicalmente reveladores.

¹ Tradução de Luiza Troccoli.

² Historiadora, ativista feminista e militante de Anticapitalistas (Espanha). Integrou a comissão organizadora da Greve Feminista no Estado espanhol e a coordenação estadual da greve entre 2017 e 2020. Desde 2019 faz parte da redação da revista *Viento Sur*.

Em muitos sentidos, Kollontai estaria dentro deste grande rótulo do que são “os clássicos”. Uma parte importante da esquerda tende a abordar “os clássicos” com religiosidade mais do que com respeito: memoriza parágrafos inteiros apesar de não os compreender, faz citações descontextualizadas, sempre que tem oportunidade, como argumento de autoridade ou reforço poético, sente indignação quando alguém se atreve a questioná-las. A certa afirmação de que Marx tinha razão se transforma em uma caricatura grotesca: Marx, Lenin, e quem mais se coloque, tinham razão *em tudo*. Nunca tiveram dúvidas (ou, se tiveram, acabaram por resolvê-las de forma inequívoca), suas obras são lineares e dispensam desenvolvimento ou retificação interna, e suas teses são válidas como verdades ahistóricas que podem (e devem) ser reproduzidas mecanicamente em qualquer tipo de contexto. Teóricos e organizadores de enorme riqueza são, assim, paradoxalmente, reduzidos a fósseis inertes, cadáveres plastificados e totalmente esvaziados de política.

Romper com essa concepção “dos clássicos” é um dever e uma necessidade para a política revolucionária. O que torna um autor ou autora parte dessa categoria não deveria ser a sua sacralização (assassinato da sua potência transformadora), mas a constatação reiterada da utilidade de suas contribuições, a descoberta de novas abordagens, seu funcionamento como uma caixa de ferramentas para compreender o presente e construir estratégias emancipadoras viáveis. Não podemos olhar “os clássicos” como quem observa uma peça de museu, um passado que já foi e que permanece sempre estático. É a sua vida presente, sua atualidade plenamente política que lhes concede tal status. É no presente que arriscamos tudo.

Ao contrário de outros clássicos (todos autores do gênero masculino, possivelmente com as duas únicas exceções de Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin), Kollontai foi, até o momento, pouco estudada. O fato de sua produção mais relevante não incluir nenhuma obra de grande formato, mas ser constituída funda-

mentalmente por panfletos, correspondência pessoal e artigos de jornal, dificulta em certo sentido a divulgação e tradução de seus textos. Mas, apesar disso, os principais entraves que existiram sempre foram de natureza política.

Alexandra Kollontai saiu da Rússia como membra do corpo diplomático em 1922, data que coincide, aproximadamente, com o fim de sua produção escrita (ao menos a mais rica) e, em termos históricos, se manteve desde então na mais absoluta irrelevância. O rascunho de suas primeiras memórias, intituladas *Autobiografia de uma mulher sexualmente emancipada*, e escrito em 1926, apresenta frases riscadas em um evidente exercício de autocensura e com várias afirmações claras: “Neste momento [1918] começou uma fase sombria de minha vida, que não posso tratar aqui, pois os acontecimentos são demasiado recentes”. Em 1930, sem fazer disso uma bandeira, e apesar de testemunhar o feroz desmantelamento de toda a legislação que ela mesma havia promovido e impulsionado poucos anos antes, se posicionou publicamente a favor de Stalin. Mas apesar da capitulação política de sua última etapa, uma rendição que certamente foi o que a manteve viva no período stalinista, o comunismo “oficial” nunca a perdoou por seu trabalho de oposição dentro do partido, sua rejeição à NEP e sua origem menchevique. Sua nomeação em 1917 como Comissária do Povo para o Bem Estar Social e sua influência em parte da redação da primeira Constituição soviética demonstram, porém, que a Revolução reconheceu sua figura e que o embate ideológico ainda era uma realidade dentro do partido naquela época.

A recuperação parcial de Kollontai, iniciada em meados dos anos 1970 foi impulsionada por diferentes setores, cada um deles com formas diferentes de abordá-la e com interesses particulares no que diz respeito à sua obra. Por um lado, diversos grupos comunistas contrários à doutrina da Terceira Internacional viram em Kollontai uma figura a se reivindicar como organizadora de uma das principais tendências internas do Partido Comunista Russo, defensora do cooperativismo e inimiga da burocracia. Seu

texto *A oposição Operária* foi reeditado diversas vezes, quase sempre junto a algum de seus panfletos mais programáticos, como *O comunismo e a família*.

De maneira geral, nenhum desses setores mostrou especial interesse pelo resto da produção teórica de Kollontai, possivelmente por considerá-la dedicada a temas “menores” como os afetos e os estudos literários. A partir dos anos 80, porém, um setor do feminismo começou a se aproximar de Kollontai precisamente a partir desses textos que abordam qual a relação entre construção revolucionária e transformação dos costumes e da moral coletiva. Muitas das atuais interessadas em Kollontai nos reconhecermos neste grupo e começamos a descobrir sua obra não a partir dos textos mais *partidários*, mas graças às edições que a geração feminista anterior realizou em torno a ideias como a mulher moderna e a ideologia proletária do amor. Do meu ponto de vista, estas seguem sendo suas contribuições mais inovadoras, sugestivas e radicais politicamente. Isso nos faz pensar na maneira como Kollontai pode nos ajudar a construir, em pleno século XXI, um feminismo internacionalista e de classe que seja pedra angular na articulação de uma estratégia emancipatória para o conjunto da humanidade.

A EMANCIPAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO: O PROGRAMA BOLCHEVIQUE DE LIBERTAÇÃO DA MULHER

Uma das verdades inquestionáveis, formulada primeiro pelas socialistas e depois assumida por todas as feministas, é que a mulher é muito menos propensa a passar por situações de discriminação, violência e maus tratos se não depende materialmente de seu agressor. Que a dependência emocional (entendida em sua acepção mais negativa, e não como sinônimo de interdependência, que atualmente reconhecemos como saudável) é, em uma porcentagem muito alta, consequência da falta de independência econômica. E que o modelo familiar de casais heterossexuais iso-

lados, com papéis de gênero marcados e com uma forte divisão sexual do trabalho, contribui de maneira decisiva a essa anulação da agência e autonomia das mulheres. Desde meados do século XIX, distintas correntes políticas levantaram diferentes respostas a esse problema. A solução bolchevique passava por três eixos: incorporação à produção, proteção da maternidade e extinção das tarefas domésticas.

Uma parte importante da obra de Kollontai está centrada no estudo dos processos históricos concretos que acabaram por colocar as mulheres em uma posição de desigualdade com relação aos homens. Herdeira das concepções de tradição socialista neste campo (que no início do século XX ainda eram escassas, assim como as de outras correntes), Kollontai se apoia no *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels para historicizar a opressão: não há qualquer fundamento natural para a situação de dominação e de exclusão social das mulheres, que é resultado de relações sociais concretas e pode, portanto, ser transformada por meio da modificação destas. A partir disso, a autora realiza um exercício que, mesmo com um nível menor de desenvolvimento, já havia proposto Clara Zetkin anos antes: se a situação da mulher depende de relações sociais históricas, então as mulheres de diferentes classes sociais se encontram necessariamente em situações distintas; mesmo fenômenos que aparentemente afetam da mesma maneira mulheres de distintas classes têm, para cada uma, uma explicação e solução próprias. Nos aprofundaremos nisso mais adiante.

Em 1921, dedicada já quase exclusivamente ao trabalho de organização feminino, Kollontai deu uma série de 14 conferências na Universidade Sverdlov de Leningrado dentro de um programa de formação para militantes comunistas encarregadas de organizar mulheres que não eram membras do partido. A tese central é clara: a posição que as mulheres ocupam em uma dada sociedade está determinada pelo seu nível de participação na produção e pela importância que as tarefas realizadas pelas mulheres têm

para a coletividade (ou pela percepção que a coletividade tem de sua importância real). A via para a emancipação feminina que se desprende disso é evidente. A incorporação das mulheres na produção foi a peça fundamental do programa bolchevique para a libertação da mulher. O “direito ao trabalho” (palavra de ordem histórica do movimento operário) equivale ao direito à sobrevivência, a progredir por seus próprios meios.

Nas últimas décadas do século XX, com a força de trabalho feminina constituindo uma parte importante da força de trabalho ativa em quase todas as partes do mundo (e via de regra com uma presença majoritária no exército de reserva), a constatação da denominada “dupla jornada” abriu um importante debate entre as feministas. Muitas ativistas denunciaram a *armadilha* que o capitalismo lhes havia armado: às suas obrigações “de gênero” (caracterizadas como fruto da opressão patriarcal) se somava o dever de contribuir também para o mercado de trabalho. Conhecemos em primeira mão o resultado desse fenômeno: nossas responsabilidades domésticas e de cuidados pesam sobre nossas carreiras, ao mesmo tempo em que nossas demandas profissionais dificultam nosso desenvolvimento pessoal e familiar. O adiamento da maternidade quase para além dos limites biológicos, ou a queda radical no número de filhos nos países do norte global são bons exemplos de um dos dois lados da moeda. Se olharmos para a situação inversa o resultado também é bem conhecido: precarização generalizada das profissões mais feminizadas, falta de direitos e desamparo no trabalho, altas taxas de trabalhos temporários e informalidade etc. Onde está a libertação prometida?

A dupla jornada teorizada pelas feministas no final do século XX já era uma realidade para boa parte das mulheres da classe trabalhadora 50 e até 100 anos antes. Em 1923 a jornalista bolchevique Larisa Reisner, que então tinha 20 anos e fazia parte da Oposição de Esquerda, viajou a Hamburgo para escrever sobre a tentativa de revolução alemã. Suas notas e artigos destacam um interesse especial em documentar a vivência de mães trabalhado-

ras. A situação das mulheres no país com a classe operária mais desenvolvida do mundo era desoladora: desnutrição, falta de leite, alta probabilidade de morte no parto, altíssima mortalidade infantil etc.³ Algo que já se atestava amplamente, embora de forma menos específica, nas correntes da sociologia do trabalho cujo início “científico” remonta a 1845, ano de publicação do estudo sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Friedrich Engels. Sob o capitalismo, maternidade e profissão eram (e muitas vezes ainda são) incompatíveis. O programa bolchevique para a emancipação da mulher pretendia responder a essa realidade com medidas de proteção à maternidade que acabassem com a contradição entre o trabalho e o cuidado da vida, e que garantissem a todas as mulheres a possibilidade de serem mães sem por isso sofrerem uma perda de direitos ou verem-se condenadas a uma situação ainda maior de vulnerabilidade social. Em janeiro de 1918, como parte de seu trabalho como Comissária de Bem Estar Social, Kollontai cria o Escritório Central da Maternidade e Proteção da Infância, um órgão encarregado de coordenar políticas dirigidas à formação das trabalhadoras em cuidados pré e pós natais, a criação e gestão de creches e maternidades gratuitas e outras medidas semelhantes. O Estado soviético entendia a maternidade como uma “função social” que deveria ser, portanto, protegida e assegurada. O alcance efetivo desta política (considerando a amplitude do território, as diferenças entre o campo e a cidade e, sobretudo, a dureza dos anos do chamado “comunismo de guerra” e as dificuldades econômicas do país) foi limitado. Mas as medidas postas em prática surpreendem por serem avançadas mesmo quando comparadas ao nível dos Estados capitalistas de bem-estar pós 1945 ou com nossas legislações contemporâneas. Alguns exemplos são a licença do trabalho com conservação de

³ O artigo “Los hijos de los obreros” é uma amostra assombrosa do que se podia encontrar em uma sala de espera de um consultório médico, e pode ser acessado em castelhano em: Larisa Reisner, *Hamburgo en las barricadas y otros textos*, Dirección Única, 2017.

salário para a mãe nas oito semanas anteriores ao parto e nas oito posteriores⁴ (equivalente a nossa atual licença maternidade de quatro meses) e a atribuição de uma cesta gratuita de produtos básicos de alimentação e higiene (leite, manteiga, fraldas etc.) a todas as mulheres durante a segunda metade da gestação e até o final do período de amamentação.⁵ Em 1920 e paralelamente a tudo isso, o Comissariado do Povo para Saúde e Justiça publicou um decreto sobre a interrupção artificial da gravidez que tornou a URSS o primeiro país do mundo a legalizar o aborto.⁶

A identificação entre mulher e mãe (a caracterização da maternidade como o diferencial feminino em relação aos nossos colegas de classe) é uma constante em toda a obra de Kollontai. Sua oposição explícita à igualdade como objetivo político parte deste fato: a igualdade é entendida como uma negação da especificidade feminina, uma pretensão sem base material que apaga as diferenças e exerce violência sobre as mulheres ao omitir as realidades biológicas da menstruação, da gravidez, do parto e da amamentação. O reconhecimento das “particularidades biológicas de cada sexo” não é entendido aqui como justificativa para a segregação, mas como um fato do qual emana uma série de direitos particulares próprios da mulher enquanto mãe. Frente a igualdade, Kollontai defende a “equiparação” e os “direitos especiais”. Em “O Movimento das feministas e o papel das trabalhadoras na luta de classes”, escreve: “na verdade, a mulher não tem por que realizar o mesmo trabalho que o homem; para garantir a igualdade de direitos, basta que realize um trabalho de mesmo valor para a coletividade”.

⁴ No caso das mulheres que não realizavam trabalho físico, mas intelectual, a licença era reduzida de 16 para 12 semanas.

⁵ A autora se refere ao contexto do Estado espanhol. (N. T.)

⁶ “É claro que, no momento, sofremos na Rússia mais com a escassez do que com o excesso de mão de obra. [...] E por que podemos legalizar o aborto nessa situação? Porque o proletariado não apoia nenhuma política de puritanismo e hipocrisia”. (A. Kollontai, “A ditadura do proletariado: a mudança revolucionária da vida cotidiana”, 1921).

É fácil entender o compromisso de Alexandra Kollontai em “fortalecer o instinto materno natural da mulher”⁷ como fruto de um essencialismo no destino feminino, uma *missão social* transformada em biologia. Sua defesa entusiasmada da maternidade como função social pode ser incômoda e problemática para as leitoras contemporâneas, e já em sua época recebeu importantes críticas por parte da oposição política.⁸ Sua obra mais extensa a esse respeito, “Sociedade e maternidade” (1916), é mais um estudo das condições do capitalismo e das diferentes legislações estatais do que uma proposta política de fato, e nos artigos escritos depois da Revolução o tom geral é de exaltação e equiparação quase constante entre mulher e mãe. Apesar disso, em “Os fundamentos sociais da questão feminina” (1908) Kollontai alerta contra “o ideal burguês que reconhece a mulher antes como fêmea do que como pessoa” e ironiza os que consideram a maternidade como o “objetivo” de vida das mulheres.

Para além das discussões que podem ser abertas a esse respeito (e observando com muita cautela as tendências maternalistas e que de certa forma subsumidoras da vontade da mãe a vontade geral), a verdade é que Kollontai entendia que, nas sociedades capitalistas, a maternidade pesava como uma rocha sobre o corpo das mulheres. Algo que hoje em dia também reconhecemos, ao menos parcialmente, quando dizemos que muito mais mulheres optariam por ter filhos se isso não supusesse instabilidade econômica e complicações no trabalho. Dessa forma, se o primeiro ponto do programa bolchevique para a emancipação da mulher era a incorporação ao trabalho produtivo, o segundo era a libertação do fardo da maternidade. E o terceiro, intimamente ligado a este

⁷ Kollontai, “A ditadura do proletariado: a mudança revolucionária da vida cotidiana”, 1921

⁸ Kollontai conta, em suas primeiras memórias, que os brancos espalharam o boato de que era parte das políticas promovidas pelo Escritório Central de Maternidade e Proteção à Infância obrigar meninas de 12 e 13 anos a engravidar. Bastante parecido com as *fake news* contemporâneas.

último, a libertação do trabalho doméstico mediante a progressiva extinção da família.

Desde que Marx e Engels falaram no *Manifesto Comunista* sobre abolir a família, as polêmicas sobre o assunto não deixaram de ocorrer. No entanto, nenhuma das tradições operárias jamais propôs a dissolução dos vínculos de convivência e afeto que em termos históricos nomeamos “família”. O que se questiona é a forma hegemônica específica que a família adota nas sociedades capitalistas, o que o feminismo mais recente chamou de “família nuclear” e que Kollontai denomina “família isolada”. O que os bolcheviques pretendiam era desmontar essa fórmula. Não por meio da exploração individualizada de cada um de seus membros, como fazia o capitalismo, mas mediante a coletivização da maior parte das suas funções e a criação de bases materiais novas que permitissem o surgimento de sociabilidades distintas: restaurantes populares do Estado, casas-comuna com aluguéis reduzidos acessadas por lista de espera, abrigos infantis, um sistema de educação público e gratuito desde a primeira infância... Medidas cuja aplicação foi limitada (em parte pelas dificuldades econômicas, em parte por resistência política) mas que indicam, sem dúvida, um caminho rico e frutífero para a experimentação e o estabelecimento de relações sociais e familiares menos individualistas e mais solidárias, justas e horizontais.

Possivelmente a principal lacuna das ideias de Kollontai sobre esse tema seja a não problematização dos papéis de gênero – ausência esta, por outro lado, justificada, se considerarmos que ainda faltavam 50 anos para que o próprio feminismo começasse a questão tratar nesses termos. Em que pese a sua crítica certeira à escravidão doméstica e à dupla carga suportada pela mulher (como trabalhadora e como mãe), Kollontai parece assumir a existência de uma predisposição natural das mulheres para determinados tipos de tarefas. E mesmo quando reconhece que essa inclinação é fruto do costume, e portanto construção histórica, não o faz para desmontar essa tendência, mas para mobilizá-la politicamente. O

instinto materno egoísta torna-se então um instinto posto à disposição da sociedade por meio do trabalho em abrigos infantis estatais, as habilidades culinárias femininas são aproveitadas nos restaurantes populares etc. Ainda teriam que passar muitas décadas até que as feministas da segunda onda apontassem a construção social e cultural de gênero como um dos eixos fundamentais para a reprodução da opressão. No presente, não podemos se não atribuir essa crítica a nós mesmas, e nos perguntarmos como articular o reconhecimento dos saberes e fazeres historicamente femininos com a transformação das relações sociais que reproduzem a divisão sexual do trabalho e a ética reacionária do cuidado.⁹

A independência econômica, a proteção à maternidade (destinando recursos públicos suficientes, mas também garantindo que a decisão de ser mãe tenha sido tomada de maneira livre, voluntária e consciente) e a emancipação com relação ao trabalho doméstico, seguem sendo nos dias de hoje três pilares centrais de todo programa de libertação da opressão de gênero. O quarto pilar, a transformação das formas de vida e das relações interpessoais, foi teorizado por Kollontai certamente da maneira mais sistemática e satisfatória até hoje, e nos deteremos nisso mais adiante. Para todos os demais fatores que afetam de maneira determinante as vidas das mulheres e que nos colocam em situações de violência, discriminação e injustiça (as fronteiras, a superexploração do trabalho, a segregação racial, as políticas migratórias, a habitação precária ou a pobreza energética), Kollontai teria uma resposta clara: sua solução depende da ação política do conjunto da classe.

KOLLONTAI E AS FEMINISTAS

A rejeição à existência de uma “questão da mulher” específica separada da questão social geral é uma constante em toda a obra

⁹ Conceito desenvolvido em: Amaia Pérez Orozoco, *Subversión feminista de la economía*, Traficantes de Sueños, 2014.

de Kollontai e uma das afirmações mais polêmicas para uma leitura contemporânea. Apesar disso, a rigor, se trata de uma observação verdadeira. Não existe uma “questão da mulher” que possa ser separada da questão de classe, migratória ou racial, como de fato setores importantes dos feminismos vêm há tempos advertindo. Qualquer negação desta realidade só pode acabar por justificar e reproduzir as lógicas de exclusão e opressão sistêmicas, como já aconteceu em diversos momentos ao longo da história.

Exemplos tristemente famosos de como o feminismo (ou melhor: uma parte do feminismo) permitiu a perpetuação de relações de discriminação e violência ou, diretamente, as fortaleceu, são a justificativa imperial por parte do sufrágio britânico, a rejeição à visibilidade lésbica nos anos 1970 (e a atual rejeição ao reconhecimento de direitos para as mulheres trans), o apoio a leis criminalizadoras e regularizadoras das formas de vida das comunidades negras ou migrantes e das trabalhadoras sexuais, o feminacionismo como ferramenta neocolonial etc. Como resposta a tudo isso foram surgindo diversas posturas e marcos explicativos que tratam de pensar o modo como tais coisas se interconectam. Certamente a mais famosa dessas propostas é a da interseccionalidade, apesar de as feministas da reprodução social terem demonstrado importantes lacunas e limitações desta teoria. De toda forma, está claro que a realidade demonstra que não é possível melhorar a vida da maior parte das mulheres com uma perspectiva meramente setorial, negando ou sem pretender abordar a origem da maior parte dos problemas que nos afetam.

No início do século XX, o inicialmente denominado “movimento feminino” estava presente por toda a Europa, América e parte da Ásia e se concentrava principalmente no direito ao voto. As feministas haviam criado organizações próprias em um número relevante de países, estavam articuladas internacionalmente e demonstravam uma grande capacidade de incidência midiática, pensamento tático e compromisso político. O repertório de ações que conduziam vai desde o envio massivo de cartas a políticos

e representantes públicos até estratégias de alto nível de risco e sacrifício: boicote a eventos culturais e esportivos, ataques a empresas e instituições públicas, greves de fome e autoagressão na prisão etc. A violência destas práticas foi uma característica definidora do movimento (especialmente nas suas vertentes britânica e estadunidense) e contribuiu para a construção de uma imagem de radicalidade para o sufragismo.

É esse feminismo (o feminismo realmente existente na época) com o qual Kollontai e outras marxistas contemporâneas debatem. E o fazem, ao contrário de outros grupelhos supostamente comunistas que se valem de sua figura para insultar o feminismo atual, reconhecendo o valor das sufragistas e a importância e valentia das mulheres que as precederam. Boa parte da produção escrita de Kollontai está dedicada a este exercício, sem o qual não poderia tratá-las como adversários políticos ou explicar o avanço do movimento. Não há desprezo ou caricaturização alguma, mas sim uma análise sistemática de todos os pontos em que “as feministas” parecem ter acordos programáticos com as comunistas e as motivações e reivindicações que realmente estão por trás de cada grupo. “Se em determinadas circunstâncias as tarefas de curto prazo das mulheres de todas as classes coincidem – escreve em 1908 –, os objetivos finais dos dois lados [...] e as estratégias a seguir, diferem muito”.

Uma leitura não problematizada de textos chave como “Os fundamentos sociais da questão feminina” ou “O movimento das feministas e a importância das trabalhadoras na luta de classes” pode nos levar a dois equívocos opostos: rejeitar a argumentação de Kollontai como um todo, motivada pela maneira que a autora limita o feminismo a suas manifestações burguesas, ou assumir que este reducionismo é correto e acabar sustentando a falácia de que toda articulação feminista é necessariamente expressão da ideologia burguesa.

Pessoalmente, estou firmemente convencida de que quase todas as críticas que Kollontai dirige “às feministas” são corretas

hoje em dia quando se trata do feminismo liberal e institucional. Existe um feminismo *hegemônico* (com maior ou menor facilidade para exercer essa hegemonia em função, entre outras coisas, do nível de desenvolvimento do movimento real) com acesso aos meios de comunicação e uma forte influência cultural, que se considera a si mesmo neutro em termos de classe e que pretende representar os interesses de todas as mulheres. E junto a isso (ou, para ser mais precisa: frente a isso) há também um feminismo que articula as demandas de gênero com o todo dos conflitos sociais, e que entende que a situação das mulheres, e também suas necessidades e preocupações principais, varia em função da classe a que pertencem.

O feminismo, como todo movimento de massas, é um espaço sempre em disputa. Renunciar à luta é assumir a própria incapacidade política e promover a profecia da derrota autorrealizada. Kollontai reconhece e demonstra em repetidas ocasiões a existência de uma dupla genealogia do movimento de mulheres, chegando a empregar uma terminologia muito aproximada à nossa: “movimento feminino” e “movimento feminino burguês”.¹⁰ Duas correntes que podem coincidir nas tarefas imediatas, mas que diferem radicalmente em seus objetivos finais e que são resultado da aparição, a partir dos processos de formação e expansão do capitalismo, de dois grupos de mulheres diferenciados. Nessa perspectiva, é muito mais fácil se desprender das reticências e preconceitos que podem suscitar uma primeira leitura para nos aproximarmos dos argumentos de Kollontai com mais disposição de escuta.

O AMOR CAMARADAGEM

A contribuição mais inovadora, mais extraordinária e mais original de todas as que Kollontai faz ao pensamento marxista

¹⁰ A. Kollontai, “As causas do ‘problema da mulher’”, 1921.

são suas reflexões sobre o amor. Desde o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels e, com maior profundidade, desde o primeiro livro *d'O Capital*, o marxismo tem como argumento fundamental que as relações sociais que se desenvolveram sob o capitalismo não emanam da natureza humana, mas são construções históricas fruto do modo capitalista de organização da produção e da vida. As consequências políticas disso são imensas: se não são naturais, se não se desprendem necessariamente da natureza humana, então é possível imaginar formas distintas de nos relacionarmos e nos organizarmos socialmente; se são históricas, se têm um começo, então também podem ter um final; se são resultado, e, ao mesmo tempo, agente reprodutor de relações materiais concretas, então podemos e devemos criar bases materiais distintas que deem lugar a relações sociais mais saudáveis e plenas.

Até Alexandra Kollontai, as conclusões a esse respeito se limitam, a grosso modo, ao patamar das relações entre classes. É verdade que ao longo do século XIX encontramos várias tentativas de pensar como seriam outras formas de conviver e de organizar não só a produção mas também a vida, mas que geralmente se restringem a grupos isolados e numericamente reduzidos (nos referimos aqui às distintas experiências utópicas, dentre as quais a mais famosa possivelmente seja a dos falanstérios de Fourier) ou são entendidas como um complemento das demandas trabalhistas clássicas (como a abertura de creches e cantinas infantis dentro das fábricas). No final do século se começa a teorizar, sobretudo entre setores anarquistas, o conceito de “amor livre”. Sem ter necessariamente as implicações que atualmente atribuímos ao termo, o amor livre se referia a relações alheias ao matrimônio, que começam e terminam por vontade mútua. Uma de suas principais defensoras foi Emma Goldman.

No campo socialista, as reações ao amor livre foram de vários tipos, embora majoritariamente negativas. Por um lado, se argumentava que as mulheres e homens da classe trabalhadora já estabeleciam, na prática, relações não mediadas pelo matrimô-

nio, enquanto nas classes burguesas isso era resguardado devido ao imperativo da transmissão da herança. Por outro lado, existia uma tendência a interpretar o adjetivo “livre” no sentido liberal do termo. O amor livre passava a ser assim um amor egoísta e isento de responsabilidades. É bastante conhecida uma significativa troca de cartas entre Lenin e Inessa Armand a esse respeito, onde ele tenta convencê-la de retirar o termo de seus textos. Lenin estabelece até dez possibilidades de significação para a expressão, das quais as sete primeiras (*amor livre* de cálculos econômicos, de preocupações materiais, de preconceitos religiosos, das proibições do chefe de família, dos preconceitos sociais, do ambiente opressor e dos entraves da lei) corresponderiam efetivamente aos interesses das mulheres trabalhadoras. Os três últimos (livre da seriedade no amor, livre da procriação, liberdade de adultério) constituiriam reivindicações burguesas e seriam as mais associadas ao termo.¹¹ É importante lembrar, para além da opinião de Lenin de que uma “excitação excessiva e desordem da vida sexual” contribuía para “dissipar a saúde e as energias da juventude”,¹² as ideias sobre degeneracionismo e higienismo social eram bastante populares na época, inclusive em ambientes revolucionários.¹³

A resposta de Kollontai ao problema do amor não se limita ao debate sobre o amor livre. Partindo da constatação da existência

¹¹ Carta a Inessa Armand datada de 17 de janeiro de 1915 em Berna. Publicada pela primeira vez em 1939 na revista *Bolshevik*, 13.

¹² Clara Zetkin, *Memórias sobre Lenin*, Editorial do Estado para a Literatura Política, 1955. In: Vladimir Ilich Lenin: *A emancipação da mulher*, Progresso, 1971.

¹³ Em uma inversão dos discursos degeneracionistas clássicos, no final do século XIX passou a ser possível encontrar literatura operária que caracterizava as práticas burguesas de degeneradas e apresentava a classe trabalhadora organizada como responsável pela limpeza moral e social. As campanhas contra o consumo de álcool empreendidas pelo anarquismo ou a famosa “deportação” em trens lacrados de mulheres que faziam parte da Coluna Durruti são bons exemplos. Os principais dirigentes comunistas, Kollontai incluída, empregavam um vocabulário similar e costumavam fazer uma diferenciação entre os estímulos sexuais fortificantes ou revitalizadores, e os excessivos e extenuantes.

de uma “crise sexual” na Rússia revolucionária (isto é: uma *desordem* nos comportamentos sexuais e nas relações, fundamentalmente entre a juventude), Kollontai vai além do plano das atitudes individuais para pensar o amor em sua dimensão histórica, social e política. O resultado é uma proposta global que rompe com muitas das concepções das correntes comunistas mais rígidas, mas que se insere perfeitamente na engrenagem do pensamento marxista. Ao entender o amor como parte da ideologia (reconhecida como terreno de luta pelo socialismo), Kollontai questiona a ideia de que se trata de um “tema menor” para situar os sentimentos amorosos (ou, para usar termos mais atuais e menos piegas: para situar os afetos e as maneiras em que nos vinculamos emocionalmente) em um lugar central de toda estratégia política revolucionária.

Uma das inovações mais importantes de Kollontai é precisamente esta: ter apontado o amor como uma construção social meio século antes de que o feminismo começasse a falar sobre gênero. Foi preciso esperar até elaborações mais recentes do movimento feminista e a crítica ao modelo do “amor romântico” para encontrar algo similar ao que Kollontai fez há cem anos, e ainda assim, com muito menos carga e implicações políticas. Isso porque sua proposta não se baseia em pensar como deveriam ser as relações de cada uma de nós em separado (critério ético individual) mas sim o tipo de laços e afetos interpessoais que precisamos para construir uma sociedade sem classes, mais justa, feliz e plena.

Descentrar o foco do privado e introspectivo para colocar luz na dimensão social do amor nos ajuda a vislumbrar o modo em que este contribui para dar forma a um determinado tipo de coletividade. Trata-se de um fato aparentemente evidente (ao fim e ao cabo, coletividades baseadas no amor são também os casais convencionais, as famílias ou os grupos de amigos), mas que naturalizamos até o ponto de invisibilizar a questão. Apesar disso, historicamente o amor foi uma arma política que sempre se usou: o amor a um Deus, o amor à nação, o amor aos seus (como no caso

do feminismo ou, muito especificamente, do movimento negro do século XX), e inclusive o amor a uma mulher (como bem explica Kollontai ao falar das lógicas cavalheirescas nas sociedades feudais). Enquanto um sentimento, o amor é um elemento de união, portanto, um elemento organizador. Saber compreender e valorizar a força transformadora que o sentimento de amor contém é fundamental para todo projeto político.

De quais princípios emana a moral sexual e afetiva de nossas sociedades, uma moral que permite e possibilita semelhantes atrocidades? E sobre quais princípios queremos levantar uma moral sexual nova, que nos ajude a viver mais livres e plenas? Kollontai se faz essas perguntas em um momento em que se estavam construindo as bases para um novo modelo de sociedade (de transição ao socialismo) e no qual a revolução havia dinamitado os costumes e hábitos morais de setores importantes da população, especialmente nas zonas urbanas e com uma forte incidência entre as camadas mais jovens. Seus textos mais interessantes a esse respeito constituem a última etapa de sua produção escrita antes de sair da Rússia, e muitos adotam a forma de respostas públicas (em diversos jornais e revistas) a cartas que recebia de jovens militantes do partido. Um bom exemplo disso é o texto “Abram caminho ao Eros alado! Uma carta para juventude operária”, incluído neste livro.

Em seu empenho por compreender a moral sexual como parte da ideologia, Kollontai se afastou das posturas predominantes na época: a nostalgia reacionária dos costumes perdidos e a negação individualista de todo código de conduta. Não nos parece muito difícil, em pleno século XXI e após décadas de neoliberalismo selvagem, reconhecer ambas posições nos discursos que nos rodeiam. A relativa flexibilização dos costumes, a progressiva aceitação de modelos familiares diversos e uma evidente, ainda que superficial, “destabilização” do sexo provocaram, por um lado, o surgimento ou reforço de uma corrente conservadora oposta à mudança, que busca consagrar os supostos costumes tradicionais e a disciplina de gênero como cânon moral de conduta e que está

também presente em setores (minoritários) declarados de esquerda. O outro lado da moeda é uma espécie de niilismo emocional que foi definido de várias formas: consumo de corpos, egoísmo emocional, neoliberalismo sexual etc.

Os debates dos últimos anos em torno do poliamor e do amor romântico e o crescente interesse dentro do feminismo por pensar os afetos são uma resposta a tudo isso. Sem julgar ou culpabilizar atitudes individuais, se trata, porém, de entender quais são as lógicas que nos levam a reproduzir em nossas condutas sexuais e nas relações as dinâmicas de posse e consumo/descarte próprias do sistema. Em 1921, Kollontai escrevia que “nós, que pertencemos a um século de propriedade capitalista, um século de intensas lutas de classes e de moral individualista, ainda vivemos e pensamos sob o signo funesto de uma invencível solidão moral”.¹⁴ Tinha e ainda tem razão. Kollontai tenta diferenciar a adaptação passivo-adaptativa às condições capitalistas de vida e a aparição de princípios ativos e criadores que constituam uma reação ativa a tal lógica. Para defender, na sequência, a construção de uma moral proletária que se realiza no próprio processo da luta de classes e que também é uma ferramenta para ela. Não por que esta destrua nada por si mesma (e há aqui um interessante debate com as concepções mais entusiastas sobre o potencial revolucionário da sexualidade, nas quais eu pessoalmente me situo do lado de marxistas como Holly Lewis¹⁵), mas por seu potencial para criar solidariedades, vínculos e afetos, e para influir na transformação das mentalidades. A pergunta seria, então, como aumentamos o “potencial amoroso” da humanidade (reduzido ao mínimo sob as condições de vida capitalista) e sobre quais princípios levantamos uma nova moral sexual e afetiva? Como transcendemos as soluções individuais e geramos marcos relacionais emancipadores e

¹⁴ A. Kollontai, “Relações sexuais e luta de classes”, 1921.

¹⁵ La política de todos: feminismo, teoría queer y marxismo en la intersección, Bellaterra, 2020.

justos para todas e todos? Kollontai dá uma dupla resposta a essas questões, identificando a solidariedade e a cooperação como os dois princípios básicos para o estabelecimento de vínculos. Isso a leva a uma constatação lógica: “Uma estrutura social baseada na solidariedade e na cooperação exige um potencial de amor altamente desenvolvido, ou seja, que as pessoas sejam capazes de experimentar sentimentos de verdadeira simpatia entre si. Sem isso, a solidariedade não pode ser duradoura”.¹⁶ E apenas em uma sociedade organizada com critérios distintos dos atuais, apenas mediante a reorganização fundamental de nossas relações socioeconômicas sobre uma base comunista, é possível ampliar o “potencial de amor”. *Sem essa máxima, não há saída.*

Certamente um dos maiores atrativos do pensamento de Kollontai é o modo em que suas ideias, formuladas há um século, se conectam com nossos debates atuais e nos oferecem respostas muito mais satisfatórias e avançadas politicamente do que as que todo o feminismo posterior (e não vamos dizer o movimento operário) proporcionou. Em sua obra encontramos formulada pela primeira vez uma *ideologia proletária do amor*, que transcende o pensamento sobre as relações de casal ou estritamente sexuais para teorizar sobre a faculdade humana de amar no sentido mais amplo do termo, rompendo com a hierarquia dos relacionamentos que categoriza nossos vínculos como mais ou menos importantes e com a competição ou contradição entre os diferentes tipos de afeto. Ou seja: em Kollontai encontramos uma proposta de ruptura com a monogamia que não se baseia na preferência ou conveniência pessoal, mas na evidência de que o ideal do amor completo por meio de uma única pessoa, além de irrealizável, entra em contradição direta com os interesses da nossa classe.

Esta é a definição do *amor-camaradagem*: um amor baseado na liberdade plena, na igualdade e na solidariedade amistosa,

¹⁶ A. Kollontai, “Abram caminho ao Eros alado! Carta à juventude operária”, 1923.

onde não interessa a forma, mas o conteúdo do vínculo. Igualdade recíproca, reconhecimento mútuo de direitos, uma abordagem baseada na camaradagem: fatores que só podem se realizar coletivamente em e por meio da luta política, e que transcendem qualquer debate sobre poliamor e amor livre para construir formas mais plenas e justas de nos relacionarmos entre nós. Entendendo que, como escreve Kollontai, “entre as múltiplas tarefas importantes das quais está incumbida a classe trabalhadora, está também, sem dúvida, a de construção de relações intersexuais mais saudáveis e felizes”.¹⁷

A CENTRALIDADE DO FEMINISMO NA LUTA DE CLASSES

Resgatar Kollontai das garras do passado tem especial sentido em nosso presente, marcado pela sucessão ininterrupta de crises, nas quais a reprodução das bases materiais que sustentam a vida cada vez se realiza em condições mais precárias, as lutas se feminizam (não por que antes não houvesse mulheres nelas, mas por que agora as que estão na linha de frente são precisamente as protagonizadas por mulheres) e o movimento feminista irrompe como vetor politizador das massas, capaz de condensar boa parte das contradições do sistema. Após a queda do muro de Berlim e o desaparecimento do mal chamado “socialismo real”, o mundo ficou órfão de alternativas ao capitalismo. O discurso do “fim da história” se impôs: já não havia luta de classe, se acabou o conflito como motor histórico, não há mais tentativas de explicar os fenômenos sociais com “grandes narrativas”. Agora que qualquer um poderia ser proprietário e que a sociedade não existe, há apenas homens e mulheres fazendo escolhas pessoais cujas consequências eram inteiramente de sua responsabilidade. Essa ladainha, claro, era mentira.

¹⁷ A. Kollontai, “Relações sexuais e luta de classes”, 1921.

Na última década fomos testemunhas de um renovado interesse pelo pensamento marxista nas universidades e também nos movimentos sociais. O colapso da fachada de bem-estar e progresso por meio do mercado que a crise de 2008 provocou dinamitou as ilusões de salvação individual e redirecionou o debate em torno da construção de um sujeito coletivo antagonista capaz de contestar a atual correlação de forças. Este fenômeno se deu de forma distinta em diferentes setores. Frente a uma recuperação da classe como categoria sociológica cristalizada ou como miscelânea identitária, as vertentes mais ricas do pensamento marxista buscaram detectar quais eram as lutas e os processos sociais que estão de fato contribuindo para a formação desse novo sujeito de classe, e quais mecanismos por meio dos quais se produzem as tomadas coletivas de consciência. O modo em que o movimento feminista organizou a luta contra as dinâmicas de exploração e despossessão capitalistas o situa centro desses processos.

O fato de que, depois de décadas de fragmentação, tenha sido o feminismo que recuperou na prática a ideia de um sujeito coletivo *para si*, que se autoconstrói politicamente e se articula internacionalmente, despertou uma reação furiosa entre os defensores de um sujeito de classe mítico e idealizado. Os que reduzem a potência da classe trabalhadora a uma imagem cristalizada e unívoca, se esquecem que os sujeitos não se decretam e que as classes se constroem e definem unicamente por meio da luta de classe.¹⁸ Os sujeitos precisam da práxis, se constroem na luta conjunta e a partir de experiências concretas compartilhadas. Não existe essência ou identidade natural alguma que reclamar sem a materialidade das práticas.

A consciência feminista e a consciência de classe estão completamente interconectadas. Por mais que isso desagrade as pro-

¹⁸ Possivelmente a melhor definição de “classe social” formulada até o momento seja a que encontramos em: E. P. Thompson, *A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classe?*, 1978.

pagandistas da sororidade universal, que apaga as relações de exploração e nega as diferenças entre mulheres, não há emancipação possível da mulher no capitalismo, pois a opressão de gênero, na forma atual, é resultado direto da contradição capital/trabalho. Por mais que possam franzir a testa os nostálgicos da opressão principal e de uma classe trabalhadora mítica que jamais existiu, não é possível questionar o sistema capitalista sem considerar gênero e raça, porque ambos se encontram no centro das dinâmicas de exploração e despossessão do capital. É por meio da experiência e da luta concreta que as mulheres estabelecem conexões, porque na realidade material não é possível separar as duas questões. Nesse sentido, na medida em que pode questionar e confrontar diretamente muitos dos mecanismos de reprodução do capital, o feminismo tem a capacidade, às vezes mais ou menos desenvolvida, de se tornar um processo de subjetivação da classe. De construção de sujeito. Se transforma em *luta de classes feminista*.

Kollontai explica com vários exemplos a forma como se produz essa tomada de consciência e a maneira em que as consciências de classe e “feminista” repercutem mutuamente uma na outra. Apesar de seus argumentos contra as feministas burguesas e contra a existência de uma questão feminina específica, dedicou boa parte da sua vida para impulsionar a auto-organização das mulheres (incluindo, em especial, as que não militavam no partido) e não há, em nenhuma parte de sua obra, uma negação explícita das demandas feministas da época. Nem mesmo as das sufragistas, movimento sobre o qual reconhece que as mulheres trabalhadoras foram maioria em muitos lugares. Em “O Dia Internacional da Mulher” ela enfrenta acusações de dividir a classe para defender a especificidade do 8 de março e a necessidade de sua existência. Embora ela tenha claro que o reconhecimento formal de direitos não porá fim a discriminação, em vários de seus textos aponta que isso não significa que a melhora parcial nesse sistema não seja possível, e defende a participação das comunistas nesses processos e na luta por direitos políticos.

Em Kollontai, encontramos uma proposta para a solidariedade baseada no interesse comum. Não na bondade ou na empatia, mas na constatação de que se melhoramos a situação de uma parte desfavorecida da classe, melhoramos também a do conjunto da classe. Aceitar essa máxima como ponto de partida para nossa ação política hoje nos coloca em uma melhor posição para enfrentar muitos dos debates acerca da ampliação de direitos, a suposta contradição de interesses e a aliança entre setores oprimidos. E junto ao que foi desenvolvido posteriormente sobre o lugar que o gênero ocupa no funcionamento do capitalismo contemporâneo,¹⁹ nos permite compreender que o potencial transformador dos movimentos de mulheres não se deve a nenhuma característica essencial nem ahistórica, mas a nossa posição de setor estratégico da classe.

Kollontai escreve que o movimento feminino proletário é uma parte orgânica do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Em 2021 podemos dizer não só que isso ainda é verdade, mas também que o movimento feminista constitui um pilar central dos processos de recomposição de classe. Qualquer outra interpretação não corresponde a uma análise rigorosa das dinâmicas capitalistas e das relações sociais. Abordar Kollontai de uma forma crítica e sem preconceitos pode nos dar ferramentas para pensar como impulsionar a (re)construção do tão necessário sujeito de classe, mas também imaginar formas distintas de organizar a vida. A defesa da vida frente à destruição capitalista, a convicção de que uma vida boa e bela tem necessariamente que ser possível, permeia todo o pensamento emancipador desde Marx e Engels e é parte essencial da potência comunista. Em Kollontai encontramos, além disso, uma proposta de bases morais e materiais para a completa reorganização social.

¹⁹ Especialmente relevante por sua capacidade tanto criadora como de síntese é: Nancy Fraser, *Los talleres ocultos del capital*, Traficantes de Sueños, 2020.

Em nome da igualdade, da liberdade e do amor, fazemos um chamado a todas as mulheres trabalhadoras, a todos os homens trabalhadores, mulheres camponesas e homens camponeses, para que resolutamente e cheios de fé se entreguem ao trabalho de reconstrução da sociedade humana para fazê-la mais perfeita, mais justa e mais capaz de assegurar ao indivíduo a felicidade a que tem direito.²⁰

Boa leitura.

²⁰ A. Kollontai, “O comunismo e a família”, 1921.

Kollontai 150

Os fundamentos sociais da questão da mulher (1909)¹

O movimento de mulheres na Rússia passa por um momento decisivo em sua história: em dezembro de 1908, revisará a atividade criativa levada a cabo pelas organizações de mulheres nos últimos anos e, no Congresso de Mulheres de toda a Rússia, deverá decidir sobre o “curso de ação” que as feministas² devem seguir nos próximos anos de luta pela emancipação das mulheres. Como resultado dos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia, os complexos problemas sociopolíticos que até recentemente ainda pertenciam ao domínio das abstratas questões “espinhosas”, agora estão se transformando em questões urgentes que exigem um enérgico engajamento prático e uma solução. Esses problemas incluem a chamada questão da mulher. A cada dia que passa, um número crescente de mulheres se veem arrastadas pela busca de uma resposta para três perguntas preocupantes: Qual caminho devemos seguir? Que devemos fazer? Como podemos nos assegurar de que o setor feminino da população russa também receba os

¹ Introdução ao livro *Os fundamentos sociais da questão feminina*. Extraído de *Os fundamentos sociais da questão feminina*, do Arquivo Alexandra Kollontai – seção espanhola do Marxists Internet Archive (MIA). Escrito em 1908, pouco antes do Primeiro Congresso das Mulheres de Toda a Rússia e publicado em 1909 em forma de livro de acordo com a seção inglesa também do MIA, datando a introdução de 1908 e o panfleto de 1909. (N. E.)

Tradução: Aline Piva

² Feminismo, um movimento de mulheres burguesas que busca a igualdade de direitos para as mulheres dentro no marco do estado burguês. As feministas exigiam que fosse concedido às mulheres o direito de eleger e serem elegeridas, o direito de dedicar-se ao comércio e às operações comerciais. (N. E.)

frutos da longa, obstinada e agonizantemente difícil luta por uma nova estrutura política em nossa pátria?

A Aliança para a Igualdade,³ juntamente com a seção sobre o direito das mulheres ao voto da Sociedade de Ajuda Mútua das Mulheres Russas, decidiram convocar o Primeiro Congresso das Mulheres de Toda a Rússia⁴ para dar uma resposta exaustiva a essas três perguntas.

O programa do próximo congresso de mulheres é extremamente amplo: na primeira seção, propõe-se realizar uma avaliação da atividade das mulheres em diversas profissões na Rússia; na segunda, propõe-se examinar a situação econômica das mulheres e investigar as condições de trabalho no comércio e na indústria e nos serviços domésticos, bem como examinar a questão da proteção do trabalho feminino etc.; será criada uma subseção especial para examinar questões relacionadas à família, ao matrimônio e à

³ Aliança Para a Igualdade da Mulher, organização feminista formada na Rússia na virada do século XX. A aliança exigiu que às mulheres fossem concedidos igualdade política e o direito de exercer várias profissões. A aliança foi dissolvida após a derrota da primeira revolução russa de 1905-1907. (N. E.)

⁴ O Primeiro Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, organizado por sociedades burguesas, teve lugar em São Petersburgo, de 10 a 16 de dezembro de 1908. Participaram 700 delegadas, incluindo um grupo de 45 mulheres trabalhadoras. As feministas, que organizaram o congresso, pretendiam levá-lo a cabo sob o lema: “O movimento feminino não deve ser burguês nem proletário, mas um único movimento animado por um único espírito”. Em seus discursos, as delegadas operárias expuseram a oposição de classe entre os movimentos de mulheres proletárias e burguesas. Apesar de serem minoria, as delegadas operárias conseguiram persuadir o congresso a adotar resoluções sobre a proteção do trabalho feminino e infantil, sobre a proteção das mães camponesas e outras. As trabalhadoras também apresentaram uma resolução que exigia o direito ao voto universal, igualitário, direto e secreto. O *presidium* recusou-se a apresentar esta resolução e a substituiu por outra, redigida com espírito liberal-burguês. O grupo de delegadas operárias deixou o congresso em sinal de protesto.

Kollontai foi uma das organizadoras encarregadas dos trabalhos preparatórios com as delegadas operárias antes do congresso, trabalhos dos quais participou ativamente. No congresso, V. I. Volkova, uma mulher trabalhadora, leu um discurso preparado por Alexandra Kollontai, que havia sido forçada a fugir para o exterior devido à vigilância policial. (N. E.)

prostituição; as tarefas da terceira seção incluirão a atual posição civil e política da mulher e as medidas que devem ser adotadas na luta pela igualdade das mulheres nessas esferas; por último, na quarta seção, serão estudadas questões relacionadas à educação da mulher.

Não se pode deixar de acolher com satisfação esse amplo programa do Congresso das Mulheres de Toda a Rússia, especialmente quando comparado com o projeto de programa publicado na revista *Soyuz zhenshchin* (*A Aliança de Mulheres*), n. 3, 1907. Neste projeto de programa, foi totalmente omitida questões tão importantes como a posição econômica da mulher em relação à proteção legal do trabalho feminino. Seria isso um mero descuido, um acidente? Se, de fato, foi um simples descuido, então foi um descuido característico, esquecer o aspecto econômico da questão da mulher, a situação da mulher trabalhadora e a proteção do trabalho feminino, é o tipo de “acidente” que determinaria imediatamente a natureza do próximo congresso e tornaria impossível e inútil a participação daqueles setores da população feminina para os quais a questão da mulher está íntima e inextricavelmente ligada às questões trabalhistas gerais de nossos dias. Agora que esse descuido foi corrigido, a segunda seção será inteiramente dedicada à questão do trabalho feminino e da posição econômica da mulher. Portanto, não haveria valido a pena nos determos para comentar um incidente tão pequeno se não fosse típico de nossas “sufragistas” burguesas.

Com a cautela típica das feministas burguesas, as organizadoras do congresso hesitaram por muito tempo: qual deveria ser a natureza do congresso? A omissão no projeto de programa do ponto relativo à posição econômica da mulher está, em nossa opinião, intimamente relacionada com estas hesitações. Em uma das reuniões preparatórias para o próximo congresso, pessoas com uma considerável influência no mundo feminista insistiram que o congresso não deveria dedicar-se para “tarefas de propaganda”, mas sim que deveria se concentrar em questões concretas, como

a luta contra o alcoolismo. Assim, até muito recentemente, as organizadoras do congresso ainda não sabiam se este deveria assumir o caráter de uma conferência de “senhoras” benevolentes preocupadas com a moral e a caridade, ou se deveria tentar romper a indiferença das mulheres para com seus próprios destinos e atraí-las para as fileiras dos que lutam pela emancipação da mulher. Sem embargo, sob a influência das partidárias mais clarividentes da igualdade de direitos, a segunda tendência gradualmente foi se impondo. O lema escolhido para o próximo congresso é o tradicional grito de guerra feminista: a união de todas as mulheres na luta por direitos e interesses puramente femininos.

O congresso serviu de estímulo às organizações feministas. O formigueiro feminino foi agitado. Uma após a outra, feministas como Pokrovskaya, Kalmanovich, Shchepkina, Vajtina e outras proferiram discursos e conferências cujo conteúdo poderia ser resumido no mesmo apelo à mobilização das mulheres: “Mulheres de todas as classes da população, uni-vos!”

Por mais tentador que pareça esse lema “pacífico”, por mais que pareça prometer à pobre irmãzinha da mulher burguesa (a mulher trabalhadora), é precisamente esse lema tão caro às feministas que nos obriga a fazer uma pausa e examinar mais detalhadamente o próximo congresso da mulher, e submeter seus objetivos e aspirações fundamentais a uma avaliação cuidadosa do ponto de vista dos interesses da mulher trabalhadora.

De forma concreta, é uma questão de saber se as mulheres da classe trabalhadora devem responder ao chamado das feministas e participar ativa e diretamente na luta pela igualdade das mulheres ou se, fiéis às tradições de sua classe, devem seguir seu próprio caminho e lutar por outros meios para libertar não apenas as mulheres, mas toda a humanidade da opressão e escravização das formas de vida social do capitalismo contemporâneo.

No entanto, antes de responder a essa pergunta, penso ser necessário expor as propostas básicas que servem de ponto de partida para os argumentos que irei apresentar.

Deixando aos nossos ilustres amigos, os eruditos burgueses, a possibilidade de examinar mais de perto a questão da superioridade de um sexo sobre o outro, ou de ponderar o cérebro e calcular a composição intelectual do homem e da mulher, os partidários do materialismo histórico reconhecem plenamente as diferenças naturalmente existentes entre os sexos e exigem apenas uma coisa, a saber: que seja oferecida a cada indivíduo, homem ou mulher, a possibilidade real de alcançar a mais livre e plena autodeterminação e, também, as mais amplas oportunidades possíveis para o desenvolvimento e aplicação de todos os talentos naturais. Ao mesmo tempo, os partidários do materialismo histórico negam a existência de questões especificamente femininas à margem da questão social geral de nossos dias. Certos fatores econômicos já conduziram à posição subordinada das mulheres, com suas características naturais desempenhando um papel puramente *secundário*. Somente o desaparecimento total desses fatores (econômicos), somente a evolução das formas econômicas que outrora causaram a escravidão da mulher pode produzir uma mudança radical em sua posição social. Em outras palavras, a mulher só pode se tornar verdadeiramente livre e gozar da igualdade em um mundo transformado e baseado em novos princípios sociais e econômicos.

Esta afirmação, no entanto, não exclui a possibilidade de uma melhora parcial da vida da mulher no marco do sistema existente, ainda que uma solução verdadeiramente radical do problema do trabalho só seja possível com a completa reestruturação das relações de produção existentes. Não obstante, tal visão da situação não deve atuar como um freio aos esforços de reforma destinados a satisfazer os interesses imediatos do proletariado. Ao contrário, cada nova conquista da classe trabalhadora é um degrau na escada que conduz a humanidade ao reino da liberdade e da igualdade social; cada novo direito conquistado pela mulher a aproxima de seu objetivo: a emancipação total.

Mais uma observação: ao discutir a questão da emancipação das mulheres, é preciso basear-se firmemente, como no caso de

qualquer outra questão sociopolítica, nas relações realmente existentes. Tudo o que pertence ao âmbito das “aspirações morais” ou outras estruturas ideológicas, deixamos voluntariamente à disposição do liberalismo burguês. Para nós, a emancipação da mulher não é um sonho, nem mesmo um começo, mas uma realidade concreta, um fato que nasce a cada dia que passa. Passo a passo, as relações econômicas modernas e todo o futuro desenvolvimento das forças produtivas estão ajudando, e seguirão ajudando, a libertação das mulheres de séculos de opressão e escravidão. Basta olhar ao redor para ver que é assim. Em todos os lugares, em quase todas as esferas de produção, as mulheres agora trabalham ao lado dos homens. Na Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Áustria, das 81 milhões de pessoas empregadas na indústria, 27 milhões são mulheres.⁵ O número de mulheres que levam uma existência independente e sua relação proporcional ao total da população feminina nos países civilizados é mostrado na tabela a seguir; de acordo com os últimos censos nacionais, a porcentagem da população masculina e feminina que vive de sua própria renda é a seguinte:⁶

País	Mulheres	Homens
Áustria	47%	63%
Itália	40%	66%
Suíça	29%	61%
França	27%	58%
Grã Bretanha e Irlanda	27%	58%
Bélgica	26%	60%
Alemanha	25%	61%
Estados Unidos	13%	59%
Rússia	10%	43%

Ao passar da avaliação proporcional para números absolutos, descobrimos que, embora na Rússia o número de mulheres que

⁵ Cf. T. Schlesinger-Eckstein, *Women at the Beginning of the 20th Century*, p. 38 (em russo).

⁶ Cf. Prof. Y. Pirstorf, *Women's Labour and the Women's Question*, São Petersburgo, 1902, p. 27 (em russo).

vive de sua própria renda seja menor do que em outros países, esse número é, de fato, bastante grande. De acordo com o último censo, das 63 milhões de mulheres na Rússia, mais de 6 milhões vivem de sua própria renda; nas cidades, 2 em cada 8 milhões (ou seja, 25%) ganham a vida por conta própria; nas áreas rurais, 4 milhões do total de 55 milhões de mulheres são independentes. Se for considerada a população total com emprego remunerado na Rússia (ou seja, a população que vive com sua própria renda), então, das 33 milhões de pessoas com emprego remunerado, 27 milhões são homens e 6 milhões são mulheres [...].

Na Rússia, a mão-de-obra feminina está particularmente difundida na indústria têxtil, em todos os ramos em que a mão-de-obra feminina predomina sobre a masculina [...].⁷ Além da indústria têxtil, o trabalho industrial feminino na Rússia também é amplamente utilizado em setores como produção de alimentos e, em particular, nas padarias: 4.391 mulheres e 8.868 homens; na indústria química, em especial na cosmética: 4.074 mulheres e 4.508 homens; na indústria do vidro: cerca de 5 mil mulheres; na indústria de porcelana: cerca de 4 mil, na indústria de azulejos e tijolos cerca de 6 mil. O número de mulheres é pequeno apenas na indústria metalúrgica.

Os números citados são, em nossa opinião, suficientes para mostrar que, na indústria russa, se utiliza amplamente a mão-de-obra feminina. Além disso, deve-se recordar que a Rússia passou para a produção capitalista em grande escala há relativamente pouco tempo e, à medida que a esfera da economia capitalista se amplie, sua indústria atrairá um número crescente de mulheres trabalhadoras.

Mesmo agora, nas maiores cidades da Rússia que têm grandes empresas capitalistas de grande escala, o trabalho feminino, e em particular o trabalho proletário feminino, constitui, levando em conta as reservas de mão-de-obra feminina, uma proporção bas-

⁷ *Manual estadístico*, número III, 1908 (em russo).

tante considerável da força de trabalho total. Em São Petersburgo, por exemplo, segundo o censo de 1900, havia 40 mulheres para cada 100 homens que viviam do próprio trabalho [...].⁸

As mulheres são as mais numerosas entre aqueles que ganham a vida com o trabalho proletarizado: para cada 269 mil homens trabalhadores, há 74 mil mulheres trabalhadoras, e para cada 40 mil homens “solteiros”, há 30 mil mulheres “solteiras”. Quem são essas mulheres “solteiras”? Naturalmente, elas constituem o setor mais explorado dos pequenos ofícios: costureiras, tecelãs, floristas etc., que trabalham em casa como trabalhadoras supostamente autônomas para intermediários capitalistas e que estão submetidas, como consequência de seu isolamento, à mais dura escravidão do capital. Há um número consideravelmente menor de mulheres empregadas nessas profissões (3 mil para cada 74 mil homens), enquanto apenas 13 mil mulheres para cada 31 mil homens se enquadram na categoria de “proprietários”.

As proporções dentro do trabalho feminino dos diversos grupos sociais em outros países e a posição dos trabalhadores industriais masculinos e femininos entre aqueles que ganham a vida de forma independente são mostrados na tabela a seguir.

Como pode ser visto nesta tabela, na Áustria, o número de mulheres trabalhadoras supera o de homens: para 4,4 milhões de homens há mais de 5 milhões de mulheres. Na Alemanha, o número de mulheres trabalhadoras é mais da metade do número de homens. O mesmo acontece na França e na Inglaterra. Somente na América do Norte essa correlação é um pouco menos favorável para as mulheres.

⁸ Em 1881, em São Petersburgo, havia 27 mulheres que viviam do próprio trabalho para cada 100 homens; em 1890, havia 34 mulheres, e em 1900, esse número subiu para 40. (Levikson-Lessing, *On the Employment of Women in St Petersburg According to the Censuses of 1881, 1890 and 1900*, p. 141-147 (em russo).

País	Ano do censo	População total		População industrial		População industrial incluindo trabalhadores industriais	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Áustria	1890	11,7	12,2	7,8	6,2	4,4	4,3
Alemanha	1895	25,4	26,4	15,5	6,6	9,3	5,3
França	1891	18,9	19,2	11,1	5,2	5,0	3,6
Inglaterra	1891	14,1	14,9	8,9	4,0	5,4	3,1
Estados Unidos	1890	32,1	30,6	18,8	3,9	8,7	2,9
Total		102,2	103,3	62,1	25,9	32,8	20,2

[...] O crescimento da mão-de-obra feminina significa, naturalmente, um crescimento contínuo do papel da mulher na produção nacional. As mulheres são responsáveis por cerca de um terço da produção total de bens para o mercado mundial. Esse crescimento constante do trabalho feminino desperta medo em muitos economistas burgueses, obrigando-os a ver na mulher um perigoso rival ao homem na esfera do trabalho e a reagir com hostilidade à expansão do trabalho feminino.

Tal atitude é justificada, e a mulher é sempre uma mera rival “ameaçadora” para o homem?

O número de mulheres trabalhadoras aumenta constantemente, mas o desenvolvimento contínuo das forças produtivas também exige uma força de trabalho cada vez maior. Apenas em certos momentos da revolução tecnológica se produz uma redução na demanda por novos trabalhadores ou a substituição de uma categoria de trabalhadores por outra: as mulheres substituem os homens apenas para serem substituídas por crianças e jovens. No entanto, cada passo adiante no progresso tecnológico faz com que o ritmo de produção se intensifique, e esse novo aumento da produção inevitavelmente traz consigo uma nova demanda por trabalhadores de todas as categorias. Assim, apesar de pausas temporárias e, por vezes, das fortes flutuações, o número de trabalhadores que se incorporam à indústria acaba aumentando, em

última instância, com o crescimento das forças produtivas mundiais. O crescimento do número de ambas as categorias de trabalhadores (homens e mulheres) é absoluto, enquanto o crescimento mais intenso da mão-de-obra feminina em relação à masculina é apenas relativo [...].

Em linhas gerais, o que está acontecendo no mercado de trabalho não é a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina, mas sim o agrupamento da força de trabalho de ambas as categorias de acordo com a profissão: algumas profissões e ramos da indústria empregam cada vez mais mulheres (serviço doméstico, indústria têxtil, indústria de confecção), enquanto outras dependem principalmente da mão-de-obra masculina (mineração, siderurgia, indústria mecânica etc.). Além disso, não há dúvida de que o crescimento quantitativo da mão-de-obra feminina também está ocorrendo graças à diminuição do trabalho infantil, e isso é algo que só podemos saudar com satisfação. Com a promulgação de novas leis para proteger as crianças pequenas e aumentar a idade em que as crianças podem ser empregadas no trabalho industrial, o reagrupamento da força de trabalho implica, sem dúvida, um aumento no número de mulheres trabalhadoras.

Assim, a afirmação de que as mulheres são os rivais trabalhistas mais perigosos dos homens só pode ser aceita com algumas reservas. Deixando de lado a questão da competição existente nas profissões, observaremos unicamente que, no meio proletário, a mulher trabalhadora só constitui uma rival do homem quando está isolada, sem participar da luta proletária conjunta. A mulher trabalhadora é uma rival do homem, uma rival “ameaçadora”, que reduz o salário e destrói sem piedade o fruto de seus sucessos em sua luta organizada contra o capital, apenas quando não está envolvida no movimento geral de classe e sindical. No entanto, não seria todo proletário não organizado um rival desse tipo, seja ele um “caipira” faminto de um povoado, um “pária” de sua profissão ou simplesmente um trabalhador privado de um emprego permanente? A mulher trabalhadora tem um efeito prejudicial sobre as

condições de trabalho na medida em que são, até agora, o setor menos organizado da classe trabalhadora. O capital se serve dela para fazer frente ao setor mais consciente e unido da classe trabalhadora. No entanto, a partir do momento em que as mulheres entram nas fileiras dos lutadores organizados pela libertação da classe trabalhadora, a afirmação de que as mulheres trabalhadoras são as piores rivais dos homens trabalhadores deixa de ser categórica. O proletariado organizado de qualquer sexo perde sua capacidade de prejudicar os camaradas de classe.

Feitas essas reservas preliminares e visto muito brevemente alguns exemplos estatísticos, buscaremos agora as respostas às questões colocadas anteriormente. A quem deseja saber mais sobre as condições do trabalho feminino, o crescimento da força de trabalho feminina e sua importância na vida econômica das nações, remetemos a obras especiais escritas sobre o assunto. Aqui queremos apenas sublinhar mais uma vez o estreito vínculo que existe, sem dúvida, entre o desejo de emancipação da mulher e as tendências observadas no desenvolvimento econômico da sociedade. Manter constantemente em mente essas tendências nos permitirá descobrir mais facilmente o caminho a ser seguido pela mulher que tem uma ampla compreensão do que deve fazer para alcançar sua plena e completa emancipação.

Em resposta à questão do que deve ser feito pelas mulheres que desejam defender seus direitos e interesses violados, o ideólogo burguês se apressa a responder: “Unir-se a outro elemento socialmente fraco, organizar-se e unir-se na luta contra os opressores masculinos” [...].

Este conselho não caiu em terreno baldio. Nos últimos anos, vimos organizações feministas surgirem uma após a outra. O feminismo na Rússia, incluindo o feminismo como o entendemos tradicionalmente, é indiscutivelmente um fenômeno novo. A primeira publicação feminista *Zhenskoye dyelo* (*A causa das mulheres*) apareceu em 1899. Por muitos anos, o desejo de emancipação das mulheres russas limitou-se à demanda pela igualdade de

oportunidades educacionais. Desde a década de 1860, quando a questão da mulher foi levantada pela primeira vez na Rússia, até os dias atuais, o movimento feminino não tem sido outra coisa senão a história da luta para melhorar e expandir o nível da educação feminina, principalmente o Ensino Superior. Nos sucessos alcançados nessa esfera, as mulheres das classes burguesas viram, não sem razão, um dos principais métodos para ampliar a esfera do trabalho profissional feminino, base de sua independência econômica.

Com a abolição da servidão, que alterou radicalmente as relações econômicas e sociais na Rússia⁹ e obrigou uma grande parte da população a buscar meios de subsistência, a questão da mulher também foi levantada na Rússia. O sistema pós-reforma começou a lançar no mercado de trabalho não apenas o trabalhador profissional masculino, mas também um tipo de mulher até então desconhecido que, como seu colega masculino, também procurava trabalho para ganhar o pão de cada dia. O lema tradicional das mulheres, “liberdade de trabalho”, converteu-se, ao ser adotado pelas mulheres russas, em uma reivindicação de liberdade para receber educação, sem a qual todas as portas para o emprego profissional permaneciam fechadas. Naturalmente, depois de concluir o Ensino Superior, as mulheres exigiram o livre acesso ao emprego público e privado, e essa demanda foi satisfeita com base em considerações puramente econômicas, à medida que a iniciativa privada e as instituições estatais começaram a perceber as vantagens de empregar a mão-de-obra feminina, mais barata e mais disposta a trabalhar.

⁹ Trata-se de uma referência à abolição da servidão na Rússia em 1861 pelo governo tsarista, que se viu forçado a introduzir essa reforma como consequência do desenvolvimento econômico do país e do aumento das ações camponesas em grande escala causadas por conta da exploração dos servos camponeses pelos latifundiários. O resultado objetivo da “Reforma Camponesa” foi, como escreveu Lenin, a substituição de uma forma de exploração por outra, a substituição da servidão pelo capitalismo.

A esfera do trabalho profissional feminino se ampliou gradualmente, mas as mulheres continuaram a exigir “liberdade de educação e de escolha de profissão”. A igualdade política não podia ser exigida, pois naquela época até mesmo os homens careciam de direitos políticos. Quando se tratava dos direitos civis da mulher, a posição das mulheres russas a esse respeito era bastante tolerável em comparação com a de suas colegas da Europa Ocidental,¹⁰ de modo que não havia motivos óbvios para a agitação feminista.

Desnecessário dizer que o movimento de mulheres em discussão aqui era de natureza claramente burguesa: envolvia apenas um círculo bastante reduzido de mulheres, principalmente da nobreza, com alguns representantes da *raznochintsy* (as novas “classes médias”).¹¹ Nenhum ideal socialista era expresso nas demandas das principais defensoras da igualdade feminina na Rússia. Era fato que, a cada ano, a indústria russa empregava mais milhares de mulheres proletárias, mas parecia que um abismo intransponível separava a mulher emancipada e educada da mulher trabalhadora de mãos calejadas, e que nenhum contato entre elas era possível.

¹⁰ Segundo a legislação russa, uma mulher, ao atingir a maioridade, é considerada plenamente competente em direitos: ela pode agir civilmente por direito próprio, tornar-se guardiã até mesmo de não familiares, ser testemunha etc. A mulher dispõe dos seus próprios bens, inclusive se contrair matrimônio, uma vez que a lei reconhece os direitos de propriedade autônomos de cada um dos cônjuges. A tutela do marido sobre a mulher, como praticada, por exemplo, na França, não existe na Rússia. Apenas em matéria de herança as mulheres são discriminadas por lei em relação aos homens: na linha de descendência direta, a filha herda apenas 1/14 dos bens fixos e 1/7 dos bens móveis; enquanto na linha de descendência colateral, os direitos das mulheres são ainda menores.

¹¹ *Raznochintsy*: pessoas de vários estratos sociais que, tendo adquirido educação, mudaram seu ambiente social anterior, o de funcionários de baixo escalão, da pequena burguesia, comerciantes, do clero e camponeses. Com o desenvolvimento do capitalismo, o número de *raznochintsy* aumentou. Lenin os descreveu como “os representantes educados da burguesia liberal e democrática”. (N. E.)

As mulheres desses dois campos sociais opostos só entravam em contato por meio da atividade filantrópica. Desde o início do movimento de mulheres na Rússia (como, de fato, em todos os lugares onde as organizações de mulheres ainda não haviam alcançado a autodeterminação), a filantropia estava na vanguarda.¹² Quase todas as organizações de mulheres na Rússia nos últimos anos foram essencialmente filantrópicas. As mulheres se organizaram e criaram sociedades de mulheres não para conquistar reformas na esfera dos direitos da mulher, mas sim para levar a cabo atos individuais de caridade. Desde a Sociedade de Apoio Material aos Cursos Superiores da Mulher, a maior no seu ramo de atividade, ao primeiro clube de mulheres fundado pela Sociedade de Ajuda Mútua da Mulher, todas estas sociedades, como o próprio nome sugere, perseguiram objetivos filantrópicos.

O que precede não pretende acusar as mulheres russas de indiferença em relação a questões sociais e políticas. Algum outro país pode se orgulhar de tantas heroínas anônimas, verdadeiramente nobres e encantadoras, que entregaram sua força, juventude e até a própria vida à luta pelos ideais de justiça social e libertação política de seu país? O que a história tem a oferecer que possa rivalizar com a beleza interior da “senhora penitente” da década de 1870, que deixou de lado não apenas suas galas, mas também todos os privilégios de sua “nobre origem” para unir-se ao povo e pagar ao menos parte da dívida a ela devida por sua classe [...]? E mais tarde, quando, como resultado da repressão, qualquer protesto tenha se convertido, inevitavelmente, em uma luta amarga contra a velha ordem, surgiram entre as mulheres da Rússia inumeráveis heroínas que surpreenderam o mundo com sua abnegação, força interior e dedicação ilimitada ao povo [...]. A “gentil senhora penitente”, com sua doçura e beleza interior, foi seguida pela intrépida *raznochinka*, e depois por um sem fim de mártires

¹² Ver o capítulo “Las sociedades de mujeres y sus objetivos” do livro *El movimiento de mujeres* de Kechedzhi-Shapovalova (em russo).

trabalhadoras que lutaram pela emancipação de sua classe [...]. A lista de mulheres mártires que lutaram pelos ideais de justiça social é constantemente preenchida com os nomes de novas vítimas e o futuro historiador que escreva sobre nossa época só poderá inclinar a cabeça em sinal de respeito perante estes nobres exemplos de mulheres combatentes e mulheres mártires [...].

Sem embargo, esta não é a questão central aqui. Aqui estamos falando daquelas mulheres que estão lutando pelo que se chama de “emancipação da mulher”. Nessa área em particular, os objetivos e aspirações de nossas primeiras feministas eram extremamente reduzidos e limitados. A filantropia e a educação constituíam, até recentemente, a soma total da atividade desenvolvida pelas organizações de mulheres. Até mesmo o primeiro congresso de mulheres, previsto para 1905, foi convocado limitando seus objetivos a essas duas áreas.¹³

O panorama muda bruscamente após os memoráveis acontecimentos de janeiro.¹⁴ A ascensão revolucionária que se espalhou por todos os setores da população também afetou as feministas, até então modestas em suas reivindicações. Os círculos de mulheres tornaram-se mais ativos, sua vida tornou-se mais agitada. Discursos ousados e demandas radicais foram ouvidos. Declarações, resoluções e petições foram enviadas a conselhos rurais e urbanos e a organizações radicais, seguidas de uma série de conferências e reuniões onde foram adotadas resoluções políticas decisivas. Em 1905, parecia que não havia nenhum canto da Rússia onde as mulheres não se fizessem ouvir, de uma forma ou de outra, lembrando a sociedade de sua existência e exigindo que também

¹³ “Entre as tarefas do primeiro congresso de mulheres russas estão a filantropia e a educação. As mulheres russas têm sido ativas nessas duas esferas e, portanto, podem falar sobre ambos os tópicos”. (*Zhensky vestnik*, n. 1 1905.).

¹⁴ Referência a 9 de janeiro de 1905, conhecido como Domingo Sangrento, quando as tropas tsaristas dispararam contra uma manifestação pacífica de trabalhadores que levavam uma petição ao tsar. Mais de mil pessoas morreram e duas mil ficaram feridas. Isso marcou o início da primeira revolução democrático-burguesa na Rússia, de 1905 a 1907. (N. E.)

lhes fossem concedidos novos direitos civis. As feministas, até recentemente tão modestas em suas reivindicações, adquiriram consciência de que a regeneração da Rússia e o estabelecimento de um novo sistema estatal eram os requisitos essenciais para a emancipação feminina [...].

O movimento de mulheres está abandonando seu antigo e modesto rumo e adotando um novo caminho de ação social. Isso, é claro, não foi feito sem atritos. Entre os novos membros que haviam se incorporado às organizações feminina, duas tendências se distinguiram claramente: alguns, mais à esquerda, insistiam na necessidade de definir claramente o credo político do movimento de mulheres e davam prioridade à luta pela igualdade *política* das mulheres; os de direita, por outro lado, permaneciam fiéis às velhas tradições, sem querer introduzir a “política” em suas aspirações estritamente feministas. Em abril de 1905, os elementos mais de esquerda formaram a Aliança Para a Igualdade das Mulheres, a primeira organização de mulheres na Rússia a adotar uma plataforma política clara. Enquanto isso, elementos de direita continuaram a se reunir em torno da Sociedade de Ajuda Mútua para Mulheres e do *Zhensky vestnik* (*O Arauto das Mulheres*), perseguindo a ideia de um feminismo politicamente neutro. A Aliança para a Igualdade estabeleceu uma ampla rede de sucursais em toda a Rússia e, apenas um ano depois, em maio de 1906, seu escritório estimou em de cerca de 8 mil seu número de membros.¹⁵ A Aliança esperava reunir mulheres de todas as classes sociais com base em seus vagos lemas, e assim como os cadetes,¹⁶

¹⁵ Ver *Igualdad Femenina*, Informes e Atas, 1906 (em russo).

¹⁶ “Partido da Liberdade do Povo”, também chamado “Partido Constitucional-Democrata” ou simplesmente, “Cadete” (K. D.): principal partido da burguesia monárquica liberal e em seguida, da burguesia imperialista russa. Seu objetivo era a transformação do tzarismo em monarquia constitucional, foi formado em Outubro de 1905. Faziam parte dele representantes da burguesia, dos latifundiários e dos intelectuais burgueses. Durante a primeira guerra mundial, os cadetes defenderam activamente a política externa expansionista do governo tsarista. (N. E)

em seu início, falaram em nome de todo o povo, a Aliança para a Igualdade das Mulheres declarou que expressava as necessidades de todas as mulheres russas.

No entanto, o crescimento contínuo da autoconsciência de classe e a inevitável diferenciação entre os vários estratos sociais da população também levaram a um maior reagrupamento dentro das organizações sociais das mulheres. O bloco político que servia a propósitos específicos no apogeu da União Geral¹⁷ era cada vez mais insatisfatório, especialmente porque muitas das sufragistas haviam se alinhado, por suas convicções, com determinados partidos políticos. Assim, já na primavera de 1906, o braço da Aliança em São Petersburgo se dividiu em duas partes: as feministas de “esquerda” que, como resultado de suas convicções políticas, se alinhavam com os partidos revolucionários, e as de “direita”, que fundaram o Partido Progressista das Mulheres,¹⁸ semelhante em espírito ao Partido da Renovação Pacífica,¹⁹ quase tão pequeno em número e igualmente ineficaz. Ambas as organizações de mulheres marcaram o início de suas atividades com a criação de clubes políticos: o primeiro de caráter mais ou menos democrático,²⁰ o

¹⁷ A União Geral, organização política criada pela intelectualidade liberal-burguesa em maio de 1905 no primeiro congresso de representantes de 14 sindicatos: advogados, escritores, médicos, engenheiros, professores e outros. O congresso exigiu que uma assembleia constituinte fosse convocada com base no sufrágio universal.

Na primavera de 1906, o Partido Progressista da Mulher foi formado entre a ala direita da União Geral, e se tornou um porta-voz das demandas e necessidades das mulheres da grande burguesia. O programa do partido tinha uma clara orientação feminista. A União Geral foi dissolvida no final de 1906. (N. E.)

¹⁸ Esse partido publicou o *Zhensky vetsnik* (*O Arauto da Mulher*), editado pela médica M. I. Pokrovskaya.

¹⁹ O Partido da Renovação Pacífica: um partido liberal moderado. Seus principais objetivos eram: uma “solução” legal para o problema trabalhista e o reassentamento de camponeses com terras insuficientes. Em 1907, o Partido da Renovação Pacífica fundiu-se com o Partido das Reformas Democráticas. (N. E.)

²⁰ “Uma característica distintiva do Clube Político das Mulheres era a sua organização genuinamente democrática, alcançada, em primeiro lugar, pelo

segundo conservando seu caráter burguês, com altas taxas de filiação etc.

O processo pelo qual mulheres de diversos estratos sociais se reuniram em torno de bandeiras política e socialmente diversas teve lugar de forma espontânea, independentemente da vontade ou dos desejos daqueles que lutaram apaixonadamente para unir as mulheres em uma organização universal de mulheres. O Partido Progressista da Mulher expressou, de fato, as reivindicações e exigências da grande burguesia e, enquanto continuava a defender a necessidade de unir todas as mulheres sem distinção de classe e convicção política, elaborou seu próprio programa político que correspondia aos anseios daquele estrato social do qual era, de fato, porta-voz. A Aliança para a Igualdade uniu as mulheres representantes da oposição liberal do tipo cadete; ao seu redor, se reuniam e continuam a se reunir mulheres da burguesia média, principalmente membros da intelectualidade. O Clube Político de Mulheres de São Petersburgo conquistou a aprovação dos elementos mais radicais, mas também aqui a possibilidade de formar um bloco político levou à imprecisão de seus objetivos e, de fato, da própria natureza da organização.²¹ Embora tivessem se desassociado de todas as organizações femininas mais moderadas, os membros do Clube Político de Mulheres não conseguiram definir,

fato de todas as reuniões serem abertas a todos os que quisessem participar e o custo de admissão ser mínimo (2 copeques); segundo, pelo fato de que cada grupo de 25 membros, organizados por partido político ou profissão, poderia ter um representante no comitê gestor para defender seus interesses²¹.

²¹ No entanto, deve-se notar a seu favor que o Clube Político de Mulheres tentou organizar em São Petersburgo os primeiros clubes políticos para trabalhadoras industriais. Na primavera de 1906, existiam quatro desses clubes, entre os quais Vasilyevostrovsky era particularmente ativo. Ela organizou conferências e debates destinados a estimular o interesse das mulheres trabalhadoras pela vida política que se desenvolvia em torno delas. Junto com os outros três clubes, foi fechado pela polícia após seis semanas de existência, depois da dissolução da Primeira Duma. O Clube Político de Mulheres também deixou de existir.

para si mesmos ou para outros, quais interesses de classe expressavam, quais eram seus objetivos imediatos. Deveriam defender os interesses das mulheres proletárias, das camponesas ou, simplesmente, de todas as “mulheres trabalhadoras”?

Deveriam perseguir objetivos feministas específicos ou operar sobre uma base política geral? A vacilação entre esses objetivos básicos marcou toda a atividade efêmera do Clube Político das Mulheres. Quando o clube debateu a questão de submeter à primeira Duma do Estado uma petição exigindo que o direito de voto fosse estendido às mulheres (uma petição que havia sido assinada principalmente por mulheres trabalhadoras da cidade), os membros ficaram seriamente constrangidos: o clube foi incapaz de decidir qual partido político estava mais próximo dele em espírito e, finalmente, decidiu enviar a petição aos *trudoviques*.²²

À medida que as mulheres continuavam a argumentar sobre a necessidade de um bloco de mulheres, os fatos reais da vida revelavam clara e irrefutavelmente a natureza ilusória de tal plano. As organizações de mulheres, assim como as de homens, passaram por um rápido e irresistível processo de diferenciação. Os defensores da unidade das mulheres não podiam fazer nada para impedir o agrupamento de mulheres em diversas organizações feministas caracterizadas por graus variados de radicalismo político como resultado do inevitável crescimento da consciência de classe em toda a sociedade russa. A era do bloco político de mulheres chegou ao seu fim logo após o fim do bloco liberal masculino. No entanto, feministas e sufragistas de todos os matizes continuam a clamar sobre a necessidade da unidade das mulheres, sobre a

²² Os *trudoviques*, um grupo de democratas pequeno-burgueses formado em abril de 1906 entre os delegados camponeses da Primeira Duma do Estado (uma instituição legislativa representativa criada pelo tsar após a revolução de 1905-1907). Os *trudoviques* exigiam a abolição de todas as restrições estatais e nacionais, a democratização do *zemstvo* e a autogestão das cidades e a introdução do sufrágio universal nas eleições para a Duma do Estado. O grupo existiu até 1917.

possibilidade de um partido feminino de base ampla que persiga seus próprios objetivos específicos [...].

Tal proposta, no entanto, só faria sentido se *nenhum* dos partidos políticos existentes tivesse incluído em seu programa a exigência da emancipação total da mulher.

Ao se armar contra a indiferença, ou mesmo a hostilidade, dos homens à questão da igualdade da mulher, as feministas apenas dirigem sua atenção para os representantes de todos os matizes do liberalismo burguês, ignorando a existência de um grande partido político que, na questão da igualdade da mulher, vai mais além até mesmo das sufragistas mais ardentes. Desde o aparecimento do *Manifesto Comunista* em 1848, a social-democracia sempre defendeu os interesses das mulheres. O *Manifesto Comunista* foi o primeiro a apontar a estreita ligação entre o problema proletário geral existente hoje em dia e a questão da mulher. Ele traça o processo pelo qual o capitalismo atrai gradualmente a mulher para a produção e a transforma em coparticipante da grande luta do proletariado contra a opressão e a exploração. A social-democracia foi a primeira a incluir em seu programa a reivindicação de igualdade de direitos para a mulher; sempre e em todos os lugares, por meio da palavra falada e escrita, exige a abolição de todas as limitações impostas à mulher. Somente como resultado dessa pressão, outros partidos e governos se viram obrigados a introduzir reformas em benefício da população feminina [...]. Também na Rússia esse partido não é apenas um defensor teórico dos interesses da mulher, mas sempre e em todos os lugares persegue na prática o princípio da igualdade da mulher.

Então, o que impede nossas sufragistas de se colocarem sob o escudo protetor desse experiente e poderoso partido? Enquanto as feministas de direita se assustam com o “extremismo” da social-democracia, a Aliança, que até chegou a falar de uma assembleia constituinte, deveria achar a posição política dos social-democratas perfeitamente a seu gosto. No entanto, aqui está o pulo do gato! Apesar de todo o seu radicalismo político, nossas sufra-

gistas continuam a se basear nas aspirações de sua própria classe burguesa. A liberdade política é agora um pré-requisito essencial para o crescimento e poder da burguesia russa; sem essa liberdade política, sua prosperidade econômica provará ter sido construída na areia. O capital requer certas normas e garantias para crescer e florescer; essas normas só podem ser asseguradas com a participação dos representantes da burguesia no governo do país. Em seguida, vem a conquista de direitos políticos igualmente importantes para homens e mulheres. A exigência de igualdade política é, para as mulheres, uma necessidade ditada pela própria vida.

O slogan de “liberdade de profissão” deixou de aparecer como algo global aos olhos das mulheres; apenas a participação direta das mulheres na gestão do Estado promete ajudar a garantir o aumento de seu bem-estar econômico. Daí o desejo apaixonado das mulheres da burguesia média de finalmente ter acesso às urnas, daí sua hostilidade ao atual sistema burocrático [...].

No entanto, nossas feministas, como suas irmãs no exterior, não vão além das demandas de igualdade política. Os amplos horizontes abertos pelas doutrinas da social-democracia lhes são estranhos, estranhos e incompreensíveis. As feministas lutam pela igualdade dentro do marco da sociedade de classes existente e sem atacar de forma alguma seus fundamentos; elas lutam por suas prerrogativas femininas sem se esforçarem por conquistar a abolição de todas as prerrogativas e privilégios existentes [...].

Não culpamos as representantes do movimento de mulheres burguesas por esses “pecados involuntários”; eles são a consequência inevitável de sua posição de classe. Tampouco queremos minimizar a importância das organizações feministas para o sucesso do movimento de mulheres puramente burguês. No entanto, queremos alertar o proletariado feminino contra o entusiasmo por objetivos estritamente feministas. Na medida em que as mulheres burguesas limitam sua atividade a despertar a consciência de suas próprias irmãs, só podemos aplaudi-las. No entanto, assim que começam a chamar as mulheres trabalhadoras para suas fileiras,

os social-democratas não podem se dar ao luxo de permanecer em silêncio. Não se pode ficar de braços cruzados a assistir a esta inútil dissipação das forças do proletariado. Deve-se, então, perguntar-se com franqueza: que benefício uma aliança com suas “irmãs” burguesas poderia trazer para as mulheres trabalhadoras, e o que as mulheres trabalhadoras poderiam alcançar com sua própria organização de classe?

É possível um movimento de mulheres *unido*, e particularmente em uma sociedade baseada em antagonismos de classe? [...]

O mundo da mulher, assim como o do homem, está dividido em dois campos: um (tanto por seus objetivos, como por suas aspirações e interesses) fica ao lado das classes burguesas, enquanto o outro está intimamente ligado ao proletariado, cuja aspiração à liberdade também implica a solução da questão da mulher em todos os seus aspectos. Esses dois grupos de mulheres combatentes diferem em seus objetivos, interesses e métodos de luta, ainda que ambos atuem com base no lema comum da “emancipação da mulher”. Cada um desses grupos militantes age inconscientemente com base nos interesses de suas próprias classes, dando às suas aspirações e objetivos uma coloração de classe específica. Uma mulher pode ser capaz de estar acima dos interesses de sua própria classe e de ignorá-los em nome do triunfo dos objetivos de outra classe, mas isso é impossível para uma organização de mulheres unida que reflita todas as necessidades e interesses reais do grupo que a fundou. Por mais radicais que as demandas das feministas possam parecer, não se deve esquecer que, em virtude de sua posição de classe, as feministas não podem lutar por uma reestruturação fundamental da atual estrutura socioeconômica da sociedade, e que sem ela, a emancipação das mulheres não pode ser completa.

Ainda que em casos individuais os objetivos imediatos das mulheres de todas as classes possam coincidir, os objetivos finais que determinam a direção do movimento e as próprias táticas a serem utilizadas diferem marcadamente. Para as feministas, a con-

quista da igualdade de direitos com os homens no contexto do mundo capitalista contemporâneo é, concretamente, um “fim em si mesmo”,²³ para as mulheres proletárias, a igualdade de direitos nada mais é do que um meio a ser utilizado na luta contínua contra a escravização econômica da classe trabalhadora. Para as feministas, o inimigo imediato são os homens como tais, que se arrogaram todos os direitos e privilégios e deixaram para as mulheres apenas escravidão e obrigação. Cada vitória das feministas significa que os homens devem ceder suas prerrogativas exclusivas ao “sexo fraco”. A mulher proletária, no entanto, tem uma atitude completamente diferente em sua posição: a seus olhos, os homens não são seus inimigos e opressores, mas, ao contrário e acima de tudo, camaradas na partilha de uma triste sorte comum, e um fiel companheiro de armas na luta por um futuro mais brilhante. As mesmas relações sociais escravizam tanto a mulher como o camarada; os mesmos laços odiosos do capitalismo oprimem sua vontade e os privam da felicidade e dos prazeres da vida. É verdade que certas características específicas do atual sistema pesam duplamente sobre as mulheres; também é verdade que as condições do trabalho assalariado por vezes transformam a mulher amiga e trabalhadora em uma rival ameaçadora do homem. No entanto, a classe trabalhadora sabe de quem é a culpa por essas desafortunadas condições.

A mulher trabalhadora se aborrece tanto quanto seu irmão pelo sofrimento imposto por aquele monstro insaciável com a

²³ O próprio princípio da igualdade é visto por cada grupo de mulheres de acordo com o estrato social ao qual pertencem. As mulheres da grande burguesia, que sofrem cada vez mais com a desigualdade de propriedade na Rússia, por exemplo, nas leis de herança, estão preocupadas principalmente em conseguir que cláusulas contrárias aos interesses das mulheres sejam removidas do código civil. Para as mulheres da burguesia média, a igualdade depende da “liberdade de trabalho”. No entanto, ambos reconhecem a necessidade de garantir o direito de ter voz na direção do país, pois sem isso não se garante nenhuma conquista, nenhuma reforma. Portanto, o foco mudou para a luta pela igualdade política.

boca de ouro que cai sobre homem, mulher e criança com igual voracidade para deixá-los secos e engordar às custas de milhões de vidas humanas [...]. A mulher trabalhadora está unida a seu companheiro trabalhador por mil fios invisíveis, enquanto os objetivos da mulher burguesa lhe parecem estranhos e incompreensíveis, não podem confortar sua alma proletária sofredora e não oferecem às mulheres esse brilhante futuro no qual toda a humanidade explorada fixou suas esperanças e aspirações [...]. Enquanto as feministas, defendendo a necessidade da unidade das mulheres, estendem suas mãos para suas irmãs mais novas da classe trabalhadora, essas “criaturas ingratas” olham com desconfiança para suas companheiras distantes e estranhas e se unem mais estreitamente em torno das organizações puramente proletárias que lhes são mais compreensíveis e mais próximas e queridas.

Os direitos políticos, o acesso à mesa eleitoral e a um assento no parlamento, são o verdadeiro objetivo do movimento de mulheres burguesas. Mas, poderia a igualdade política no contexto da repressão de todo o sistema capitalista-explorador libertar as mulheres trabalhadoras desse abismo de maldade e sofrimento que as persegue e oprime como mulher e como ser humano?

As mulheres proletárias mais conscientes se dão conta de que nem a igualdade política nem a legal podem resolver a questão das mulheres em todos os seus aspectos. Enquanto a mulher se veja obrigada a vender sua força de trabalho e suportar o jugo do capitalismo, enquanto o atual sistema explorador de produção de novos valores continuar existindo, não poderá se tornar uma pessoa livre e independente, uma esposa que escolhe seu marido exclusivamente de acordo com os ditames do coração e uma mãe que pode olhar sem medo para o futuro de seus filhos [...]. O objetivo final da mulher proletária é a destruição do velho mundo antagonico de classes e a construção de um mundo novo e melhor em que a exploração do homem pelo homem tenha se tornado impossível.

Naturalmente, esse último objetivo não exclui as tentativas da mulher proletária de alcançar a emancipação inclusive dentro da

ordem burguesa existente, mas a realização de tais reivindicações se vê constantemente bloqueada pelos obstáculos erguidos pelo próprio sistema capitalista. A mulher só pode ser verdadeiramente livre e gozar de igualdade em um mundo de trabalho socializado, de harmonia e de justiça.

Isso é algo que as feministas não podem e não querem entender. Parece-lhes que, se conseguirem alcançar a igualdade formal reconhecida pela letra da lei, serão perfeitamente capazes de abrir seus caminhos, mesmo no “velho mundo de opressão e escravidão, de prantos e lágrimas”. E isso é verdade, até certo ponto. Enquanto para a maioria das mulheres trabalhadoras a igualdade de direitos com os homens significaria simplesmente igualdade na “falta de direitos”, para as mulheres burguesas isso efetivamente abriria as portas para novos e inéditos direitos e privilégios, até agora disponíveis apenas aos homens da burguesia. No entanto, cada sucesso desse tipo, cada nova prerrogativa conquistada pela mulher burguesa, nada mais faz do que colocar em suas mãos mais um instrumento para oprimir sua irmã mais nova, e só aprofundaria o abismo que divide as mulheres desses dois campos sociais opostos. Seus interesses se chocariam de forma mais aguda, suas aspirações seriam mutuamente exclusivas.

Aonde então está essa “questão feminina” universal? Aonde está essa unidade de objetivos e aspirações de que as feministas tanto falam? Um exame sóbrio da realidade revela que essa unidade não existe e não pode existir. As feministas tentam em vão se convencer de que “a questão da mulher não é de forma alguma uma questão de partido político” e que “só pode ser resolvida com a participação de todos os partidos e de todas as mulheres”, argumento que é contraposto pela feminista radical alemã Minna Cauer. A lógica dos fatos refuta essa autoilusão feminista tranquilizadora.

Seria inútil tentar convencer todas as mulheres burguesas de que a vitória da causa feminina depende da vitória da causa proletária comum. No entanto, apelando àquelas que são capazes de abandonar os objetivos estreitos da “política de curto prazo”, que

são capazes de ter uma visão mais ampla do destino de todas as mulheres: insistimos que parem de chamar para suas fileiras suas irmãs proletárias alheias a vocês em espírito! Livrem-se das sutilezas da fraseologia idealista com que vocês (mulheres das classes burguesas) tanto gostam de se vestir e, armando-se das sóbrias lições da história, voltem-se para a defesa de seus próprios direitos e interesses de classe, deixando que as mulheres trabalhadoras sigam seu próprio caminho, lutando com seus próprios métodos pela liberdade e felicidade das mulheres. Qual caminho é mais curto e quais meios são mais seguros, isso a própria vida mostrará [...].

O Dia Internacional da Mulher (1920)¹

UMA CELEBRAÇÃO MILITANTE

O Dia da Mulher ou Dia da Mulher Trabalhadora é um dia de solidariedade internacional e um dia para rever a força e a organização das mulheres proletárias.

Mas este não é um dia especial apenas para as mulheres. O 8 de março é um dia histórico e memorável para os trabalhadores e camponeses, para todos os trabalhadores russos e para os trabalhadores de todo o mundo. Em 1917, neste dia, estourou a grande Revolução de Fevereiro.² Foram as mulheres trabalhadoras de São Petersburgo que iniciaram essa revolução; foram elas as primeiras a levantar a bandeira da oposição ao tsar e seus comparsas. E assim, para nós, o dia da mulher trabalhadora é um dia de dupla comemoração.

Mas se este é um dia festivo para todo o proletariado, por que o chamamos de “Dia da Mulher”? Por que realizamos celebrações especiais e encontros voltados sobretudo às mulheres trabalhadoras e camponesas? Isso não põe em perigo a unidade e a solidariedade de toda a classe trabalhadora? Para responder a essas perguntas, temos que olhar para trás e ver como nasceu o Dia da Mulher e com que finalidade foi organizado.

¹ Traduzido a partir da versão em espanhol disponível em marxists.org. Tradução Aline Piva.

² Na Rússia tsarista, ainda se usava o antigo calendário juliano da Idade Média, que estava 13 dias atrás do calendário gregoriano usado na maior parte do mundo. Assim, 8 de março correspondia a 23 de fevereiro no calendário antigo. É por isso que a revolução de março de 1917 é conhecida como a “Revolução de Fevereiro”, e a de novembro de 1917 como a “Revolução de Outubro”. (N. E.)

COMO E POR QUE FOI ORGANIZADO O DIA DA MULHER?

Não muito tempo atrás, há cerca de dez anos na verdade, a questão da igualdade das mulheres e a questão de saber se as mulheres poderiam participar do governo ao lado dos homens estavam sendo muito debatidas. A classe trabalhadora de todos os países capitalistas lutava pelos direitos da mulher trabalhadora; a burguesia não queria aceitar esses direitos. Não estava entre os interesses da burguesia fortalecer o voto da classe trabalhadora no parlamento e em todos os países colocou obstáculos à aprovação de leis que davam direitos às mulheres trabalhadoras.

Os socialistas da América do Norte foram particularmente persistentes em suas demandas pelo direito ao voto. Em 28 de fevereiro de 1909, as mulheres socialistas dos EUA organizaram enormes manifestações e reuniões em todo o país exigindo direitos políticos para as mulheres trabalhadoras. Este foi o primeiro “Dia da Mulher”. A iniciativa de organizar um dia da mulher, portanto, pertence às mulheres trabalhadoras da América do Norte.

Em 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, Clara Zetkin³ levantou a questão da organização de um Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. A conferência decidiu que, a cada ano, em cada país, um “Dia da Mulher” seria celebrado no mesmo dia sob o lema “o voto da mulher unirá nossa força na luta pelo socialismo”.

Durante esses anos, a questão de tornar o parlamento mais democrático, por exemplo, de ampliar o sufrágio e estender o voto às mulheres, era de vital importância. Mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores tinham o direito ao

³ Clara Zetkin foi uma dirigente do movimento socialista alemão e a principal liderança do movimento internacional das mulheres trabalhadoras. Kollontai foi delegada na conferência internacional representando as mulheres trabalhadoras da indústria têxtil de São Petersburgo. (N. E.)

voto em todos os países capitalistas, exceto na Rússia.⁴ Apenas as mulheres, assim como os dementes, permaneciam sem esses direitos. Mas, ao mesmo tempo, a dura realidade do capitalismo exigia a participação das mulheres na economia nacional. A cada ano aumentava o número de mulheres que tinham que trabalhar em fábricas e oficinas, ou como empregadas e faxineiras. As mulheres trabalhavam ao lado dos homens e criavam a riqueza do país com suas próprias mãos. Mas as mulheres ainda não podiam votar.

Mas nos últimos anos antes da guerra, o aumento dos preços forçou até mesmo a dona de casa mais pacífica a se interessar por questões políticas e a protestar em voz alta contra a economia burguesa do saque. As “revoltas das donas de casa” tornaram-se cada vez mais frequentes, eclodindo em diferentes momentos na Áustria, Inglaterra, França e Alemanha.

As operárias entenderam que não era suficiente quebrar as barracas do mercado ou expulsar o comerciante estrangeiro; entenderam que tais ações não reduzem o custo de vida. É necessário mudar a política do governo. E para conseguir isso, a classe trabalhadora tem que ver como se pode ampliar o sufrágio.

Decidiu-se por ter em cada país um Dia da Mulher como forma de luta para conseguir o voto da mulher trabalhadora. Este dia seria um dia de solidariedade internacional na luta por objetivos comuns e um dia para rever a força organizada das mulheres trabalhadoras sob a bandeira do socialismo.

⁴ Isso não é exato. A grande maioria dos trabalhadores não qualificados na Inglaterra, França e Alemanha não podia votar. Uma porcentagem menor de homens da classe trabalhadora nos Estados Unidos também não podia votar, principalmente os homens imigrantes. No sul dos Estados Unidos, os negros foram impedidos de votar. Os movimentos sufragistas da classe média em todos os países europeus não se esforçaram para estender o voto a homens ou mulheres da classe operária. (N. E.)

O PRIMEIRO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Essa decisão, tomada na Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, não foi registrada por escrito. Foi decidido comemorar o primeiro Dia Internacional da Mulher em 19 de março de 1911.

Esta data não foi escolhida aleatoriamente. Nossas camaradas alemãs escolheram o dia por sua importância histórica para o proletariado alemão. Em 19 de março do ano revolucionário de 1848, o rei da Prússia reconheceu pela primeira vez a força do povo em armas e cedeu à ameaça de uma insurreição proletária. Entre as muitas promessas que fez, e que mais tarde deixou de cumprir, estava a introdução do voto para as mulheres.

Depois de 11 de janeiro, grandes esforços foram feitos na Alemanha e na Áustria para se preparar para o Dia da Mulher. Os planos para uma demonstração se espalharam, tanto de boca em boca quanto na imprensa. Na semana anterior ao Dia da Mulher, duas revistas apareceram: *O Voto Para a Mulher*, na Alemanha, e *O Dia da Mulher*, na Áustria. Os vários artigos dedicados ao Dia da Mulher – “As mulheres e o Parlamento”, “A mulher trabalhadora e os assuntos municipais”, “O que as donas de casa têm a ver com política?” etc. – analisaram a fundo a questão da igualdade das mulheres no governo e na sociedade. Todos os artigos enfatizavam o mesmo ponto: que era absolutamente necessário tornar o parlamento mais democrático, estendendo o sufrágio às mulheres.

O primeiro Dia Internacional da Mulher aconteceu em 1911. Seu sucesso superou todas as expectativas. Nesse dia, Alemanha e Áustria se tornaram um tempestuoso e vibrante mar de mulheres. Em todas as partes, reuniões eram organizadas: nas pequenas cidades e até nas aldeias, as salas de reuniões estavam tão cheias que tiveram que pedir aos homens que cedessem seus assentos às mulheres.

Sem dúvida, esta foi a primeira mostra de militância da mulher trabalhadora. Os homens ficaram em casa com as crianças

para variar, e suas esposas, as cativas donas de casa, foram às reuniões. Durante as mais multitudinárias manifestações de rua, nas quais participaram 30 mil pessoas, a polícia decidiu retirar os cartazes dos manifestantes; as trabalhadoras pararam. Nas alterações que se seguiram, o derramamento de sangue só foi evitado com a ajuda dos deputados socialistas no Parlamento.

Em 1913, o Dia Internacional da Mulher foi transferido para 8 de março. Este dia continua sendo o dia de militância para as mulheres trabalhadoras.

O DIA DA MULHER É NECESSÁRIO?

O Dia da Mulher teve resultados espetaculares nos EUA e na Europa. É verdade que nenhum parlamento burguês pensou em fazer concessões às trabalhadoras ou em responder às demandas das mulheres. Naquela época, a burguesia não estava ameaçada por uma revolução socialista.

Mas o Dia da Mulher sim conquistou algo. Acima de tudo, revelou-se ser um excelente método de agitação entre nossas irmãs proletárias menos politizadas. Nem mesmo elas puderam deixar de prestar atenção nas reuniões, manifestações, cartazes, folhetos e jornais dedicados ao Dia da Mulher. Até a mulher politicamente atrasada pensou consigo mesma: “esse é o nosso dia, a festa da mulher trabalhadora”, e correu para as reuniões e manifestações. Após cada Dia da Mulher Trabalhadora, mais mulheres se uniam aos partidos socialistas e os sindicatos cresciam. As organizações melhoraram e a consciência política se desenvolveu.

O Dia da Mulher serviu ainda a outra função: fortaleceu a solidariedade internacional dos trabalhadores. É costume que partidos de diferentes países façam um intercâmbio de oradores para esta ocasião: camaradas alemães vão para a Inglaterra, camaradas ingleses vão para a Holanda etc. A coesão internacional da classe trabalhadora tornou-se forte e firme, e isso significa que a força de luta do proletariado em seu conjunto cresceu.

Esses são os resultados do dia de militância das mulheres trabalhadoras. O Dia Internacional da Mulher ajuda a aumentar a conscientização e a organização da mulher proletária. E isso significa que sua contribuição é essencial para o sucesso daqueles que lutam por um futuro melhor para a classe trabalhadora.

AS MULHERES TRABALHADORAS NA RÚSSIA

As trabalhadoras russas participaram pela primeira vez do Dia da Mulher Trabalhadora em 1913. Aquela era uma época de grande reação, em que o tsarismo mantinha os operários e camponeses firmemente sujeitos às suas posições. Não foi possível organizar manifestações públicas para celebrar o Dia da Mulher. Mas as trabalhadoras organizadas puderam marcar seu dia internacional. Os dois jornais legais da classe trabalhadora – o *Pravda* bolchevique e o *Lunch* menchevique⁵ – publicaram artigos sobre o Dia Internacional da Mulher; publicaram artigos especiais, retratos de algumas mulheres que participavam no movimento das mulheres trabalhadoras e saudações de camaradas como Bebel e Zetkin.⁶

⁵ Em seu Congresso de 1903, o Partido Trabalhista Social-Democrata Russo se dividiu em duas facções, os Bolcheviques (que significa “maioria” em russo) e os Mencheviques (“minoría”). No período entre 1903 e 1912, quando a cisão se tornou permanente, as duas facções trabalharam juntas, unificadas, por um tempo, depois foram separadas novamente. Muitos socialistas, incluindo organizações locais inteiras, trabalharam com ambas as facções ou tentaram permanecer neutros nas disputas. Kollontai, uma socialista ativa e que lutava pelos direitos das mulheres desde 1899, inicialmente permaneceu independente das facções, depois se tornou um menchevique por vários anos. Ela se juntou aos bolcheviques em 1915 e se tornou a única mulher membro do Comitê Central. Ela também serviu como Comissária para o Bem Estar Social da República Soviética e como chefe da Seção Feminina do Partido Bolchevique. (N. E.)

⁶ August Bebel (1840-1913) líder do Partido Social Democrata Alemão. Era um conhecido defensor do movimento das mulheres e autor de um livro clássico sobre marxismo e mulheres (*Die Frau und der Sozialismus*, traduzido como *A mulher e o socialismo*). (N. E.)

Naqueles anos sombrios, as reuniões estavam proibidas. Mas em Petrogrado, na Bolsa de Valores de Kalashaikovsky, as trabalhadoras que pertenciam ao Partido organizaram um fórum público sobre “A questão da mulher”. A entrada custava cinco copeques. Era uma reunião ilegal, mas o salão estava absolutamente lotado. Alguns membros do partido se manifestaram. Mas mal havia terminado essa animada reunião “fechada” quando a polícia, alarmada com tais atos, interveio e prendeu muitos dos oradores.

Era de grande importância para os trabalhadores do mundo que as mulheres da Rússia, que viviam sob a repressão tsarista, se unissem e de alguma forma conseguissem reconhecer o Dia Internacional da Mulher com ações. Este era um sinal de que a Rússia estava despertando e que as prisões e forças tsaristas eram incapazes de matar o espírito de luta e protesto do proletariado russo.

Em 1914, o Dia da Mulher Trabalhadora na Rússia foi melhor organizado. Ambos os jornais operários estiveram envolvidos em sua celebração. Nossas camaradas se esforçaram muito na preparação para o Dia da Mulher. Devido à intervenção policial, elas não conseguiram organizar nenhuma manifestação. Aqueles que participaram do planejamento do Dia da Mulher Trabalhadora acabaram em prisões tsaristas, e muitos foram posteriormente deportados para o frio norte. Pois, naturalmente, a palavra de ordem “pelo voto da mulher trabalhadora” havia se convertido na Rússia em um chamado aberto à derrubada da autocracia tsarista.

O DIA DA MULHER TRABALHADORA DURANTE A GUERRA IMPERIALISTA

A Primeira Guerra Mundial estourou, e a classe trabalhadora de todos os países foi coberta com o sangue da guerra.⁷ Em 1915 e

⁷ Quando a guerra eclodiu em 1914, houve uma divisão massiva dentro do movimento socialista internacional. A maioria dos social-democratas na Alemanha, Áustria, França e Inglaterra apoiou a guerra. Outros socialistas, como Kollontai, Lenin e o Partido Bolchevique, na Rússia, Clara Zetkin e

1916, o Dia da Mulher Trabalhadora no exterior teve pouca repercussão; as mulheres socialistas de esquerda que compartilhavam das opiniões do Partido Bolchevique russo tentaram transformar o 8 de março em uma manifestação de mulheres operárias contra a guerra. Mas os traidores Partidos Socialistas da Alemanha e de outros países não iriam permitir que as mulheres organizassem reuniões, e lhes foram negados passaportes para viajar para países neutros onde as mulheres operárias queriam realizar reuniões internacionais e mostrar que, apesar dos desejos da burguesia, o espírito de solidariedade internacional permanecia vivo.

Em 1915, somente na Noruega foi possível organizar uma manifestação internacional pelo Dia da Mulher, que contou com a presença de representantes da Rússia e de países neutros. Era impensável organizar um Dia da Mulher na Rússia, porque aqui o poder do tsarismo e sua máquina militar não tinham freios.

Então veio o grande, grande ano de 1917. A fome, o frio e as provações da guerra esgotaram a paciência das mulheres operárias e camponesas da Rússia. Em 1917, em 8 de março (23 de fevereiro), no Dia da Mulher Trabalhadora, as mulheres corajosamente saíram às ruas de Petrogrado. As mulheres – algumas operárias, outras esposas de soldados – exigiam “pão para nossos filhos” e “o retorno de nossos maridos das trincheiras”. Nesse momento decisivo, os protestos das trabalhadoras representavam uma ameaça tão grande que nem mesmo as forças de segurança tsaristas se atreveram a tomar as medidas habituais contra os rebeldes, mas apenas olharam confusos para o mar tempestuoso da ira do povo.

O Dia da Mulher Trabalhadora de 1917 converteu-se em um dia memorável na história. Neste dia, as mulheres russas levantaram a tocha da revolução proletária e incendiaram o mundo. A Revolução de Fevereiro se inicia a partir desse dia.

Rosa Luxemburgo, na Alemanha e Eugene Debs, nos Estados Unidos, para citar alguns dos líderes, denunciaram os socialistas pró-guerra como traidores da classe operária e da luta pela revolução proletária. (N. E.)

NOSSO CHAMADO À BATALHA

O Dia da Mulher Trabalhadora foi organizado pela primeira vez há dez anos na campanha pela igualdade política das mulheres e pela luta pelo socialismo. Este objetivo foi alcançado pelas mulheres da classe trabalhadora na Rússia. Na república soviética, as mulheres operárias e camponesas não precisam lutar pelo sufrágio ou pelos direitos civis. Elas já conquistaram esses direitos: o direito de votar, de participar dos sovietes e de participar de todas as organizações coletivas. As trabalhadoras e camponesas russas são cidadãs iguais aos homens. Em suas mãos, esses direitos são uma arma poderosa para facilitar a luta por uma vida melhor.⁸

Mas os direitos por si só não são bastam. É preciso aprender a usá-los. O direito ao voto é uma arma que temos que aprender a utilizar em nosso próprio benefício e em benefício da república dos trabalhadores. Em dois anos de poder soviético, a vida em si não mudou em nada. Estamos apenas no processo de lutar pelo comunismo e estamos cercados pelo mundo que herdamos de um passado sombrio e repressivo. Os grilhões da família, do trabalho doméstico e da prostituição ainda são uma pesada carga para a mulher trabalhadora. As mulheres operárias e camponesas só podem livrar-se dessa situação e alcançar a igualdade real, e não apenas na lei, se colocarem todas as suas energias em fazer da Rússia uma sociedade verdadeiramente comunista.

E para acelerar isso, primeiro temos que consertar a economia destroçada da Rússia. Devemos considerar a resolução de nossas duas tarefas mais imediatas – a criação de uma mão-de-obra bem organizada e politicamente consciente e a restauração do transporte. Se nosso exército de trabalho funciona bem, rapidamente

⁸ A palavra “soviete” significa “conselho”. Os sovietes, ou conselhos de trabalhadores, são órgãos democráticos cujos delegados são eleitos em reuniões de fábrica ou de bairro e são controlados por seus irmãos e irmãs proletários. Os representantes soviéticos são responsáveis perante o seu eleitorado e estão sujeitos a revogação imediata. (N. E.)

teremos máquinas a vapor novamente e as ferrovias começarão a funcionar. Isso significa que os trabalhadores e as trabalhadoras terão o pão e a lenha de que tão desesperadamente necessitam.

Fazer o transporte voltar à normalidade acelerará a vitória do comunismo. E com a vitória do comunismo virá a igualdade completa e fundamental para as mulheres. Por isso, a mensagem do Dia da Mulher Trabalhadora deste ano deve ser: “Trabalhadoras, camponesas, mães, esposas, irmãs, todos os esforços para ajudar os trabalhadores e camaradas a superar o caos das ferrovias e restaurar o transporte. Todos na luta pelo pão, lenha e matérias-primas”.

No ano passado, o lema do Dia da Mulher foi: “Todos para a vitória da Frente Vermelha”.⁹ Agora, conclamamos as mulheres trabalhadoras a unir suas forças em uma nova frente sem derramamento de sangue, a frente trabalhista! O Exército Vermelho derrotou o inimigo externo porque estava organizado, disciplinado e pronto para o sacrifício pessoal. Com organização, trabalho duro, autodisciplina e auto-sacrifício, a república operária derrotará o inimigo interno: o deslocamento do transporte e da economia, a fome, o frio e a doença. “Todos para a vitória na frente trabalhista! Todos para esta vitória!”

AS NOVAS TAREFAS DO DIA DA MULHER TRABALHADORA

A Revolução de Outubro deu às mulheres igualdade com os homens em termos de direitos civis. As mulheres do proletariado russo, que até pouco tempo atrás eram as mais desafortunadas e oprimidas, agora podem mostrar orgulhosamente às camaradas

⁹ Após a tomada do poder pela classe trabalhadora em outubro de 1917, o Estado dos trabalhadores russos enfrentou dois grandes problemas. Um foi a invasão de 13 países, incluindo os EUA; a segunda foi a resistência dos elementos monarquistas e capitalistas na Rússia. Os soviets criaram um Exército de operários e camponeses, o Exército Vermelho, que derrotou as forças contrarrevolucionárias. (N. E.)

de outros países o caminho para a igualdade política por meio do estabelecimento da ditadura do proletariado e do poder soviético.

A situação é muito diferente nos países capitalistas, onde as mulheres ainda sofrem com a sobrecarga de trabalho e a falta de direitos. Nesses países, a voz das mulheres trabalhadoras é fraca e sem vida. É verdade que em vários países – Noruega, Austrália, Finlândia e alguns estados norte-americanos – as mulheres já haviam conquistado direitos civis antes da guerra.¹⁰

Na Alemanha, depois que o Kaiser foi deposto e uma república burguesa, liderada pelos “comprometidos”,¹¹ foi estabelecida, 36 mulheres entraram para o Parlamento – mas nem ao menos um comunista!

Em 1919, na Inglaterra, uma mulher foi eleita pela primeira vez como membro do Parlamento. Mas quem era ela? Uma “dama”. Ou seja, uma proprietária de terras, uma aristocrata.¹²

Na França, também foi levantada a questão de estender o sufrágio para as mulheres.¹³

Mas para que servem esses direitos das mulheres trabalhadoras no marco do Parlamento burguês? Enquanto o poder estiver nas mãos de capitalistas e proprietários, nenhum direito político salvará a mulher trabalhadora de sua posição tradicional de es-

¹⁰ As mulheres conquistaram o direito ao voto em vários estados dos EUA antes da Primeira Guerra Mundial. Em 26 de agosto de 1920, foi aprovada uma emenda federal que garantia o direito ao voto a todas as mulheres com mais de 21 anos. Somente na década de 1960 foram abolidas as últimas barreiras legais ao voto da classe operária. (N. E.)

¹¹ Os “comprometidos” a que Kollontai se refere são os líderes social-democratas que formaram um novo governo capitalista na Alemanha após a queda do Kaiser em 1918. Depois de tomar posse, eles apoiaram ativamente a contrarrevolução. (N. E.)

¹² Ainda que a aristocrata Lady Astor tenha sido a primeira mulher a servir no Parlamento britânico, a primeira mulher eleita para o parlamento foi a revolucionária irlandesa Constance Markievicz. Junto com outros membros do partido Sinn Fein, ela se recusou a ocupar seu assento no parlamento imperial. (N. E.)

¹³ As mulheres francesas só conseguiram o voto depois da Segunda Guerra Mundial. (N. E.)

cravidão em casa e na sociedade. A burguesia francesa está pronta para dar outro golpe na classe operária, para fazer frente às crescentes ideias bolcheviques entre o proletariado: eles estão dispostos a dar o voto às mulheres.

SENHOR BURGUEÊS, SENHOR – JÁ É TARDE DEMAIS!

Após a experiência da Revolução de Outubro russa, está claro para todas as mulheres trabalhadoras da França, da Inglaterra e de outros países que somente a ditadura da classe operária, somente o poder dos Sovietes, pode garantir igualdade completa e absoluta. A vitória final do comunismo quebrará as correntes centenárias da repressão e falta de direitos. Se a tarefa do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora fora antes a luta pelo direito ao voto da mulher frente à supremacia da burguesia nos Parlamentos, agora a classe trabalhadora tem uma nova tarefa: organizar as mulheres trabalhadoras em torno das palavras de ordem de luta da Terceira Internacional. Em vez de participar do trabalho do parlamentarismo burguês, ouça o chamado da Rússia:

Mulheres trabalhadoras de todos os países! Organizem uma frente proletária unida contra aqueles que saqueiam o mundo! Abaixo o parlamentarismo da burguesia! Saudamos o poder soviético! Fora as desigualdades sofridas por homens e mulheres trabalhadores! Lutaremos com os trabalhadores pelo triunfo do comunismo mundial!

Este chamado foi ouvido pela primeira vez em meio às provas enfrentadas pela nova ordem, nas batalhas da guerra civil, e fará soar uma música que estremecerá os corações das trabalhadoras de outros países. A mulher trabalhadora ouvirá este chamado e saberá que é correto. Até recentemente, pensavam que se conseguissem enviar alguns poucos representantes ao parlamento sua vida seria mais fácil e a opressão do capitalismo mais suportável. Agora sabem que não é assim.

Somente a derrubada do capitalismo e o estabelecimento do poder soviético as salvarão do mundo de sofrimento, humilha-

ções e desigualdades que torna a vida tão difícil para as mulheres trabalhadoras nos países capitalistas. O Dia da Mulher Trabalhadora deixa de ser um dia de luta pelo sufrágio e passa a ser um dia internacional de luta pela plena e absoluta libertação das mulheres, o que significa uma luta pela vitória dos soviéticos e pelo comunismo!

Abaixo o mundo da propriedade e o poder do capital!

Fora as desigualdades, a falta de direitos e a opressão das mulheres – o legado do mundo burguês!

Rumo à união internacional de trabalhadores e trabalhadoras na luta pela ditadura do proletariado – o proletariado de ambos os sexos!

Abram caminho ao Eros alado: carta à juventude operária

O AMOR COMO FATOR SOCIAL

Um jovem camarada pergunta-me que lugar ocupa o amor na ideologia do proletariado. Surpreende-o o fato de que, atualmente, a juventude trabalhadora se preocupe muito mais com o amor e com todas as questões a ele relacionadas do que com os grandes problemas que a República dos Sovietes tem a resolver. Se isto é verdade (difícilmente pode-se apreciá-lo de longe), busquemos juntos a explicação deste fato e acharemos a resposta para a primeira pergunta: que lugar corresponde ao amor na ideologia da classe trabalhadora?

É certo que a Rússia Soviética entrou numa nova fase da guerra civil. A frente revolucionária sofreu um deslocamento. Atualmente a luta tem que se travar entre duas ideologias, entre duas civilizações: a ideologia burguesa e a ideologia proletária. Sua incapacidade cada vez se manifesta com maior clareza. As contradições entre estas duas civilizações diferentes são cada dia mais agudas.

A vitória dos princípios e ideais comunistas no domínio da política e da economia tinha, necessariamente, que ser a causa de uma revolução nas ideias sobre a concepção do mundo, nos sentimentos, na formação espiritual da humanidade trabalhadora. Nos momentos atuais, já se pode observar uma transformação dessas concepções da vida, da sociedade, do trabalho, da arte e das regras de nossa conduta, isto é, da moral. As relações sexuais constituem parte importante dessas regras de conduta. A revolução na frente

ideológica levará ao fim a transformação realizada no pensamento humano durante os cinco anos de existência da República dos Soviotes.

Entretanto, à medida que a luta entre as duas ideologias, a burguesa e a proletária, se torna mais aguda, à medida que esta luta se estende e abarca novos domínios, surgem diante da humanidade novos problemas da vida, que só a ideologia da classe operária poderá resolver de maneira satisfatória.

Entre estes múltiplos problemas, encontra-se, jovem camarada, o que você assinala: o problema do amor, que a humanidade, nas diversas fases de seu desenvolvimento histórico, pretendeu resolver por meio de procedimentos diversos. Entretanto, o problema subsistia; unicamente variavam as tentativas de solução, que defenderiam, naturalmente, segundo o período, a classe e o espírito da época, ou seja, a cultura.

Na Rússia, até recentemente, durante os anos da guerra civil e da luta contra a desorganização econômica, só a poucos interessava esse problema. Eram outros sentimentos, outras paixões mais reais, que moviam a humanidade trabalhadora. Quem foi capaz de preocupar-se seriamente com as penas e sofrimentos do amor durante aqueles anos em que o espectro da morte espreitava a todos? Durante aqueles anos a questão palpitante se resumia na pergunta: quem vencerá? A revolução (o progresso) ou a contrarrevolução (a reação)? Diante do sombrio aspecto da enorme luta – a revolução –, o delicado Eros, Deus do amor, tinha que desaparecer apressadamente. Não havia tempo nem forças psíquicas para abandonar-se às alegrias e às torturas do amor. A humanidade responde sempre a uma lei de conservação da energia social e psíquica. E esta energia é aplicada sempre ao fim essencial e imediato do momento histórico. Portanto, durante estes anos se apossou da situação a simples e natural voz da natureza, o mesmo instinto biológico da reprodução, a atração entre dois seres de sexo oposto. O homem e a mulher uniam-se ou separavam-se facilmente, muito mais facilmente do que no passado. O homem e a mulher en-

tregavam-se mutuamente, sem estremecimentos em suas almas, e separavam-se sem lágrimas, nem dor.

É certo que desaparecia a prostituição, porém, em compensação aumentavam as uniões livres entre os sexos, uniões sem compromissos mútuos e nas quais o fator principal era o do instinto da reprodução, desprovido da beleza dos sentimentos do amor. Muitos foram os que, diante deste fato, sentiram espanto, mas é certo que, durante aqueles anos, as relações entre os sexos não podiam ser de outro modo. Apenas duas formas de união sexual podiam suceder nesse período: o matrimônio consolidado durante vários anos por um sentimento duradouro de camaradagem, de amizade conservada através dos anos e que, precisamente pela seriedade do momento, se convertia num laço de união mais firme, ou, ao contrário, as relações matrimoniais para satisfazer uma necessidade puramente biológica, constituindo simplesmente um capricho passageiro, que satisfazia a ambas as partes e que, rapidamente, se desvanecia, para que não obstaculizasse o fim essencial da vida: a luta pelo triunfo da revolução.

O instinto brutal da reprodução, a simples atração entre os sexos, que nasce e desaparece com a mesma rapidez sem criar laços sentimentais nem espirituais, é esse amor. Não absorve as forças psíquicas que o outro tipo consome, o amor tecido com emoções diversas, forjadas no coração e no espírito. Este não engendra noites de insônia, não faz vacilar a vontade nem confunde o espírito. A classe formada pelos revolucionários não podia se deixar levar por outros sentimentos nas horas de transtorno da revolução, que chamava sem cessar ao combate a humanidade trabalhadora. Durante aquelas jornadas era inoportuno desperdiçar as forças psíquicas dos membros da coletividade em sentimento de ordem secundária, que não contribuía diretamente para o triunfo da revolução. O amor individual, que constitui a base do matrimônio que se concentra no homem ou na mulher, exige uma perda enorme de energia psíquica. Durante aqueles anos de luta, a classe operária, artífice da nova vida, não estava interessada somente

na maior economia possível de suas riquezas materiais, mas, sim, em economizar a energia psíquica de cada um de seus indivíduos para aplicá-las nas tarefas gerais da coletividade. Não é outra a razão pela qual, durante o período agudo da luta revolucionária, o amor, que tudo consome por onde anda, fosse substituído pelo instinto pouco exigente da reprodução.

Agora, porém, o quadro se nos apresenta bastante distinto. A República dos Sovietes, e com ela toda a humanidade trabalhadora, entrou num período relativamente calmo. Agora o trabalho que se inicia é muito complicado, pois se trata de compreender e fixar, definitivamente, tudo o que foi conquistado, adquirido e criado. O proletário, arquiteto das novas reformas da vida, vê-se obrigado a extrair outros ensinamentos. Deve, portanto, compreender também este fenômeno, tem que assimilá-lo, apropriá-lo e transformá-lo em mais uma arma para a defesa de sua classe. Só depois de ter assimilado as leis que presidem a criação das riquezas materiais e as que dirigem os sentimentos da alma, poderá o proletariado entrar armado até os dentes na arena contra o velho mundo burguês. Só então poderá a humanidade trabalhadora vencer na frente ideológica, como triunfou na frente militar e na frente do trabalho.

Depois do triunfo e da consolidação da revolução na Rússia, quando começa a tornar-se mais clara a atmosfera do combate revolucionário e o homem já não se entrega inteiramente à luta, reaparece de novo e reclama seus direitos aquele amor desprezado durante os anos de agitação. Atreve-se a sair de novo da sombra do instinto de reprodução. Nesse período de relativa calma, acumulou-se um excedente de energia que os homens do presente, mesmo os representantes da classe trabalhadora, não sabem, ainda, aplicar à vida intelectual da coletividade. Este excedente de energia psíquica tenta exteriorizar-se através dos sentimentos amorosos. E sucede que o amor-sentimento submete mais uma vez o amor-reprodução. O homem e a mulher não se unem mais como durante os anos da revolução, não buscam uma união pas-

sageira para satisfazer seus instintos sexuais, mas começam a viver romances de amor, com todos os sofrimentos e o êxtase que os acompanham.

Presenciamos, sem dúvida, na União Soviética, um crescimento das necessidades intelectuais. Sente-se, a cada dia, maior afeição de conhecimento. As questões científicas, o estudo da arte e o teatro despertam todo o nosso interesse. O afã de pesquisa que se experimenta na República dos Sovietes, para encontrar novas formas que encerrem as riquezas intelectuais da humanidade, compreende também, como é lógico, a esfera dos sentimentos amorosos. Observa-se, portanto, um despertar para tudo que se refere à psicologia sexual, isto é, para o problema do amor. É este um aspecto da vida, do qual com maior ou menor intensidade participam todos os indivíduos. Observa-se, com assombro, como militantes que até pouco tempo só liam os artigos dos editoriais do *Pravda* leem agora com prazer livros onde se decanta o romance do amor.

Devemos interpretar isto como sintoma de reação? Como sinal de decadência na ação revolucionária? De modo algum. É chegado o momento de repelir para sempre toda a hipocrisia do pensamento burguês. É chegado o momento de reconhecer abertamente que o amor não é somente poderoso fator da natureza, não é apenas uma força biológica, mas também um fator social. Em sua própria essência é o amor um sentimento de caráter profundamente social. O certo é que o amor, em suas diferentes formas e aspectos, constitui, em todos os níveis do desenvolvimento humano, uma parte indispensável e inseparável da cultura de cada época. Até a burguesia, que reconhece algumas vezes que o amor é um assunto de ordem particular, sabe, na realidade, como encadear o amor a suas normas morais, a fim de servir ao sucesso e à afirmação de seus interesses de classe.

Mas ainda há outro aspecto dos sentimentos amorosos ao qual a ideologia da classe operária deve dedicar maior importância. Referimo-nos ao amor considerado como um fator do qual se

podem tirar benefícios em favor da coletividade, da mesma forma que qualquer outro fenômeno de caráter social e psíquico. Que o amor não é de modo algum um assunto privado, que interesse unicamente a dois corações isolados, mas, ao contrário, que o amor supõe um princípio de união de um valor incalculável para a coletividade, isto se evidencia no fato de que, em todos os graus de seu desenvolvimento histórico, a humanidade estabeleceu regras que determinavam quando e em que condições o amor era considerado legítimo (ou seja, quando correspondia aos interesses da coletividade) e quando teria de ser considerado como culpado (ou seja, quando o amor se encontrava em contradição com a sociedade).

UM POUCO DE HISTÓRIA

Desde tempos imemoriais a humanidade começou a estabelecer regras que regulassem não somente as relações sexuais, como também os sentimentos amorosos.

Na época do patriarcado, a suprema virtude moral dos homens era o amor determinado pelos vínculos de sangue. Naqueles tempos, a mulher que se sacrificasse pelo marido mereceria a reprovação e o desprezo da família ou da tribo a que pertencesse. Ao contrário, conferia-se grande valor aos sentimentos amorosos em relação ao irmão ou à irmã. A Antígona dos gregos enterrava os cadáveres de seus irmãos mortos com risco de sua própria vida. Este único fato faz da figura da Antígona uma heroína aos olhos de seus contemporâneos. A sociedade burguesa de nosso tempo classificaria esta ação, realizada pela irmã e não pela mulher, como algo estranho e um pouco impróprio.

Durante os anos de domínio da sociedade patriarcal e de criação das formas do Estado, o sentimento de amor normal foi, sem dúvida alguma, a amizade entre dois indivíduos de uma mesma tribo. Era de transcendental importância para a coletividade – que apenas havia ultrapassado a fase da organização puramente

familiar e se sentia débil do ponto de vista social – o fato de que todos os seus indivíduos estivessem unidos por sentimentos de amor e vínculos espirituais.

As emoções que correspondiam melhor a esta finalidade eram as do amor-amizade, e não as das relações sexuais. Nesse período, os interesses da coletividade exigiam para a humanidade o crescimento e a acumulação de laços psíquicos não entre casais unidos pelo matrimônio, mas, sim, entre os organismos da mesma tribo, entre os organizadores e defensores da tribo e do Estado (não foi mencionada aqui a amizade entre as mulheres, visto que, naqueles tempos, não podia ser considerada um fator social).

No patriarcado, exaltavam-se as virtudes do amor-amizade, considerado como um sentimento muito superior ao amor entre os esposos. Castor e Pólux não passaram à posteridade por suas ações e serviços prestados à pátria. Foram os sentimentos de mútua fidelidade, sua amizade inseparável e indestrutível que fizeram seus nomes chegarem até nós. A amizade (ou a aparência de um sentimento de amizade) era o que obrigava um marido enamorado de sua mulher a ceder ao amigo preferido seu lugar no leito conjugal. Outras vezes não era nem sequer ao amigo, mas ao hóspede a quem teria de demonstrar um verdadeiro sentimento de amizade, deixando-o ocupar o leito ao lado de sua mulher.

A amizade, sentimento que supunha a fidelidade ao amigo até a morte, foi considerada no mundo antigo como virtude cívica. O contrário sucedia com o amor, no sentido contemporâneo da palavra, que não ocupava nenhum papel na sociedade nem sequer chamava a atenção dos poetas ou dos dramaturgos da época. A ideologia daqueles tempos considerava o amor incluído no quadro dos sentimentos exclusivamente pessoais, dos quais a sociedade não teria por que ocupar-se. O amor ocupava o lugar de uma distração qualquer: era um luxo a que se podia permitir um cidadão depois de haver cumprido seus deveres para com o Estado.

A qualidade de saber amar, tão apreciada pela ideologia burguesa quando o amor não vai mais além dos limites impostos

por sua moral de classe, carecia de significação no mundo antigo quando se tratava de determinar as virtudes e qualidades características do homem. Na Antiguidade, o único sentimento de amor era a amizade. O homem que realizava façanhas e expunha a vida pelos amigos conquistava fama com os heróis legendários: sua ação exprimia uma virtude moral. Em troca, o homem que expunha sua vida pela mulher amada incorria na reprovação de todos, reprovação que podia chegar inclusive ao desprezo. Todos os escritos da Antiguidade condenavam os amores de Páris e da formosa Helena, que foram a causa da guerra de Troia, guerra que só desgraça podia acarretar aos homens. O mundo antigo valorizava a amizade como sentimento capaz de consolidar, entre os indivíduos de uma tribo, os laços espirituais necessários à manutenção do organismo social, ainda frágil naquela época. Por isso, posteriormente, a amizade deixou de ser apreciada como virtude moral.

Na sociedade burguesa, edificada sobre os princípios do individualismo, concorrência desenfreada e emulação, não há lugar para a amizade como fator social. A sociedade capitalista encarava a amizade como expressão de sentimentalismo, uma debilidade completamente inútil e até prejudicial para a realização das tarefas da classe burguesa. A amizade, na sociedade burguesa, converteu-se em motivo de zombaria. Se Castor e Pólux vivessem nos tempos atuais, sua amizade sem limites provocaria sorrisos indulgentes na sociedade burguesa de Nova York ou Londres. A sociedade feudal tampouco reconheceu o sentimento de amizade como qualidade digna de louvor e que fosse necessário desenvolver entre os homens.

A sociedade feudal estava fundada no estrito cumprimento dos interesses das famílias nobres. A virtude não estava determinada pelas relações mútuas dos membros da sociedade, e sim pelo cumprimento dos deveres de um membro de uma família em relação a ela e às suas tradições. No matrimônio dominavam os interesses familiares e, portanto, o rapaz (a moça não tinha li-

berdade de escolha) que preferia uma mulher, contra os interesses familiares, teria de enfrentar censuras e reprovações severíssimas. Durante a época feudal não era conveniente para o homem ante- por seus sentimentos pessoais aos interesses da família. Aquele que pretendesse romper as normas estabelecidas era olhado pela sociedade de seu tempo como um pária. Para a ideologia da sociedade feudal, o amor e o matrimônio não podiam estar unidos.

Não obstante, foi durante os séculos do feudalismo que o sentimento do amor entre os seres de sexos diferentes adquiriu certo direito, pela primeira vez, na história da humanidade. Parece estranho à primeira vista o fato de que o amor fosse reconhecido como tal naqueles anos de ascetismo, de costumes brutais e cruéis, naquela época de violências e do reinado do direito de usurpação. Mas, se observarmos mais detalhadamente as causas que motivaram o reconhecimento do amor como um fenômeno social, não só legítimo, mas também desejável, veremos claramente os motivos que determinaram o reconhecimento do amor.

O sentimento do amor pode impulsionar o homem enamorado (em determinados casos e com a ajuda de determinadas circunstâncias) a realizar atos que não poderia levar ao fim se tivesse outra disposição de espírito. A cavalaria andante exigia, no domínio militar, de todos os seus membros a prática de elevadas virtudes, mas de caráter estritamente pessoal. Tais virtudes eram a intrepidez, a bravura, a resistência etc. Naqueles tempos não era a organização do exército o que determinava a vitória no campo de batalha. As qualidades individuais dos combatentes constituíam o fator primordial. O cavaleiro enamorado de sua inconquistável dama, a eleita de seu coração, poderia realizar verdadeiros milagres de bravura, triunfar mais facilmente nos torneios, e saberia sacrificar a vida sem temores, em nome da mulher amada. O cavaleiro enamorado agia estimulado pelo desejo de distinguir-se para conquistar os favores da sua eleita.

A ideologia do cavaleiro teve, por conseguinte, que levar em conta este fato. Como reconhecia no amor um poder capaz de

provocar no homem um estado emocional útil para as finalidades da classe feudal, procurou colocá-lo, naturalmente, num lugar bem destacado. Naquela época, o amor entre os esposos não podia inspirar os cantos dos poetas, visto que não constituía a base em que se fundava a família, nos castelos. O amor, como fator social, só era valorizado quando se tratava dos sentimentos de um cavaleiro pela mulher de outro. Sentimentos que serviam de impulso para a realização de valentes façanhas. Quanto mais inacessível se achava a mulher escolhida, maior era o esforço realizado pelo cavaleiro para conquistar seus favores com as virtudes e qualidades apreciadas em seu mundo (intrepidez, resistência, tenacidade e bravura).

O mais comum era que a dama escolhida pelo cavaleiro ocupasse uma posição inacessível. A dama de seus pensamentos, eleita pelo cavaleiro, era, geralmente, a mulher do senhor feudal. Em certas ocasiões, o cavaleiro levava sua ousadia até o cúmulo de pousar seus olhos sobre a rainha. Este ideal inacessível se baseava na concepção de que unicamente era digno, como exemplo virtuoso, o amor espiritual, o amor sem carne, que impelia o homem a tomar parte em façanhas heroicas e o obrigava à realização de milagres de bravura. As moças solteiras não eram nunca objeto de adoração dos valentes cavaleiros. Por muito alta que fosse a posição, a adoração do cavaleiro podia terminar em matrimônio. Então, desaparecia inevitavelmente o fator psicológico que impulsionava o homem à luta. Diante desse perigo, a moral feudal não podia admitir o amor do cavaleiro pela jovem solteira. O ideal do ascetismo (abstinência sexual) tem pontos de contato com a elevação do sentimento amoroso convertido em virtude moral. O desejo de purificar o amor de tudo o que fosse carnal, culpado, a aspiração de converter o amor num sentimento abstrato, levava os cavaleiros da Idade Média a cair em monstruosas aberrações. Elegiam como dama de seus pensamentos mulheres que nunca haviam visto em sua vida. Chegavam inclusive a enamorar-se da Virgem Maria... Não creio que seja possível deformar ainda mais

um sentimento. A ideologia feudal apreciava o amor como estimulante para as qualidades necessárias de todo cavaleiro: o amor espiritual, a adoração do cavaleiro pela dama de seus pensamentos, servia diretamente aos interesses da casta. Essa consideração foi a que determinou, desde o começo da sociedade feudal, aquele conceito de amor. Diante da traição carnal da mulher, diante do adultério da esposa, o cavaleiro da Idade Média não podia vacilar e a enclausurava ou matava. Por outro lado, sentia-se orgulhoso se outro cavaleiro elegia sua esposa como a dama de seus pensamentos e chegava a permitir inclusive uma corte de amor feita por amigos espirituais.

A moral feudal cavaleiresca, que cantava e exaltava o amor espiritual, não exigia, ao contrário, que as relações matrimoniais ou outras formas de união sexual tivessem como base o amor. O amor era uma coisa e o matrimônio, outra. A ideologia feudal estabelecia entre as duas noções uma clara diferença.¹

As noções de amor e matrimônio não se unificaram até os séculos XIV e XV, durante os quais começou a formação da moral burguesa. Isto explica porque durante a Idade Média os sentimentos amorosos elevados e delicados se chocavam com a brutalidade de costumes no domínio das relações sexuais. Como as relações

¹ No século XII, por iniciativa das esposas dos cavaleiros e também por estes cuja conduta se encontrava muitas vezes em contradição com a moral reinante, organizaram-se os tribunais do amor nos quais as mulheres atuavam como juizes.

Num desses curiosos processos de amor, no qual se tratava de determinar se o verdadeiro amor pode existir no matrimônio, a sentença do tribunal do amor foi a seguinte: “Nós, os presentes, cremos e afirmamos que o amor não pode estender seus direitos a dois seres unidos no matrimônio. Dois amantes entregam, livremente, tudo quanto possuem, sem levar em conta qualquer consideração, sem se sentirem obrigados a compromissos. Os esposos, pelo contrário, como se sentem unidos pelo lar, estão obrigados a subordinar a vontade de um à vontade do outro; em virtude deste fato não podem negar-se nada. Esta decisão, adotada após amadurecida reflexão e que expressa a opinião de numerosas mulheres, deverá ser reconhecida como verdade estabelecida e indiscutível.” A sentença do tribunal foi anunciada no dia 3 de maio de 1174.

sexuais, tanto no matrimônio legítimo como fora dele, careciam de amor, ficavam reduzidas a simples atos fisiológicos.

A Igreja reprovava, aparentemente, a libertinagem, porém, como fomentava por palavras o amor espiritual, não fazia mais do que, na realidade, patrocinar as relações bestiais entre os sexos. O cavaleiro que trazia sempre sobre o coração o emblema da dama de seus pensamentos, que compunha em sua honra versos cheios de delicadeza, que expunha sua vida para merecer um sorriso de seus lábios, violava tranquilamente a moça da aldeia ou mandava seu escudeiro levar ao castelo, para distrair-se, as camponesas mais belas dos arredores. As mulheres dos cavaleiros não deixavam tampouco, imitando seus maridos, de gozar os prazeres carnavais com os trovadores e pajens. Estas mulheres chegavam inclusive a admitir as carícias de seus criados, apesar do desprezo que sentiam pela servidão.

Quando a sociedade feudal perdeu sua força e surgiram novas condições de vida, que impunham os interesses da classe burguesa em formação, criou-se pouco a pouco um novo ideal moral nas relações sexuais. A nascente burguesia desprezou o ideal do amor espiritual e tomou a defesa dos direitos do amor carnal, tão menosprezado durante o feudalismo. A burguesia traz de novo ao amor a fusão do corpo e do espírito.

A moral burguesa não podia estabelecer nenhuma diferença entre o amor e o matrimônio. Ao contrário, o matrimônio teria que estar determinado pela inclinação mútua entre os esposos. Ainda que a burguesia violasse com grande frequência este princípio moral, na prática, por motivos de conveniência, é evidente que reconhecia o amor como fundamento do matrimônio. Para isto, tinha sólidas razões de classe.

No regime feudal, a família estava estabelecida nas tradições da nobreza. O matrimônio era de fato indissolúvel; sobre o casal unido no matrimônio pesavam os mandamentos da Igreja, autoridade ilimitada dos chefes de família, a ascendência das tradições e a vontade do senhor feudal.

A família burguesa se formava em outras condições; a família burguesa não se baseava na posse de riquezas patrimoniais, e sim na acumulação do capital. A família convertia-se em guardiã viva das riquezas acumuladas. Mas, para que esta acumulação se realizasse o mais rapidamente possível, era muito importante para a classe burguesa que os bens adquiridos pelo marido ou pelo pai fossem gastos com economia, de um modo inteligente, a fim de não desperdiçá-los. Era, pois, necessário que a mulher fosse, também, uma boa dona de casa, amiga e auxiliar do marido.

Ao estabelecer as relações capitalistas, só a família, na qual existia uma estreita colaboração entre todos os membros interessados na acumulação de riqueza, ficava fundamentada em sólidas bases. Esta consolidação era muito mais perfeita e dava melhores resultados se os esposos e os filhos, em relação a seus pais, estivessem unidos por verdadeiros laços espirituais e de carinho.

A estrutura econômica dessa época, a partir do fim do século XIV e princípios do XV, contribuiu para o nascimento da nova ideologia. Pouco a pouco mudavam de aspecto as noções de amor e matrimônio. Lutero, o reformador religioso, e com ele todos os pensadores e homens de ação do Renascimento e da Reforma (séculos XV e XVI) compreenderam claramente a força social que encerrava o sentimento do amor. Os ideólogos revolucionários da burguesia nascente deram-se conta de que, para que a família se estabelecesse solidamente (unidade econômica na base do regime burguês), era imprescindível uma íntima união entre todos os seus membros. E proclamaram um novo ideal moral do amor: a fusão do amor carnal e do amor espiritual.

Estes reformadores zombavam sem piedade do amor espiritual, dos cavaleiros enamorados, obrigados a consumir-se em suas ânsias amorosas sem esperanças de satisfazê-lo. Os ideólogos burgueses, os homens da reforma, reconheciam a legitimidade das sadias exigências da carne. O mundo feudal dividia o amor e o obrigava a tomar duas formas completamente independentes

uma da outra: o simples ato sexual, por um lado (relações sexuais do matrimônio ou do concubinato), e um sentimento de elevado amor platônico por outro ser (o amor que sentia o cavaleiro pela dama de seus pensamentos).

O ideal da moral da classe burguesa compreendia, na noção do amor, a sadia atração carnal entre os sexos e a afinidade psíquica. O ideal do feudalismo estabelecia uma diferenciação clara entre o amor e o matrimônio. A burguesia fundia estas duas noções. Para a burguesia o conceito do amor e do matrimônio eram equivalentes.

Na prática, naturalmente, a burguesia violava seu próprio ideal. Enquanto que, na época feudal, não se sublevava diante do problema da inclinação mútua, a moral burguesa exigia, no caso do matrimônio por conveniência, que os esposos aparentassem exteriormente que se amavam.

Os preconceitos do amor e do matrimônio da época feudal eram tão fortes que se conservaram até os dias atuais, por sua adaptação ao meio ambiente, durante os séculos de moralidade burguesa. Em nossos tempos, ainda, os membros das famílias coroadas e da alta aristocracia, que as rodeiam, obedecem àquelas tradições. Nesses ambientes da sociedade, o matrimônio por amor é classificado como ridículo e produz sempre escândalo. Os jovens príncipes e princesas têm que se submeter à tirania das tradições de raça e à conveniência política de seu país, unir sua vida a um ser que não conhece nem ama. A história conserva grande número de dramas, como o desgraçado filho de Luis XV, que foi obrigado a realizar outro matrimônio apesar do profundo sentimento que experimentava com a recordação da morte de sua mulher, a quem havia amado apaixonadamente.

A subordinação do matrimônio a considerações de interesses existe igualmente entre os camponeses. A família camponesa distingue-se precisamente por isto da família burguesa da cidade. A família camponesa é antes de tudo uma unidade econômica de trabalho. Os interesses econômicos dominam de tal forma a fa-

mília camponesa que todos os demais laços de ordem emocional ocupam sempre um lugar secundário.

Na família artesã da Idade Média, não se levava em consideração o amor quando se contraía um matrimônio. Na época das corporações de artesãos, a família era também uma unidade de produção, regida pelo princípio econômico de trabalho. O ideal do amor no matrimônio não começa a aparecer até o momento em que a família deixa de ser uma unidade de produção para converter-se numa unidade de consumo e em guardiã do capital acumulado.

Mas, ainda que a moral burguesa proclamasse o direito de dois corações amantes unirem-se contra as tradições familiares, apesar de zombar do amor platônico e do asceticismo, e de afirmar que o amor era a base do matrimônio, tinha todo o cuidado de estabelecer estreitas limitações a todas as suas concessões. O amor não podia ser considerado como um sentimento legítimo fora do matrimônio. Sem o matrimônio, o amor era considerado imoral. Esse ideal correspondia a considerações de ordem econômica: impedir que o capital acumulado se dispersasse com os filhos nascidos fora de uma união matrimonial. Toda moral burguesa tinha por função contribuir para a acumulação do capital. O ideal do amor ficava, portanto, restrito ao casal unido em matrimônio, cujo fim era o aumento de seu bem-estar material e das riquezas, dentro do núcleo familiar, isolado totalmente do resto da sociedade. Quando os interesses da família e da sociedade se chocavam, a moral burguesa se inclinava sempre a favor dos interesses familiares (por exemplo, a condescendência para com os desertores, não admitida pelo direito, mas aceita pela moral burguesa; a justificação moral de um administrador dos interesses de vários acionistas, que lhe haviam confiado suas reservas, aos quais arruinava para aumentar os bens de sua família etc.)²

² Estes exemplos foram tomados da Rússia.

A burguesia, com o espírito unitário que a caracterizava, pretendia tirar proveito do amor e converter, portanto, este sentimento num meio de consolidar os laços familiares.

Mas os limites impostos ao amor pela ideologia burguesa o aprisionava com fortes correntes. Assim, nasceram e se multiplicaram infinitamente os conflitos amorosos. O romance, novo gênero literário que a classe burguesa criou, serviu para expressar os conflitos amorosos originados pelo aprisionamento do amor. O amor saía constantemente dos limites matrimoniais que lhe haviam imposto e tomava forma de união livre ou de adultério, que a moral burguesa, embora condenasse, na realidade, cultivava.

O ideal burguês do amor não corresponde às necessidades da camada social mais numerosa, não atende às necessidades da classe operária. Tampouco atende às aspirações de vida dos intelectuais. A isto se deve, precisamente, o enorme interesse que despertam, nos países capitalistas muito desenvolvidos, todos os problemas do sexo e do amor. Disto nascem as investigações apaixonadas destinadas a encontrar uma solução para este problema angustiante que inquieta a humanidade há vários séculos. Como será possível estabelecer relações entre os sexos que contribuam para tornar os homens mais felizes, mas que ao mesmo tempo não destruam os interesses da coletividade?

Este mesmo problema se apresenta, atualmente, à juventude trabalhadora da Rússia. Um ligeiro exame da evolução das relações matrimoniais e dos sentimentos de amor nos ajudará, jovem camarada, a compreender uma verdade indiscutível: o amor não é uma questão particular, como nos parece à primeira vista. O amor é um precioso fator social e psíquico que a humanidade manipula instintivamente, segundo os interesses da coletividade. A classe trabalhadora, armada com o método científico do marxismo e com a experiência do passado, compreenderá o lugar que a nova humanidade deve reservar ao amor nas relações sociais. Qual é, pois, o ideal de amor que corresponde aos interesses da classe que luta para estender seu domínio por todo o mundo?

O AMOR-CAMARADAGEM

A nova sociedade comunista está edificada sobre o princípio da camaradagem e da solidariedade. Mas que é a solidariedade? Não somente devemos entender por solidariedade a consciência da comunidade de interesses; constituem a solidariedade, também, os laços sentimentais e espirituais estabelecidos entre os membros da mesma coletividade trabalhadora. O regime social edificado sobre o princípio da solidariedade e da colaboração exige que a sociedade em questão possua, desenvolvida em alto grau, a capacidade do potencial de amor, isto é, a capacidade para a sensação de simpatia.

Se estas sensações faltam, o sentimento de camaradagem não pode se consolidar. Por isso, a ideologia proletária procura educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de simpatia diante dos sofrimentos, das necessidades de seus camaradas de classe. A ideologia proletária tende, também, a compreender as aspirações dos demais e desenvolver a consciência de sua união com os outros membros da coletividade. Mas todas essas sensações de simpatia, delicadeza e sensibilidade derivam de uma fonte comum: da capacidade para amar, não de amar no sentido propriamente sexual, mas do amor no sentido mais amplo da palavra.

O amor é um sentimento que une os indivíduos; podemos inclusive dizer que é um sentimento de natureza orgânica. A burguesia compreendeu, também, toda a importância da força do amor na união entre os homens e, portanto, procurou sujeitá-lo a seus interesses. Por isso, a ideologia burguesa, ao procurar consolidar a família, recorre à virtude moral do amor entre os esposos; ser um pai de família era aos olhos da burguesia uma das maiores e mais apreciadas qualidades do homem.

O proletariado, por seu lado, deve diminuir o papel social e psicológico do sentimento do amor tanto no verdadeiro sentido da palavra quanto no que se refere às relações entre os sexos, mas

pode e deve considerar estes papéis, para reforçar os laços sociais. Estes não se situam no domínio das relações matrimoniais e da família, mas são os laços que contribuem para o desenvolvimento da solidariedade coletiva.

Qual será, pois, o ideal de amor da classe operária? Em que sentimentos a ideologia proletária deve basear as relações sexuais?

Já vimos, meu jovem camarada, como cada época da história possui seu próprio ideal de amor. Analisamos como cada classe, em seu próprio interesse, atribui à noção moral de amor um conteúdo determinado. Cada grau de civilização traz à humanidade sensações morais e intelectuais mais ricas em matizes, que cobrem o amor com um colorido diverso. A evolução no desenvolvimento da economia e nos costumes sociais foi acompanhada de novas modificações no conceito do amor. Alguns matizes desses sentimentos se reforçavam, mas os outros caracteres diminuían ou desapareciam totalmente.

O amor, no transcurso dos séculos de existência da sociedade humana, evoluiu de um simples instinto biológico (instinto da reprodução, comum a todos os seres vivos, superiores ou inferiores, divididos em dois sexos) e se enriqueceu sem cessar com novas sensações, até converter-se num sentimento muito complexo.³

O amor deixou de ser um fenômeno biológico para converter-se num fator social e psicológico.

O instinto biológico da reprodução, que determinou as relações entre os sexos nos primeiros estágios de desenvolvimento da humanidade, adquiriu, pressionado pelas forças econômicas e sociais, dois sentidos diametralmente opostos. Por um lado, sob a pressão de monstruosas relações econômicas e sociais e, mais ainda, sob o jugo capitalista, o sadio instinto sexual (atração física de

³ Outra origem biológica natural do amor é o instinto da maternidade; os cuidados que a mãe tem que dedicar a seu filho. Mesclam-se e cruzam-se entre si e os dois instintos são os que criaram uma base natural para o desenvolvimento das sensações complexas do amor que contribuíram para as relações sociais.

dois seres de sexos distintos baseada no instinto da reprodução) degenerou e se converteu em luxúria doentia. O ato sexual transformou-se num fim em si mesmo, num meio para alcançar maior voluptuosidade, numa depravação exacerbada pelos excessos, as perversões e as aguilhoadas doentias da carne. O homem procurou a mulher não impulsionado por um desejo sexual que o impelia com todo seu ímpeto para ela; o homem procurava a mulher sem sentir nenhuma necessidade sexual, mas sim com o único objetivo de provocar esta necessidade mediante o contato íntimo com a mulher. Deste modo, o homem procurava a voluptuosidade no ato sexual em si. Se a intimidade do contato com a mulher não provocava a excitação esperada, os homens, deformados pelos excessos sexuais, recorriam a qualquer tipo de aberração.

Por outro lado, a atração física entre os sexos se complica no transcurso dos séculos da vida social na humanidade e das diversas civilizações, adquirindo toda uma gama de matizes e sentimentos diversos. Em sua forma atual, o amor é um estado psicológico muito mais complexo e que há muito tempo se desprende por completo de sua fonte originária, o instinto biológico de reprodução, chegando, em muitos casos, a estar em contradição com ele. O amor é um aglomerado de sentimentos diversos: paixão, ternura espiritual, lástima, inclinação, costume etc. É difícil, pois, diante de tão grande complexidade, estabelecer um laço de união direto entre o amor-reprodução (atração física entre os sexos) e o amor-sentimento (atração psíquica). O amor-amizade, no qual não é possível encontrar nem um átomo de atração física; o amor espiritual, sentido pela causa, pela ideia; o amor impessoal por uma coletividade é sentimento que demonstra claramente até que ponto se realizou e se separou de sua base biológica o sentimento de amor.

Porém, o problema se complica ainda muito mais. Com grande frequência surge uma flagrante contradição entre as diversas manifestações do amor e começa a luta. O amor sentido pela causa amada (não o amor simplesmente pela causa, mas sim pela

causa amada) não concorda com o amor sentido pelo eleito ou eleita do coração,⁴ o amor sentido pela coletividade se apresenta em conflito com o amor sentido pela mulher, o marido ou os filhos. O amor-amizade está em contradição com o amor-paixão. No primeiro caso, o amor está dominado pela harmonia psíquica; no outro está baseado na harmonia do corpo.

O amor revestiu-se de múltiplos aspectos. Do ponto de vista das emoções do amor, o homem de nossa época, no qual os séculos de evolução ocasionaram o desenvolvimento e a educação de diferentes matizes deste sentimento, se sente desgostoso com o significado demasiado vago e geral do sentido da palavra amor.⁵

A multiplicidade do sentimento de amor cria, sob o jugo da ideologia e dos costumes capitalistas, uma série de dolorosos e insolúveis dramas morais. Desde o final do século XIX, os psicólogos começaram a tratar como tema favorito a multiplicidade do sentimento de amor. Os representantes da cultura burguesa começaram a sentir inquietação e desconcerto diante desse enigma do amor por dois e até por três seres.

H. A. Herzen, grande pensador e jurista do século passado, tentou encontrar uma solução para esta complexidade da alma humana e para este desdobramento de sentimentos em seu romance intitulado: *De quem é a culpa?* Também Tchernichevsky tentou encontrar solução para este problema no romance social: *Que fazer?*

O desdobramento dos sentimentos de amor e sua multiplicidade preocuparam os maiores escritores da Escandinávia, tais como Hanisen, Ibsen, Bernsen⁶ e Heierstan. Os literatos franceses

⁴ Esse conflito ocorrerá principalmente, com grande frequência, nas mulheres da época contemporânea, de transição.

⁵ A nova humanidade será obrigada a encontrar novas palavras para expressar os múltiplos aspectos das sensações psíquicas que atualmente se traduzem de forma grosseira por palavras tais como amor, paixão, desejo, complexo amoroso e amizade. O estado de alma tão complicado que resulta da união de todos esses sentimentos diversos não pode ser expressado de modo algum por estas noções e definições tão vagas.

⁶ *Hilda, a desencaminhada.*

do século passado ocuparam-se também com esse tema. Romain Rolland, escritor simpatizante do comunismo, e Maeterlink,⁷ que se manteve alheio a nossos ideais, trataram igualmente de encontrar a solução para este problema. Os gênios poéticos como Goethe, Byron e George Sand, este último um dos pioneiros mais ardentes no campo das relações entre os sexos, tentaram resolver na prática esse complicado problema, o enigma do amor. Herzen, autor do livro *De quem é a culpa?*, tanto quantos outros pensadores, poetas e homens de Estado, se deram conta do terrível problema à luz de sua própria experiência. Porém, sob o peso do enigma da dualidade de sentimentos de amor, se dobram também os homens que não são grandes de modo algum, mas que buscam em vão a chave da solução do problema dentro dos limites impostos pelo pensamento burguês. A solução do problema está precisamente nas mãos do proletariado. A solução deste problema pertence à ideologia e ao novo modo de vida da humanidade trabalhadora.

Quando falamos da dualidade do sentimento de amor e da sua complexidade, não devemos confundir esta dualidade com as relações sexuais de um homem com várias mulheres ou da mulher com vários homens. A poligamia, na qual não há o sentimento de amor, pode ser causa de consequências nefastas (esgotamento precoce do organismo, maior facilidade para contrair enfermidades venéreas etc.); mas estas uniões não criam dramas morais. Os dramas e os conflitos surgem quando nos encontramos em presença do amor com todos os seus matizes e manifestações diversas. Uma mulher pode amar um homem por seu espírito somente se os pensamentos, aspirações e desejos dele estão em harmonia com os seus; ao mesmo tempo, pode sentir-se atraída fisicamente por outro homem. Assim como a mulher, o homem pode experimentar um sentimento de ternura cheio de considerações, de compaixão cheia de solicitude por uma mulher, mesmo que em outra encontre apoio e compreensão. A qual dessas duas mulheres deverá entregar a plenitude do

⁷ *Aglaneme e Celisette.*

amor? Terá necessariamente que mutilar sua alma e arrancar um desses sentimentos quando só pode adquirir a plenitude de seu ser com a manutenção desses dois laços de amor?

Sob o regime burguês, o desdobramento da alma e do sentimento traz consigo inevitáveis sofrimentos. A ideologia baseada no instinto da propriedade inculcou no homem, durante séculos e séculos, que todo sentimento de amor deve estar fundamentado num princípio de propriedade. A ideologia burguesa gravou na cabeça dos homens a ideia de que o amor dá direito a possuir inteiramente, sem compartilhá-lo com ninguém, o coração do ser amado. Este ideal, esta exclusividade no sentimento de amor, era consequência natural da forma estabelecida do matrimônio indissolúvel e do ideal burguês de amor absorvente entre os esposos. Porém, o ideal burguês pode corresponder aos interesses da classe operária? Muito mais importante e desejável é que, do ponto de vista da ideologia proletária, as sensações dos homens se enriqueçam cada vez com maior conteúdo e se tornem múltiplas. A multiplicidade da alma constitui precisamente um fato que facilita o desenvolvimento e a educação dos laços do coração e do espírito, mediante os quais se consolidará a coletividade trabalhadora. Quanto mais numerosos são os fios que se estendem entre as almas, entre os corações e as inteligências, mais solidez adquire o espírito de solidariedade e com maior facilidade pode realizar-se o ideal da classe operária: camaradagem e união.

O exclusivismo e a absorção no sentimento de amor não podem constituir, do ponto de vista da ideologia proletária, o ideal do amor determinante nas relações entre os sexos. Ao contrário, o proletariado, ao tomar conhecimento da multiplicidade do amor, não se assusta absolutamente com esta descoberta, nem tampouco experimenta indignação moral como aparenta a hipocrisia burguesa. O proletariado trata, ao contrário, de dar a este fenômeno (que é o resultado de complicadas causas oficiais) uma direção que sirva a seus fins de classe, no momento da luta e da edificação da sociedade comunista.

Estará, por acaso, a multiplicidade do amor em contradição com os interesses do proletariado? Ao contrário, esta multiplicidade no sentimento do amor facilita o triunfo do ideal de amor nas relações entre os sexos, que já se formam e cristalizam no seio da classe operária: o amor-camaradagem.

A humanidade do patriarcado concebia o amor como o carinho entre os membros de uma família (amor entre irmãos e irmãs, entre os filhos e os pais). O mundo antigo antepunha a qualquer outro sentimento o amor-amizade. O mundo feudal tinha, como ideal de amor, o amor espiritual do cavaleiro, amor independente do matrimônio e que não trazia consigo a satisfação da carne. O ideal de amor da sociedade burguesa era o amor de um casal unido por um sentimento legítimo.

O ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade do espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e se distingue, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização. Que é pois, o amor-camaradagem? Quererá tudo isto dizer que a severa ideologia da classe operária, forjada numa atmosfera de luta para o triunfo da ditadura do proletariado, se dispõe a jogar fora sem piedade o amor romântico? De modo algum. A ideologia da classe operária não pode desprezar o amor romântico. Ao contrário, prepara o reconhecimento do sentimento de amor como força social e psíquica.

A hipocrisia moral da cultura burguesa, que obrigava o amor a visitar somente o casal unido legalmente, arrancava sem piedade toda a sua beleza. Fora do matrimônio, só podia existir para a ideologia burguesa a atração passageira entre os sexos sob a forma de carícias compradas (prostituição) ou de carinhos roubados (adultério).

A moral da classe operária, ao contrário, despreza francamente a forma exterior que estabelece as relações de amor entre os sexos.

Para o sucesso das tarefas do proletariado, é indiferente que o amor tome a forma de uma união estável ou que não tenha mais im-

portância que uma união passageira. A ideologia da classe operária não pode fixar limites formais ao amor. Ao contrário, esta ideologia começa a sentir inquietação pelo conteúdo do amor, pelos laços de sentimentos e emoções que unem os dois sexos; por isso, neste sentido a ideologia proletária tem que perseguir a luxúria, a satisfação única dos desejos carnis pela prostituição, a transformação do ato sexual num fim em si mesmo, que faz dele um prazer fácil etc., mais implacavelmente que o fazia a moral burguesa. A luxúria está em contradição com os interesses da classe operária. Em primeiro lugar, este amor supõe inevitavelmente os excessos e o esgotamento físico, que contribuem para diminuir a reserva de energia da humanidade. Em segundo lugar, empobrece a alma porque impede o desenvolvimento, entre os seres humanos, de laços psíquicos e de sensações de simpatia. Em terceiro lugar, este amor tem por base a desigualdade de direitos entre os sexos nas relações sexuais; ou seja, está baseado na dependência da mulher em relação ao homem, na vaidade ou insensibilidade do homem, o que afoga necessariamente toda a possibilidade de experimentar um sentimento de camaradagem. Em troca, a ação exercida sobre os seres humanos pelo amor espiritual é completamente distinta.

Não resta a menor dúvida de que na base do amor espiritual se encontra também, como na luxúria, a atração física entre os sexos. A diferença consiste precisamente em que, no ser movido por sentimentos de amor que o impulsionam para outro ser, despertam e se manifestam justamente as qualidades da alma necessárias aos construtores da nova cultura: sensibilidade, delicadeza e desejo de ser útil a outros. A ideologia burguesa, em troca, exige que o homem ou a mulher só se vangloriem destas qualidades na presença do eleito ou da eleita, ou seja, em suas relações com um só homem ou uma só mulher. O mais importante para a ideologia proletária é que estas qualidades despertem, desenvolvam e eduquem todos os homens e, portanto, não se manifestem apenas nas relações com o objeto amado, mas também nas relações com todos os demais membros da coletividade.

Na realidade, para o proletariado, não importam os matizes e sentimentos predominantes no amor. O proletariado sente-se indiferente diante dos delicados tons do complexo amoroso, diante das incendiárias cores da paixão ou diante da harmonia do espírito. O que lhe interessa é que, em todas as manifestações e sentimentos de amor, existam os elementos psíquicos que desenvolvem o sentimento de camaradagem.

O ideal de amor-camaradagem, forjado pela ideologia proletária para substituir o absorvente e exclusivo amor conjugal da moral burguesa, está fundado no reconhecimento dos direitos recíprocos na arte de saber respeitar, inclusive no amor, a personalidade do outro, num firme apoio mútuo e na comunidade de aspirações coletivas.

O amor-camaradagem é o ideal necessário ao proletariado nos períodos difíceis de grandes responsabilidades, quando luta para o estabelecimento de sua ditadura ou para fortalecer sua continuidade. Entretanto, quando o proletariado triunfar totalmente e for de fato uma sociedade constituída, o amor apresentar-se-á de forma completamente distinta, adquirirá um aspecto totalmente desconhecido até agora pelos homens. Os laços de simpatia entre os membros da nova sociedade se desenvolverão e se fortalecerão, a capacidade para amar será muito maior, e o amor-camaradagem se converterá no estimulante papel que na sociedade burguesa estava reservado ao princípio de concorrência e ao egoísmo. O coletivismo do espírito e da vontade triunfarão sobre o individualismo que se bastava a si mesmo. Desaparecerá o frio da solidão moral, do qual no regime burguês os homens tentavam escapar, refugiando-se no amor ou no matrimônio; os homens ficarão unidos por inumeráveis laços sentimentais e psíquicos. Seus sentimentos se modificarão no sentido do interesse cada vez maior pela coisa pública. Desaparecerão sem deixar o menor rastro a desigualdade entre os sexos e todas as formas de dependência da mulher em relação ao homem.

Nesta nova sociedade, coletivista por seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz, por relações fraternais

entre os membros da coletividade trabalhadora e criadora, o amor ocupará um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana. Como se transfigurará? Nem a fantasia mais criadora é capaz de imaginá-lo. Só é indiscutível que, quanto mais unida estiver a humanidade pelos laços duradouros da solidariedade, tanto mais intimamente unida estará em todos os aspectos da vida, da criação ou das relações mútuas. Por conseguinte, não haverá mais lugar para o amor no sentimento contemporâneo da palavra. Em nosso tempo, o amor peca sempre por um excesso de absorção de todos os pensamentos, de todos os sentimentos entre dois corações que se amam e que, portanto, isolam e separam o casal amante do resto da coletividade. Esta separação, este isolamento moral do casal amoroso, não somente será completamente inútil como psicologicamente impossível numa sociedade em que estão intimamente unidos os interesses, as tarefas e as aspirações de todos os membros da coletividade. Neste mundo novo, a forma reconhecida, normal e desejada das relações entre os sexos estará fundamentada puramente na atração sadia, livre e natural (sem perversões, nem excessos) dos sexos; as relações sexuais dos homens na nova sociedade estarão determinadas pelo novo amor.

Atualmente, encontramos-nos na encruzilhada onde se chocam duas civilizações: a civilização burguesa e a civilização proletária. Nesse período de transição, em que estes dois mundos lutam encarniçadamente em todas as frentes, inclusive, naturalmente, na frente ideológica, o proletariado está muito interessado em atingir por todos os meios a seu alcance a acumulação mais rápida possível de sensações e sentimentos de simpatia. Neste período de transição, a ideia moral que determina as relações entre os sexos não pode ser o brutal instinto sexual, mas sim as múltiplas sensações do amor-camaradagem experimentadas por homens e mulheres. Para que estas sensações correspondam à nova moral proletária em formação, é necessário que estejam baseadas nos três seguintes postulados:

a) igualdade nas relações mútuas (isto é, desaparecimento da autossuficiência masculina e da servil submissão da individualidade da mulher ao amor);

b) reconhecimento mútuo e recíproco de seus direitos, sem que nenhum dos seres unidos por relações de amor pretenda a posse absoluta do coração e da alma do ser amado (desaparecimento do sentimento de propriedade fomentado pela civilização burguesa);

c) sensibilidade fraternal; a arte de assimilar e compreender o trabalho psíquico que se realiza na alma do ser amado (a civilização burguesa só exigia que a mulher possuísse no amor esta sensibilidade).

Porém, ainda que a ideologia da classe operária proclame os direitos do amor, subordina, ao mesmo tempo, o sentimento que os membros da coletividade trabalhadora sentem entre si a um outro muito mais poderoso: o do dever para com a coletividade. Por maior que seja o amor que une dois indivíduos de sexos diferentes, por muitos que sejam os vínculos que unem seus corações e suas almas, os laços que os unem à coletividade têm que ser muito mais fortes, mais numerosos e orgânicos. Tudo para o homem amado, proclamava a moral burguesa. Tudo para a coletividade, estabelece a moral proletária.

Agora ouço-o argumentar, meu jovem camarada: “Concordo quando você afirma que as relações de amor, baseadas no espírito de fraternidade, se convertem no ideal da classe operária. Porém, não pesará demasiado esta medida moral sobre os sentimentos amorosos? Este ideal não poderia destroçar e mutilar o amor? Libertamos o amor das correntes da moral burguesa, mas será que não lhe criaremos outras?”

Tem razão, meu jovem camarada. A ideologia proletária, ao não aceitar a moral burguesa no domínio das relações matrimoniais, cria, inevitavelmente, sua própria moral de classe, as formas regulamentadoras das relações entre os sexos que melhor correspondam às tarefas da classe operária, que sirvam para educar os sentimentos de seus membros e que, portanto, constituem até cer-

to ponto correntes que aprisionam o sentimento do amor. Sem dúvida, se falamos do amor patrocinado pela ideologia burguesa, o proletariado evidentemente haverá de modificá-lo. Entretanto, o que não se pode fazer, porque significa não pensar no futuro, é lamentar que a classe operária imprima sua marca nas relações sexuais com o objetivo de conseguir que o sentimento de amor corresponda a suas tarefas de classe. A classe ascendente da humanidade criará motivos de beleza, força e brilho até agora desconhecidos. Não se esqueça, jovem camarada, que o amor muda de aspecto e se transforma, inevitavelmente, uma vez que se transformam as fases econômicas e culturais da sociedade.

Se conseguirmos que, das relações de amor, desapareça o cego, o exigente e absorvente sentimento passional; se desaparece, também, o sentimento de propriedade, tanto quanto o desejo egoísta de unir-se para sempre ao ser amado; se conseguirmos que desapareça a vaidade do homem, e que a mulher não renuncie criminosamente ao seu eu, não há dúvida de que, com o desaparecimento de todos esses sentimentos, desenvolvam-se outros elementos preciosos para o amor. Assim, por exemplo, aumentará o respeito para com a personalidade do outro e também se aperfeiçoará a arte de levar em conta os direitos dos demais; educar-se-á a sensibilidade recíproca e se desenvolverá enormemente a tendência a manifestar o amor não somente com beijos e abraços, mas também com uma unidade de ação e de vontade na criação comum.

A tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna.

Espero, jovem camarada, que agora veja claramente que o fato de o problema do amor despertar o interesse tão extraordinário entre a juventude trabalhadora não é, de modo algum, sintoma de decadência. Creio que agora poderá encontrar sozinho o lugar que deve corresponder ao amor, não apenas na ideologia do proletariado, mas também na vida diária da juventude trabalhadora.

Os objetivos e o valor da minha vida¹

Nada é mais difícil do que escrever uma autobiografia. O que deveria ser enfatizado? Somente o que é de interesse geral? É aconselhável, acima de tudo, escrever honestamente e prescindir de qualquer convencionalismo introdutório de modéstia. Pois, se alguém é requisitado a relatar sua vida tratando dos acontecimentos que a fizeram útil ao público geral, isso só pode significar que esse alguém já construiu alguma coisa positiva na vida, *realizou uma tarefa reconhecida pelas pessoas*.² Consequentemente, é uma questão de esquecer que se está falando de si mesmo, de fazer um esforço para renunciar ao próprio ego com o intuito de, tão objetivamente quanto possível, prestar contas daquilo que construiu na vida e das suas realizações.

Eu pretendo fazer esse esforço aqui, mas se serei bem-sucedida é uma outra história. Ao mesmo tempo eu preciso confessar que, em certo sentido, esta autobiografia se apresenta como um problema para mim, pois ao olhar para trás ao mesmo tempo em que espreito o futuro, eu submeto à minha própria consideração os mais decisivos momentos de minha existência e minhas reali-

¹ Trata-se do primeiro capítulo do livro *Autobiografia de uma mulher sexualmente emancipada* (1926). Utilizamos aqui a tradução de Lígia Gomes publicada pela Editora Sundermann, em 2007, que gentilmente nos autorizou a publicação do texto. Inserimos aqui notas de rodapé que não constam na edição brasileira do livro a partir da versão inglesa editada pela Leftword, Índia.

Os trechos em itálico foram riscados no manuscrito, por diversas razões; variantes e correções feitas nesses trechos estão indicados nas notas de rodapé.

² Correção da autora: fazer algo que é reconhecido pela sociedade.

zações. *Desse modo, eu³ posso ser bem-sucedida ao enfatizar aquilo que diz respeito à luta pela libertação das mulheres e, além disso, o significado social que isso tem.*⁴ Que eu não deveria moldar minha vida de acordo com um modelo preestabelecido, que teria que crescer além de mim mesma para ser capaz de discernir o meu verdadeiro ponto de vista, foi uma consciência que eu sempre tive desde a juventude. *Ao mesmo tempo, também tive consciência⁵ que deste modo eu poderia ajudar minhas irmãs a moldar suas vidas, não conforme tradições dadas, mas com a sua própria opção livre, até o limite em que as circunstâncias sociais e econômicas permitam. Eu sempre acreditei que inevitavelmente chegará o tempo em que uma mulher será julgada pelos mesmos padrões morais utilizados para os homens, pois não é a sua específica virtude feminina que lhe dá um lugar de honra na sociedade humana, mas o valor da missão cumprida por ela,⁶ o valor de sua personalidade como ser humano, como membro da sociedade,⁷ como pensadora, como lutadora.*

³ Talvez.

⁴ Correção da autora: para enfatizar que isso é importante para a solução dos problemas sociais do nosso tempo, e que isso também inclui o grande problema da completa libertação das mulheres. Nota da autora: apagar.

⁵ Correção da autora: Eu tive um certo pressentimento.

⁶ Para a sociedade.

Nota da autora com relação ao texto em itálico que se inicia com “o valor de sua personalidade...”: apagar tudo.

Outra nota da autora: em vez de apagar: “Pois não é sua virtude feminina específica que lhe dá um lugar de honra na sociedade humana, mas o valor de seu trabalho útil realizado para a sociedade, o valor de sua personalidade como ser humano, como trabalhadora criativa, como cidadã, pensadora ou lutadora. Para seguir meu caminho, criar, lutar lado a lado com os homens para a realização de nossos ideais sociais (de fato por quase 30 anos fui parte dos comunistas), mas ao mesmo tempo, para moldar minha vida pessoal como uma mulher de acordo com minha vontade. Subconscientemente essa era a força motriz de toda minha vida e atividade. Antes de tudo, entretanto, eu nunca deixei meus sentimentos, alegria no amor, ou tristeza, assumirem o primeiro lugar em minha vida: trabalho produtivo, atividade, luta sempre estiveram no plano principal.”

⁷ Como trabalhadora criativa.

Subconscientemente essa foi a força motriz da minha vida e das minhas ações. Fazer as coisas do meu modo, trabalhar, lutar, criar e produzir lado a lado com os homens, e me esforçar para alcançar um objetivo humano universal⁸ (por quase 30 anos, de fato, eu pertenci aos comunistas⁹) mas, ao mesmo tempo, dirigir minha vida pessoal e íntima como mulher de acordo com a minha própria vontade e de acordo com as leis da minha natureza.¹⁰ Foi isso que condicionou meu ponto de vista.¹¹ E¹² de fato eu fui¹³ bem-sucedida em estruturar minha vida de acordo com meus próprios padrões e não faço mais segredo das minhas experiências amorosas¹⁴ do que um homem faz das suas.¹⁵ Mas, acima de qualquer outra coisa, eu nunca deixei meus sentimentos, a alegria ou a dor do amor, tomarem o primeiro lugar em minha vida, ao passo que criatividade, ação e luta sempre ocuparam o primeiro plano. Eu consegui me tornar membro do primeiro escalão de um governo, do primeiro governo bolchevique nos anos de 1917-1918. Eu também sou a primeira mulher da história a ser nomeada embaixadora, um cargo que ocupei por três anos e do qual renunciei por vontade própria.¹⁶ Isso pode servir para provar que a mulher pode certamente elevar-se acima das condições convencionais da época. A [Primeira] Guerra Mundial e o tempestuoso espírito revolucionário agora predominante no mundo em todas as áreas contribuíram para enfraquecer o doentio e sufocante padrão moral duplo. Nós

⁸ Quem lutou pela realização de nossos ideais sociais.

⁹ Socialistas – agora comunistas.

¹⁰ Trecho riscado.

¹¹ Visão mundial.

¹² Eu creio.

¹³ Sempre.

¹⁴ Quando o amor surgiu, eu me relacionei com o homem.

¹⁵ Como os homens fazem.

¹⁶ Como foi demonstrado posteriormente, minha vida privada, a qual eu não construí de acordo com o modelo tradicional, não foi um obstáculo quando com toda seriedade foi uma questão de gastar minhas energias para um Novo Estado [a República Soviética] e primeiro como uma membra do primeiro governo Soviético, depois como embaixadora.

já estamos acostumados a não fazer exigências muito severas, por exemplo,¹⁷ às atrizes e mulheres profissionais liberais em assuntos relativos ao seu casamento. A diplomacia, no entanto, é uma casta que, mais do que qualquer outra, mantém seus antigos costumes, tradições e, acima de tudo, seus rígidos rituais cerimoniais. O fato de que uma mulher, uma mulher “livre”, uma mulher solteira, tenha sido reconhecida neste posto sem oposição mostra que chegou o tempo em que todos os seres humanos serão igualmente avaliados de acordo com sua atividade e sua mais alta dignidade humana.

Quando eu fui nomeada para o trabalho da diplomacia russa em Oslo, percebi que dessa forma tinha conquistado uma vitória que não era somente minha, mas¹⁸ das mulheres em geral¹⁹ e de fato, uma vitória sobre seu pior inimigo, qual seja,²⁰ sobre a moral convencional e sobre conceitos conservadores acerca do casamento. Quando na ocasião eu fui informada de que é realmente digno de nota²¹ que uma mulher tenha sido nomeada para um posto de tanta responsabilidade, eu sempre²² penso comigo mesma que em última análise a principal vitória no que diz respeito à libertação feminina não reside apenas nesse fato. Mas antes, o que tem todo um significado especial é que uma mulher, como eu,²³ que acertou as contas com a dupla moral e que nunca ocultou isso,²⁴ tenha sido aceita em uma casta que ainda hoje se apega firmemente à tradição e à pseudomoral. Logo, o exemplo da minha vida pode também servir para banir²⁵ velho ente mesquinho da dupla moral também das vidas de outras mulheres. E este é um ponto crucial da minha

¹⁷ Por exemplo (trecho riscado).

¹⁸ Trecho riscado.

¹⁹ Trecho riscado.

²⁰ O.

²¹ Entre aspas “digno de nota”.

²² Em privado.

²³ Trecho riscado.

²⁴ Trecho riscado.

²⁵ Pode ser banido (trecho riscado).

própria existência, que tem certo valor sócio-psicológico e contribui para a luta pela libertação das mulheres trabalhadoras.

Entretanto, para evitar qualquer mal-entendido, é preciso dizer que eu ainda estou muito longe de ser o tipo de mulher positivamente nova que faz suas experiências como mulher com uma relativa leveza e, poderíamos também dizer, com uma invejável superficialidade, cujos sentimentos e energia mental estão direcionados principalmente para todas as *outras coisas*²⁶ na vida que não os *sentimentalismos amorosos*.²⁷ Afinal de contas, eu ainda pertenço à geração de mulheres que cresceu num momento crítico da História. O amor e suas muitas decepções, com suas tragédias e eternas reclamações pela perfeita felicidade,²⁸ ainda cumpriram um papel muito importante em minha vida. Um papel demasiado importante! Foi um infrutífero e, em última instância, totalmente desprezível, dispêndio de energia e de tempo precioso. Nós, as mulheres da geração passada, ainda²⁹ não compreendemos como ser livres. A coisa toda foi um desperdício absolutamente inacreditável de nossa energia mental, uma diminuição da nossa força de trabalho que foi dissipada em estéreis experiências emocionais. É certamente verdade que nós, eu, bem como muitas outras ativistas, militantes e trabalhadoras contemporâneas, fomos capazes de compreender que o amor não era o principal objetivo de nossas vidas e que nós sabíamos como dar ao trabalho a devida centralidade. Não obstante, nós poderíamos ter produzido e alcançado muito mais, caso nossas energias não tivessem sido fragmentadas na eterna luta com *nossos egos e com*³⁰ nossos sentimentos por outros. Foi, de fato, uma eterna guerra defensiva contra a intervenção masculina em nosso ego, uma luta em torno do complexo:

²⁶ Correção da autora: em primeiro lugar acima de toda outras áreas.

²⁷ Correção da autora: e não são movidos pelos sentimentos amorosos sentimentalistas.

²⁸ Correção da autora: comunidade espiritual.

²⁹ Correção da autora: internamente, na cabeça.

³⁰ Trecho riscado.

trabalho ou casamento e amor? Nós, a geração mais velha, ainda não compreendemos, como a maioria dos homens compreende e como as jovens mulheres estão aprendendo hoje, que o trabalho e a ânsia por amor podem ser harmoniosamente combinados *de modo que o trabalho mantenha-se como o principal objetivo da existência*.³¹ Nosso erro foi que a cada vez sucumbíamos à crença de que nós tínhamos finalmente encontrado aquele único homem que amaríamos, a pessoa com quem nós acreditávamos que poderíamos mesclar nossa alma, aquele que estava pronto para reconhecer-nos como uma força física e espiritual.³²

Mas *a cada vez reiteradamente as coisas terminavam de outro modo, dado*³³ que o homem sempre tentava impor o seu ego sobre nós e adaptar-nos completamente aos seus propósitos. Logo, apesar de tudo, a inevitável revolta interior seguia-se, a cada vez reiteradamente, pois o amor transformava-se em algema. Nós nos sentíamos escravizadas e tentamos afrouxar os laços amorosos. E após as lutas eternas e recorrentes com o homem amado, finalmente nos afastávamos contra nossa vontade e corríamos em busca da liberdade. A partir de então, estávamos *novamente*³⁴ sozinhas, *infelizes*³⁵ solitárias, mas livres – livres para perseguir nosso ideal adorado e escolhido... o trabalho.

Felizmente, os jovens, a geração atual, não mais precisam passar por este tipo de luta, que é absolutamente desnecessária à sociedade humana. Suas habilidades, sua energia para o trabalho, serão reservadas para sua atividade criativa. *Logo, a existência de barreiras transformar-se-á em estímulo*.³⁶

³¹ De modo que apenas um lugar muito subordinado seja destinado ao amor.

³² Correção da autora: de maneira não reservada, deu todo nosso ego ao homem amado na esperança de que com isso pudéssemos alcançar uma harmonia espiritual completa.

³³ Trecho riscado.

³⁴ Trecho riscado.

³⁵ Trecho riscado.

³⁶ Trecho riscado.

É essencial relatar aqui alguns detalhes da minha vida privada. Minha infância foi muito feliz, a julgar pelas circunstâncias externas. Meus pais pertenciam à *velha* nobreza russa.³⁷ Eu era a única criança do segundo casamento da minha mãe (mamãe era separada e eu fui concebida fora do segundo casamento, e então adotada). Eu era o mais novo membro da família, o mais mimado e o mais cheio de carinhos. Isto, talvez, tenha sido a raiz do protesto contra tudo à minha volta que muito cedo brotou em mim. Demasiado foi feito para mim de modo a fazer-me feliz. Eu não tinha nenhuma margem de manobra nos jogos infantis de que eu brincava ou nos desejos que eu queria expressar. Ao mesmo tempo, *eu queria ser livre*.³⁸ Eu queria expressar os desejos por conta própria, para dirigir minha própria vida de criança. Meus pais eram razoavelmente prósperos. Não havia luxo em casa, mas eu não conheci privação. Contudo, eu via como outras crianças eram forçadas a abdicar de coisas, e eu ficava particularmente chocada pelas crianças camponesas que eram minhas colegas de brincadeiras (nós quase sempre vivemos no interior, na propriedade do meu avô, que era finlandês). Já que eu era uma criança *pequena*³⁹ eu criticava⁴⁰ a injustiça dos adultos e *sofria com a ostensiva*⁴¹ contradição que era o fato de que tudo me era oferecido enquanto tanto era negado às outras crianças. *Meu senso crítico ficou mais agudo conforme os anos se passaram e um sentimento de revolta contra as muitas provas de amor à minha volta cresceu a passos largos*.⁴² Já cedo em minha vida eu enxergava as injustiças sociais predominantes na Rússia. Eu nunca fui para a escola porque meus pais viviam numa constante preocupação sobre a minha saúde e eles não podiam suportar a ideia de que eu deveria passar, como qual-

³⁷ Correção da autora: antigos proprietários de terra russos (classe).

³⁸ Trecho riscado.

³⁹ Correção da autora: experiente.

⁴⁰ Trecho riscado.

⁴¹ Correção da autora: dolorosamente sentia.

⁴² Trecho riscado.

quer outra criança, duas horas por dia longe de casa. Minha mãe provavelmente tinha também certo horror das influências liberais com as quais eu poderia entrar em contato no colegial. Mamãe, é claro, considerava que eu já tinha inclinação suficiente à crítica.⁴³ Logo, fui educada em casa, sob a direção de uma competente e engenhosa tutora que era ligada aos círculos revolucionários russos. Devo muito a ela, madame Marie Strakhova. Eu fiz⁴⁴ as provas que me qualificaram para o ingresso na universidade quando tinha apenas 16 anos (em 1888)⁴⁵ e a partir daí esperava-se que eu levasse a vida de uma “jovem da sociedade”.⁴⁶ Embora minha educação tenha sido incomum e tenha me causado muitos danos (por anos eu fui extremamente tímida e absolutamente incapaz em assuntos práticos da vida), é preciso entretanto dizer que meus pais não eram de forma alguma reacionários. Ao contrário, eles eram até⁴⁷ progressistas para o seu tempo. Mas se apegavam profundamente às tradições no que diz respeito à criança, ao jovem sob o seu teto.

Minha primeira luta amarga contra essas tradições foi em torno da ideia de casamento. Eu deveria arrumar um *bom partido*⁴⁸ e mamãe era inclinada a querer me casar muito jovem. Minha irmã mais velha, aos 19 anos, contraiu casamento com um cavalheiro de quase 70 anos.⁴⁹ Eu me revoltei contra esse *casamento de conveniência*, esse casamento por dinheiro,⁵⁰ e queria me casar apenas por amor, *por uma grande paixão*.⁵¹ Ainda muito jovem e contrariamente a todos os desejos dos meus pais, escolhi meu primo, um

⁴³ Correção da autora: de maneira rebelde.

⁴⁴ Correção da autora: em São Petersburgo.

⁴⁵ Trecho riscado.

⁴⁶ Trecho riscado.

⁴⁷ Correção da autora: liberal.

⁴⁸ Correção da autora: entre aspas – “bom partido”.

⁴⁹ Correção da autora: 60.

⁵⁰ Correção da autora: “casamento por conveniência” e “casamento por dinheiro” (entre aspas).

⁵¹ Entre aspas: “grande paixão”.

jovem engenheiro sem dinheiro cujo nome, Kollontai, carregou até hoje. Meu nome de solteira era Domontovich. A felicidade do meu casamento mal durou três anos. Eu dei à luz um filho. Embora eu o tenha pessoalmente educado *com grande cuidado*,⁵² a maternidade nunca foi o centro da minha existência. Um filho não fora capaz de tornar mais fortes os laços do meu casamento. Eu ainda amava meu marido, mas a vida feliz de uma esposa e um marido tornou-se para mim uma “jaula”. Cada vez mais minhas *simpatias, meus*⁵³ interesses se voltaram para a classe trabalhadora revolucionária da Rússia. Eu lia vorazmente. Zelosamente estudava *todas*⁵⁴ as questões sociais, frequentava palestras, e trabalhava em sociedades semilegais para o esclarecimento do povo. Estes eram os anos em que o marxismo florescia na Rússia (1893-1896). Lenin àquela época era apenas um principiante na arena literária e revolucionária. George Plekhanov era a principal liderança da época. Eu me aproximei da concepção materialista da história, desde o início da minha vida adulta me inclinei mais para a escola realista. Era uma entusiasmada seguidora de Darwin e Roelsches. Uma visita à grande e famosa fábrica têxtil Krenholm, que empregava 12 mil trabalhadores de ambos os sexos, decidiu minha sorte. Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada. Eu simplesmente tinha que aderir a esse movimento.

Nessa época, isso levou a divergências com meu marido, que sentia que minhas inclinações constituíam um ato de desafio pessoal diretamente contrário a ele. Eu deixei meu marido e meu filho e empreendi uma jornada a Zurique com o objetivo de estudar Economia Política com o professor Heinrich Herkne. Com isso⁵⁵ teve início minha vida consciente em defesa dos objetivos revolucionários da classe trabalhadora. Quando voltei para São

⁵² Trecho riscado.

⁵³ Trecho riscado.

⁵⁴ Correção da autora: a.

⁵⁵ Correção da autora: À época; outra correção: então.

Petersburgo em 1899, liguei-me ao clandestino Partido Social-Democrata Russo (POSDR). Eu trabalhei como escritora e propagandista. A sorte da Finlândia, cuja independência e relativa liberdade estavam sendo ameaçadas pela política reacionária do regime tsarista no fim dos anos 1890, exerceu um poder de atração todo especial sobre mim. Talvez minha gravitação particular em torno da Finlândia resultou das impressões que recebi na propriedade do meu avô na infância. Eu ativamente aderi à causa da libertação nacional da Finlândia.

Logo, meu primeiro *grande*⁵⁶ trabalho científico em Economia Política foi uma *investigação*⁵⁷ abrangente das condições de vida e trabalho do proletariado finlandês *em relação à indústria*.⁵⁸ O livro saiu em 1903 em São Petersburgo. Meus pais tinham acabado de falecer, meu marido e eu já vivíamos separados há muito tempo, e apenas meu filho permanecia sob meus cuidados. Agora eu tinha a oportunidade de me dedicar completamente aos meus *objetivos*:⁵⁹ o movimento revolucionário russo e o movimento da classe trabalhadora *de todo o mundo*.⁶⁰ Amor, casamento e família eram todos assuntos secundários e transitórios. Eles estavam lá, continuavam se entrelaçando com minha vida. Mas, por maior que fosse meu amor por meu marido, assim que ele transgredia certo limite em relação à minha disposição feminina para fazer sacrifícios, a revolta crescia em mim novamente. Eu precisava partir, eu tinha que me separar do homem que escolhi, pois do contrário (esse era um sentimento inconsciente) me exporia ao risco de perder minha identidade própria. É preciso também dizer que nenhum dos homens que estiveram próximos de mim chegou a ter alguma influência no sentido de dar direção às minhas tendências, lutas ou visão de mundo. Ao contrário, na maior parte

⁵⁶ Correção da autora: mais extenso.

⁵⁷ Correção da autora: estudo.

⁵⁸ Trecho riscado.

⁵⁹ Correção da autora: meu trabalho.

⁶⁰ Trecho riscado.

do tempo eu era o espírito que liderava. Adquiri minha visão da vida, minha linha política, da própria vida e do estudo ininterrupto *dos*⁶¹ livros.

Em 1905, à época em que aquela que é conhecida como a primeira revolução na Rússia estourou, após o famoso Domingo Sangrento, eu já tinha adquirido uma reputação no campo dos estudos sociais e econômicos. E naqueles tempos agitados, quando todas as energias eram utilizadas na fúria da revolta, acabei tornando-me uma oradora muito popular. Ainda naquele período *eu percebi pela primeira vez quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina. Com certeza um movimento de libertação das mulheres burguesas já existia na Rússia. Mas meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora* que a libertação feminina⁶² somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente. Logo, eu me joguei na luta entre as sufragistas russas⁶³ e lutei com todas as minhas forças para induzir o movimento da classe trabalhadora a incluir a questão feminina como um dos objetivos de sua luta *no seu programa*.⁶⁴ Foi muito *difícil*⁶⁵ ganhar meus *companheiros*⁶⁶ para essa ideia. Eu estava completamente isolada com minhas ideias e demandas. Não obstante, nos anos de 1906-1908 eu conquistei um pequeno grupo de mulheres camaradas do partido para os meus planos. Eu escrevi⁶⁷ um artigo publicado na imprensa clandestina em 1906 no qual, *pela*

⁶¹ Correção da autora: e.

⁶² Correção da autora: Eu percebi que na Rússia muito pouco havia sido feito para levar as trabalhadoras em direção à luta de libertação. Para ser precisa, existia um movimento de mulheres burguesas um tanto quanto forte na Rússia naquela época. Mas, como marxista, era evidente para mim que a libertação...

⁶³ Correção da autora: contra as de pensamento burguês.

⁶⁴ Trecho riscado.

⁶⁵ Correção da autora: não muito fácil.

⁶⁶ Correção da autora: camaradas.

⁶⁷ Correção da autora: Já que eu.

primeira vez,⁶⁸ eu apresentava expressamente a reivindicação de trazer o movimento da classe trabalhadora à cena na Rússia por meio do trabalho sistemático do partido. No outono de 1907, nós abrimos o primeiro Clube das Mulheres Trabalhadoras. Muitos dos membros desse clube, que ainda eram trabalhadoras muito jovens àquela época, agora ocupam cargos importantes na nova Rússia e no Partido Comunista Russo⁶⁹ (K. Nicolaieva, Marie Burke etc). Um resultado da minha *atividade ligada às mulheres trabalhadoras*,⁷⁰ mas especialmente dos meus escritos políticos – entre os quais estava um panfleto sobre a Finlândia contendo o chamado para um levante contra a *Duma tsarista*⁷¹ com “armas” – foi a instituição de procedimentos legais contra mim, que me colocaram a sombria perspectiva de passar muitos anos na prisão. Fui forçada a desaparecer imediatamente e nunca mais veria a minha casa. Meu filho foi recebido por bons amigos, minha pequena casa liquidada. Eu me tornei “uma clandestina”. Foi um tempo de trabalho extenuante.

O primeiro Congresso de Mulheres da Rússia, convocado pelas sufragistas burguesas, foi agendado para dezembro de 1908. Naquela época, a reação estava avançando e o movimento da classe trabalhadora estava prostrado novamente após a primeira vitória em 1905. Muitos camaradas do partido estavam presos, outros tinham fugido para o exterior. A luta ardente entre as duas facções do Partido Comunista Russo tornou a rebentar: os bolcheviques de um lado e os mencheviques do outro. *Em 1908 eu pertencia à fração menchevique, tendo sido forçada a isso pela postura hostil tomada pelos bolcheviques em relação à Duma, um pseudoparlamento convocado pelo tsar para pacificar os espíritos revoltosos da época. Embora com os mencheviques eu comparti-*

⁶⁸ Trecho riscado.

⁶⁹ Também conhecido como Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

⁷⁰ Correção da autora: e propaganda do trabalho entre as massas das trabalhadoras.

⁷¹ Correção da autora: Tsarismo.

*lhasse o ponto de vista de que mesmo um pseudoparlamento deveria ser utilizado como uma tribuna para o nosso partido e que as eleições para a Duma deveriam ser utilizadas como um ponto de congregação para a classe trabalhadora, não concordava com eles na questão de coordenar as forças dos trabalhadores com os liberais de modo a acelerar a derrubada do absolutismo. Nesse ponto eu era, de fato, muito radical de esquerda e fui até rotulada como uma “sindicalista” pelos meus companheiros de partido.*⁷² Dada a minha atitude em relação à Duma, seguia-se logicamente que eu considerava inútil explorar o primeiro congresso burguês de mulheres no interesse do nosso partido. Não obstante, eu trabalhava com todas as forças e disposição para assegurar que *nossas*⁷³ mulheres trabalhadoras que participariam do congresso aparecessem como um grupo independente e distinto. Eu consegui levar esse plano adiante, mas não sem oposição. Meus camaradas de partido⁷⁴ acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos “feministas” e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres. À época, não havia *qualquer*⁷⁵ compreensão do papel extraordinariamente importante na luta que se desenvolvia entre as mulheres profissionais autônomas. Ainda assim nossa vontade prevaleceu. Um grupo de mulheres trabalhadoras veio à frente no Congresso em São Petersburgo com seu *próprio*⁷⁶ programa e isso demarcou uma clara linha entre as sufragistas burguesas e o movimento de libertação feminina da classe trabalhadora na Rússia. No entanto, fui forçada a fugir antes do fim do congresso porque a polícia tinha seguido minha trilha. Eu consegui cruzar a fronteira com a Alemanha e então, em dezembro de 1908, teve início um novo período da minha vida, o da emigração política.

⁷² Nota da autora: suprimir.

⁷³ Correção da autora: as.

⁷⁴ Correção da autora: (os mencheviques).

⁷⁵ Correção da autora: insuficiente.

⁷⁶ Correção da autora: o socialista.